



**República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

ANO XLI - Nº 39

SEXTO-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1994

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 1994

Autoriza a União a realizar operação de crédito externo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor equivalente a DM 27.000.000,00, sendo DM 24.500.000,00 a título de empréstimo e DM 2.500.000,00 como contribuição financeira, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto Ações Básicas de Saúde no Ceará, a cargo do Ministério da Saúde, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, autorizada a realizar a operação de crédito externo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, no valor equivalente a DM 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de marcos alemães), sendo 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil marcos alemães) a título de empréstimo e DM 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil marcos alemães) como contribuição financeira.

Parágrafo único. Os recursos referidos no *caput* deste artigo destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Ações Básicas de Saúde no Ceará, a cargo do Ministério da Saúde.

Art. 2º A operação de crédito externo a que se refere o art. 1º tem as seguintes características:

- a) **valor do financiamento:** DM 24.500.000,00;
- b) **contribuição financeira:** DM 2.500.000,00, não reembolsável nos termos contratuais;
- c) **comissão de compromisso:** 0,25% a.a., calculada para um período que começa três meses após a assinatura do contrato e termina no dia em que os desembolsos forem debitados, sendo exigível semestralmente, a 30 de junho e 31 de dezembro;
- d) **amortização:** trinta prestações semestrais, sucessivas, sendo as dez primeiras no valor de DM 816.000,00 (oitocentos e dezesseis mil marcos alemães) e as restantes no valor de DM 817.000,00 (oitocentos e dezessete mil marcos alemães), com a primeira vencendo em 31 de dezembro de 1994 e a última em 30 de junho de 1999;
- e) **juros:** 4,5% a.a., exigíveis semestralmente, a 30 de junho e 31 de dezembro.

Art. 3º A celebração do contrato de que trata esta Resolução deverá ser precedida de manifestação escrita do Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, quanto ao cumprimento, por parte do Ministério da Saúde, das condicionantes previstas nos arts. 2º e 7º do Contrato de Empréstimo, de Contribuição Financeira e de Execução do Projeto.

Art. 4º A contratação da operação de crédito externo a que se refere o art. 1º deverá efetivar-se no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias contados da data da publicação deste Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de abril de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 1994

Dispõe sobre a aplicação no mercado financeiro de recursos dos Fundos do Senado Federal, Centro Gráfico do Senado Federal e Centro de Processamento de Dados do Senado Federal.



EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
 AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
 LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
 LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ 23,53 URV

Tiragem: 1.200 exemplares

O Senado Federal resolve:

Art. 1º São as Administrações dos Fundos Rotativos do Senado Federal, do Centro Gráfico do Senado Federal e do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, instituídos, respectivamente, pela Lei nº 7.432, de 18 de dezembro de 1985, pelo Ato nº 13, de 1974 e pelo Ato nº 14, de 1974, alterado pelo Ato nº 18, de 1976, todos da Comissão Diretora, ratificados pelo Decreto Legislativo nº 27, de 1990, nos termos da Decisão nº 211, de 1993, do Tribunal de Contas da União, autorizadas a aplicar no mercado financeiro, em títulos federais e por intermédio do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal, as disponibilidades financeiras dos Fundos oriundos de receitas que não tenham origem orçamentária e que, por imposição legal, não devam reverter ao Tesouro Nacional.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de abril de 1994. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 32, DE 1994

Autoriza a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ) a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTM-Rio, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Município, vencível no primeiro semestre de 1994.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, autorizada a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município do Rio de Janeiro – LFTM-Rio, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Município, vencível no primeiro semestre de 1994.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) **quantidade:** a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, deduzida a parcela a ser definida pelo Senado Federal;

b) **modalidade:** nominativa-transferível;

c) **rendimento:** igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) **prazo:** até cinco anos;

e) **valor nominal:** CR\$1,00 (um cruzeiro real);

f) **características dos títulos a serem substituídos:**

Titulo	Vencimento	Quantidade
682190	15-3-94	352.803.953
682190	15-4-94	383.836.181
682190	15-6-94	429.093.560
TOTAL		1.228.733.694

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-3-94	1º-3-98	681447	15-3-94
15-4-94	1º-4-98	681447	15-4-94
15-6-94	1º-6-98	681447	15-6-94

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central;

i) autorização legislativa: Lei nº 1.373, de 26 de janeiro de 1989, Decreto nº 8.355, de 26 de janeiro de 1989.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de abril de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 33, DE 1994

Autoriza o Governo do Rio Grande do Norte a reescalonar a dívida contraída pelo Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. – BANDERN, junto à Reserva Monetária, para pagamento de indenizações trabalhistas, no valor de CR\$ 1.447.381.487,46, equivalentes a 6.073.269,08 URV em 30 de novembro de 1993.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Norte, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, autorizado a reescalonar a dívida contraída pelo Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A. – BANDERN junto à Reserva Monetária, para pagamento de passivo trabalhista.

Art. 2º O reescalonamento ora autorizado será realizado sob as seguintes condições:

a) valor pretendido: CR\$1.447.381.487,46 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e sete cruzeiros reais quarenta e seis centavos), equivalentes a 6.073.269,08 URV em 30 de novembro de 1993;

b) juros: 6% a.a.;

c) atualização Monetária: taxa referencial.

d) garantia: Fundo de Participação dos Estados;

e) destinação dos recursos: reescalonamento de empréstimo concedido pelo Bacen, na qualidade de gestor da Reserva Monetária, com vistas ao pagamento de indenizações trabalhistas a funcionários e ex-funcionários da instituição financeira acima citada;

f) condições de pagamento: em setenta e duas prestações mensais, sem carência.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, contados a partir da sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de abril de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Senado Federal, 14 de abril de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SUMÁRIO

1 – ATA DA 29ª SESSÃO, EM 14 DE ABRIL DE 1994

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 469, de 8 de abril de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$232.000.000.000,00 (duzentos e trinta e dois bilhões de cruzeiros reais), para os fins que especifica; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 470, de 12 de abril de 1994, que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional – NTN e sua utilização para aquisição de bens e direito alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera o art. 3º da Lei nº 8.249/91; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Transcrição do artigo "A água do São Francisco", publicado no jornal **A Tarde**

edição do dia 4 de abril, sobre o abastecimento de água às cidades no Nordeste através de adutoras.

SENADOR VALMIR CAMPELO – Propostas de reforma do modelo econômico brasileiro visando o resgate da dívida social.

SENADOR MAGNO BACELAR – Situação caótica do Município de Coelho Neto – MA, com o bloqueio de suas contas pela Caixa Econômica Federal, decorrente de dívida de empréstimo com a instituição. Defesa de concessão mais criteriosa de empréstimos a municípios pobres e energia elétrica subsidida.

SENADOR MARCO MACIEL – Regozijo pela escolha do dia 19 de abril como "Dia do Exército", data em que ocorreu a primeira Batalha dos Guararapes.

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.

1.2.4 – Ofício

– Da Liderança do PSDB, de substituição de membro em Comissão Mista.

1.2.5 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DA COMISSÃO DIRETORA

– Nº 1, DE 1994

3 – ATOS DO PRESIDENTE

– Nºs 177 E 178, DE 1994

– Nº 455, DE 1993 (Apostila)

4 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

– PORTARIA Nº 26, DE 1994

– ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA EM 30-3-94

5 – ATAS DE COMISSÕES

6 – MESA DIRETORA

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

Ata da 29^a Sessão, 14 de abril de 1994

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Magno Bacelar e Valmir Campelo

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Carlos Patrocínio – Epitácio Cafeteira – Francisco Rollemburg – João França – Jônico Tristão – José Eduardo – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Mauro Benevides – Odacir Soares – Reginaldo Duarte – Ronan Tito – Valmir Campelo – Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) – A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 469, de 08 de abril de 1994, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$232.000.000.000,00 (duzentos e trinta e dois bilhões de cruzeiros reais), para os fins que especifica.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução Nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

	SENADORES	
Titulares	Suplentes	
	PMDB	
1. César Dias	1. Coutinho Jorge	
2. Aluizio Bezerra	2. Mauro Benevides	
	PFL	
3. Carlos Patrocínio	3. Dario Pereira	
	PPR	
4. Lucídio Portella	4. Esperidião Amin	

	PSDB	
5. José Richa		5. Albano Franco
	PP	
6. Irapuan C. Júnior		6. Nelson Cameiro
	PTB	
7. Jonas Pinheiro		7. Valmir Campelo

	DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes	
	BLOCO	
1. Ivânia Guerra		1. Aroldo Cedraz
	PMDB	
2. Nilton Baiano		2. Armando Costa
	PPR	
3. Fco Evangelista		3. Jarvis Gaidzinski
	PSDB	
4. José Dutra		4. Adroaldo Streck
	PP	
5. B. Sá		5. Carlos Santana
	PDT	
6. Valdomiro Lima		6. Carlos ACampista
	PSB	
7. Ricardo Moraes		7. Álvaro Ribeiro

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia-14-4-94 – Designação da Comissão Mista;

Dia-15-4-94 - Instalação da Comissão Mista;
 Até-16-4-94 - Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;
 Até 26-4-94 - Prazo final da comissão mista;
 Até 10-5-94 - Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) - O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 470, de 12 de Abril de 1994, que dispõe sobre a nota do Tesouro Nacional - NTN, e sua utilização para aquisição de bens e direito alienados no âmbito do programa nacional de desestatização - PND, instituído pela Lei Nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera o art. 3º da Lei nº 8.249/91.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES	
Titulares	Suplentes
	PMDB
1. Mauro Benevides	1. Antônio Mariz
2. Cid S. Carvalho	2. José fogaca
	PFL
3. Raimundo Lira	3. João Rocha
	PPR
4. Epitácio Cafeteira	4. Moisés Abrão
	PSDB
5 Almir Gabriel	5. Jutahy Magalhães
	PSB
6. José Paulo Bisol	6.
	PT
7. Eduardo Suplicy	7
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
	BLOCO
1. Manoel Castro	1. Valdir Guerra
	PMDB
2. Nelson Proença	2. Oswaldo Stecca
	PPR
3. Roberto Campos	3. Fetter Júnior
	PSDB
4. Artur da Távola	4. Sigmaringa Seixas
	PP
5. Raul Belém	5. Benedito Domingo
	PDT
6. Fernando Lopes	6. Élio D.-Vecchia
	PCdoB
7. Haroldo Lima	7. Aldo Rebelo

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Dia - 14-4-94 - Designação da Comissão Mista;

Dia - 15-4-94 - Instalação da Comissão Mista;

Até - 17-4-94 - Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 27-4-94 - Prazo final da Comissão Mista;

Até 11-05-94 - Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador, nobre Senador Louival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL - SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, um dos principais problemas e preocupações dos governantes relativamente à sobrevivência das grandes metrópoles decorrentes do intenso processo de urbanização por que passou o Brasil, fenômeno que em menor grau também tem ocorrido no mundo inteiro, refere-se ao abastecimento de recursos básicos para a vida, como a alimentação, a energia e principalmente a água potável de boa qualidade.

Brasília, que é uma cidade moderna, planejada dentro das condições mais satisfatórias, já se previne com relação ao futuro abastecimento hídrico, indispensável à população.

No Nordeste, como sabemos, em muitas localidades, a água é um bem precioso e até certo ponto raro, fatores que agregados ao crescimento populacional das cidades tornam o problema de abastecimento de recursos hídricos ainda mais sério.

Li, com satisfação, um comentário no jornal *A Tarde* sobre trabalho desenvolvido pelo ilustre professor Alexandre Diniz em que se valoriza a importância social e econômica da construção de adutoras no Estado para captar as águas abundantes do rio São Francisco, que percorre terras pobres e secas, corta o Estado e deságua no Atlântico; mas durante séculos, a poucos quilômetros de suas margens, vêm mortendo de sede gente, lavoura e criação.

Entretanto, Sr. Presidente, gostaria de fazer um pequeno reparo a bem da verdade e em contribuição à história recente do nosso Estado. Certos projetos de grande magnitude não se podem concluir num único período de governo; é indispensável que haja continuidade. Ainda voltarei a este plenário para falar sobre a importância das adutoras, que aproveitam águas de rios permanentes, e do pioneirismo de Sergipe, em todo o Nordeste, com relação a iniciativas dessa natureza.

Foi no meu Governo, Sr. Presidente, ainda em meados da década de 60, portanto há mais de 25 anos, que se iniciou a 1ª adutora do rio São Francisco, no Estado, trazendo suas águas para várias cidades serranejas. Depois vieram os meus sucessores, entre eles Paul Barreto de Menezes, José Rollemburg Leite, Augusto Prado Franco, João Alves Filho, Antônio Carlos Valadares e atualmente o Governador João Alves Filho que não abandonou esse projeto de extraordinária importância, que visa estender as águas do rio São Francisco às mais distantes regiões do Estado, hoje cortado por dezenas de quilômetros de canais, represas, elevatórias de água e outros recursos da tecnologia hídrica, que já traz até Aracaju estas águas do grande rio.

No que se refere a Aracaju, foi realmente o empenho do Governador Augusto Franco e do Governador José Rollemburg Leite que permitiu absoluta segurança para o abastecimento de água da cidade, enquanto em outras capitais nordestinas, pelo elevado consumo de água, em função do crescimento populacional nos últimos anos, já existe em funcionamento dispositivos de rationamento, principalmente nos períodos de férias, quando ocorre o afluxo de maior número de turistas.

Tenho grande satisfação, Sr. Presidente, de também lembrar a minha participação nesse importante projeto, um magno empreendimento, que veio melhorar, de forma substancial, as condições de vida da população e impulsionar a agricultura irrigada, uma das metas prioritárias do Governo João Alves Filho que também tem construído grande extensão de canais, muitas represas e meios de

captação e contenção de água, como recurso indispensável à sobrevivência da população e da atividade geral.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, do artigo publicado em *A Tarde*, edição de 4 de abril corrente, intitulado "A água do São Francisco".

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A TARDE

Fundador: Ernesto Simões Filho (1886 — 1957)

ARACAJU — SERGIPE — A TARDE, SEGUNDA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1994

A água do São Francisco

Sergipe tem resolvido, de modo satisfatório, o grave problema do abastecimento de água, tanto em Aracaju, que esteve ameaçada de um colapso no fornecimento, como as cidades e localidades interioranas.

A captação, através de adutoras, da água do Rio São Francisco, tranquilizou, desde 1982, a população da capital, diferentemente do que ocorre em algumas cidades nordestinas, onde há restrição ao consumo e a solução parece distante e difícil. Certas obras são grandes e elogáveis em si mesmas, como é o caso da Adutora do São Francisco, produto de estudos técnicos da DESO, realizada pela visão desenvolvimentista dos governadores José Rollemberg Leite, que a concebeu, e Augusto Franco, que a implantou e a colocou em uso.

X X X

O então vice-presidente Aureliano Chaves, ao inaugurar a ETA (Estação de Tratamento de Aracaju) acionando as máquinas da Adutora do São Francisco, sentenciou que "a obra valia por um governo", glorificando, de corpo presente, a realização do governador Augusto Franco. Comparando a obra com as necessidades detectadas em outras cidades

maiores do Nordeste, dá ainda mais para realçar a importância da Adutora do São Francisco. Recife, por exemplo, enfrenta, atualmente, severo racionamento. A água, em muitos pontos da cidade, está sendo fornecida pelo período de 24 horas, e cortada por 48 horas, como forma de equilibrar o consumo. Tratando-se de uma cidade grande, com fluxo turístico permanente, é muito sério o drama da população, dos hotéis, restaurantes e bares do recifense.

O Rio São Francisco despeja no mar, na foz sergipana, suas águas, que permanentemente correm da serra da Canastra, em Minas Gerais, atravessando terras secas. Sómente há pouco mais de 15 anos é que o São Francisco motivou obras concretas, de aproveitamento do manancial, para o abastecimento humano, animal e para a irrigação. E se há um efeito imensamente útil para a vida das populações, há, também, para a produção de alimentos, o sustento das lavouras e dos criatórios, como assinalou o professor Alexandre Diniz, geógrafo da UFS, ao tratar dos campões, em amplo levantamento feito em todo o estado. O trabalho do professor Alexandre Diniz, que ainda será amplamente divulgado,

serve de boa notícia para as ações de irrigação e fundiárias, em experimento no estado.

Na sua análise, Alexandre Diniz conclui que a vida mudou nos perímetros irrigados, elevando o padrão de vida dos que estão cultivando as terras, graças à água do Rio São Francisco e de outros cursos naturais. O bem estar da casa e da família, associado diretamente ao êxito das culturas irrigadas, animará, com certeza, o governo, para que dê seqüência aos projetos de ação fundiária e de irrigação, corrigindo defeitos, distorções e vícios, evitando as contestações comuns, especialmente em vésperas de eleição. O relato insuspeito de um dos mais renomados cientistas sergipanos, o professor Alexandre Diniz, deve ser levado ao conhecimento público, da mesma forma como deve roteirizar as correções do rumo dessa atividade nova e essencial do governo, de levar a "gorda" água do rio para as terras secas e "magras" do semi-árido e do sertão de Sergipe.

X X X

Há, ainda, a feliz coincidência do aniversário — 11 anos da COHIDRO, que desde 1983 responde, responsávelmente, pelos trabalhos de armazenamento e distribuição de água,

alterando, de modo significativo, a vida das áreas rurais sergipanas. A COHIDRO, criada no bojo da Secretaria de Recursos Hídricos, lamentavelmente extinta, deu certo, sobreviveu pelo trabalho e, hoje, merece o respeito e a admiração dos sergipanos pelo acervo de obras

— grandes, médias e pequenas — com as quais enfrenta, corajosamente, as intempéries que assolam, ciclicamente, grande área das terras do estado.

O resultado obtido pela COHIDRO se aconselha, perfeitamente, com o êxito que foi a Adutora de São Francisco e

com projetos que, ao dizer do professor Alexandre Diniz, que a pequena propriedade irrigada é, juntamente com a citricultura, o que de melhor existe em Sergipe.

O caminho está aberto, o mais é segui-lo.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB - DF) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, apesar do crescimento econômico verificado no começo dos anos 70 — crescimento, aliás, financiado por essa volumosa dívida externa que nos impediu de crescer durante toda a década de 80 — enorme parcela do povo brasileiro continuou a sofrer níveis aviltantes de pobreza e de miséria.

É chegada a hora de passarmos da retórica à ação concreta. O povo brasileiro não mais pode aguardar pelo efetivo resgate da dívida social e por uma melhor distribuição de renda neste País. Somente de brasileiros indigentes — assim considerados os indivíduos que, no máximo, conseguem satisfazer suas necessidades diárias básicas de nutrientes — temos 32 milhões de pessoas, ou seja, uma população de famintos equivalente à da Argentina! Essa é uma das estatísticas, talvez a mais contundente, da nossa vergonha nacional, que atesta o quanto somos uma sociedade dividida e desarmônica.

Igualmente é chegada a hora de evitarmos alimentar a sociedade de falsas esperanças, vendendo-lhe ilusões irrealizáveis. O resgate da dívida social é, antes de tudo, um processo árduo, desgastante, complexo, demorado, que deve envolver necessariamente todas as autoridades sociais relevantes do País e que deve empolgar a Nação, necessitando de muita vontade política para dar certo, mas que tem de começar já.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que produz a fome, a miséria, a pobreza em nosso País? Diríamos, genericamente, que é um certo modo de organização de nossa economia, conceito que poderia ser resumido pela expressão modelo econômico. Naturalmente, um modelo econômico, embora tenha seu cerne por assim dizer ontológico constituído de variáveis econômicas, sofre as influências dos fatores políticos, sociais e culturais da sociedade.

Amitude tem-se mencionado o modelo econômico como o vilão responsável pela pobreza da população brasileira, sem se saber exatamente o que isso quer dizer e como modificá-lo. Sem pretender esgotar um assunto tão complexo e tão multifacetado como esse certamente é, gostaríamos, nessa alocução, de sugerir, de acordo com a visão que temos dos problemas nacionais, duas linhas de reformas necessárias do modelo econômico brasileiro, esperando dar, assim, uma pequena contribuição para retirar o Brasil do rol das nações de distribuição de renda mais desiguais do mundo.

Uma primeira linha de reformas seriam aquelas conjunturais, que devem produzir efeitos de forma mais ou menos imediata. A segunda seriam as reformas estruturais, que modificam o arcabouço permanente do nosso modelo econômico. Nós nos limitaremos a apontar duas ações concretas em cada linha citada.

Dentre as reformas chamadas conjunturais, destacaríamos o combate imediato às altas taxas de inflação e a mudança da política de subsídios às tarifas públicas do Governo.

A inflação altíssima e incontrolável, sem dúvida, representa hoje o inimigo público número um do Brasil. É a causa da nossa

incapacidade de voltar a crescer de forma sustentada, sendo igualmente o fator que alimenta a ciranda financeira e as altas taxas de juros vigentes no País. Aliás, quanto às taxas de juros, fica-se muitas vezes numa discussão um tanto estéril para se saber se é a inflação que causa o juro alto ou se é o juro alto que causa a inflação. Certamente, a inflação alta e o juro alto continuadamente se retroalimentam, num efeito, digamos assim, circular. A inflação alta gera um juro alto, que, por sua vez, volta a incentivar a inflação.

Para combater a inflação, o que temos hoje é o Plano do Ministro Fernando Henrique Cardoso, que, na minha opinião, devemos prestigiar. É um plano que abre mão das bruxarias do passado recente, para afirmar que a queda da inflação depende do equilíbrio das contas públicas e de formas permanentes para o financiamento não inflacionário dos gastos do Governo. Um governo com a autonomia financeira, por sua vez, não precisa sair atrás do mercado financeiro com um pires na mão. Segue-se daí a possibilidade de as taxas de juro recuarem, debelando a ciranda financeira e permitindo os investimentos produtivos no País, o que gera crescimento econômico e certamente empregos.

O segundo ponto é a modificação da política de subsídio às tarifas públicas, que, diga-se a bem da verdade, começou a ser revista para melhor, no atual Governo. Desde que o Brasil passou a conviver com taxas muito altas de inflação, mais ou menos do Governo Figueiredo para cá, as tarifas públicas começaram a ser comprimidas como estratégia para refrear artificialmente a inflação. Esse recurso fácil e irresponsável ajudava a permitir a contenção temporária da inflação. No entanto, o custo da medida aparecia mais tarde, na forma de uma deterioração na saúde financeira das empresas estatais, de um agravamento do déficit público e de um aumento posterior da inflação que se queria debelar.

Tomemos o caso emblemático do setor da energia elétrica, administrada pelo sistema ELETROBRÁS. Durante muitos e muitos anos, embora mais modestamente até hoje, as tarifas da energia elétrica têm sido subsidiadas pelo Tesouro Nacional de forma indiscriminada. Isso quer dizer que tanto o consumidor residencial quanto o grande conglomerado industrial pagam menos que o custo real da energia que consomem. Quisemos citar esse exemplo porque flagra o Estado brasileiro, assumindo um papel que é o oposto ao que deveria assumir. Ao subsidiar tarifas generalizadas e indiscriminadamente, sem qualquer critério, o Estado converte-se num fator de concentração de renda no País. O subsídio somente distribui renda quando se atém ao benefício dos grupos sociais de menor renda. No caso da energia elétrica, somente deveria haver subsídio para o pequeno consumidor residencial. Mas, uma vez que o subsídio é estendido a todos, o Estado retira dinheiro dos contribuintes, que constituem toda a sociedade, pobres e ricos, para engordar os lucros das grandes organizações empresariais, principalmente aquelas que consomem grande quantidade de energia, como, por exemplo, as empresas de alumínio e as montadoras de automóveis.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte, sobre Senador?

O SR. VALMIR CAMPELO – Com muito prazer ouço V. Ex^a

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Senador Valmir Campe-
lo, V. Ex^a se reporta à questão do subsídio das tarifas de energia
elétrica. Faz considerações indiscutivelmente abalizadas, e eu me
permite dizer que há um setor em que o subsídio da energização é
indispensável. Eu gostaria de lembrar a V. Ex^a o que já cheguei a
dizer neste Plenário: no que tange à energia rural, sobretudo para
os projetos de irrigação, esse subsídio é fundamental, é indispensá-
vel, especialmente naquelas áreas reconhecidamente carentes de
todo o País. Então, no momento em que V. Ex^a faz esta apreciação
globalizada e, a esta altura do seu discurso, V. Ex^a se reporta à
questão do subsídio das tarifas de energia elétrica, eu me permito
inscrever no seu pronunciamento esta sugestão, no sentido de que se
garanta a energia rural nas regiões carentes do País, a fim de que,
especialmente para os encargos da irrigação, tenhamos, de fato,
uma energia que possibilite ao mini, ao pequeno e ao médio pro-
dutor condições de acionar os seus motores. Enfim, é necessário
garantir algo que possa reduzir os custos de produção para que,
quando forem repassados os produtos ao consumidor, consigamos
fazê-lo em condições muito mais favoráveis. Era esta a sugestão
que entendi do meu dever incluir neste oportuno pronunciamento
de V. Ex^a.

O SR. VALMIR CAMPELO – E eu a acolho com o maior
prazer, nobre Senador Mauro Benevides, porque ela vem exata-
mente somar com aquilo que estou dizendo.

A sugestão é louvável, porque V. Ex^a se preocupa com os
projetos sociais, principalmente com aqueles destinados ao desen-
volvimento da agricultura – tema que inclusive será por mim abor-
dado oportunamente.

V. Ex^a, homem sensível aos problemas sociais, tem toda ra-
zão; Somente através do desenvolvimento, do incentivo à agricul-
tura, poderemos cada vez mais desenvolver, através do
financiamento de projetos para a área rural, mais alimentos para a
nossa população.

Continuando, Sr. Presidente, eu diria que isso no Brasil tem
que acabar. O Estado deve ser um veículo para a justiça social, não
para a concentração de renda.

Dentre as reformas estruturais, destacaríamos a reforma
agrária e uma maior assistência à Educação no Brasil.

A reforma agrária é um programa de política pública que
presidiu o processo de modernização capitalista em todos os países
de estrutura agrária baseada no latifúndio, como é o nosso caso.

Deixando de lado o processo mais antigo das nações euro-
péias e concentrando-nos em exemplos mais recentes deste século,
é sabido que tanto o Japão quanto os chamados "tigres asiáticos"
conheceram um grande impulso em sua prosperidade e na capaci-
dade de crescimento de suas economias após terem promovido
uma ampla reforma agrária em suas terras agricultáveis. A reforma
agrária, além de ter o efeito de fixar o homem rural no campo,
constitui um instrumento indispensável para uma melhor distribuição
de renda e para um subsequente fortalecimento do mercado in-
terior consumidor. Também aumenta a oferta de alimentos e
moderniza a estrutura econômica e social do interior.

O Mapa da Fome, estudo elaborado pelo IPEA, mostra que,
por exemplo, na região Nordeste, a maioria da massa de indigentes
encontra-se no setor rural.

Enganam-se aqueles que pensam que a reforma agrária sig-
nifica mais violência no campo e despesas enormes para o Tesou-
ro. Não; a reforma agrária, que deve recair sobre as grandes e
médias propriedades improdutivas, sem valor ecológico considerá-
vel, conduzida de forma inteligente e eficaz, faz-se por meio de le-

gislação tributária. É taxando-se progressivamente, com alíquotas altas, as propriedades que são improdutivas e que, portanto, não estão cumprindo sua função social, prevista na Constituição, é taxa-
ndo-se pesadamente essas propriedades que obrigaremos os seus proprietários ou a passar a produzir alimentos em suas terras ou, então, a terem, mais cedo ou mais tarde, de entregar ao Estado es-
sas terras para fim de reforma agrária.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*O Sr. Magno Bacelar, deixa a cadeira da presi-
dência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo*

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a pa-
lavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT – MA. Pronuncia o se-
guinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nobre Senador
Valmir Campelo, que ocupa a Presidência dos trabalhos neste mo-
mento, iniciou o seu discurso falando sobre os problemas que a di-
vida externa trouxe à Nação brasileira e ao seu desenvolvimento.

Se a dívida externa fosse o único obstáculo ao desenvolvi-
mento do País, poderíamos estar felizes. Há também a questão da
dívida interna, causada por maus administradores e pela irrespon-
sabilidade de alguns dirigentes do poder público e dos bancos ofi-
ciais, que abusaram dos recursos obtidos no exterior, que
fraudaram a arrecadação de Municípios e de Estados, endividan-
do-os e trazendo consequências terríveis para a população deste
País.

Na manhã de hoje, eu gostaria de registrar um problema lo-
cal do meu Estado, da minha cidade natal. Trata-se do Município de Coelho Neto, no Maranhão, que está com a sua prefeitura fe-
chada, com os seus serviços essenciais paralisados; as escolas e os
serviços de saúde também não estão funcionando. Poderíamos di-
zer, no jargão popular, que o Município "está fechado para balan-
ço". E isso por que, Sr. Presidente, Srs. Senadores? Porque a
administração anterior concedeu empréstimo, pela Caixa Econô-
mica Federal, para obras de fachada e de infra-estrutura sem ne-
nhuma consequência, com a capacidade do Município inteiramente comprometida. Fraudaram todas as perspectivas de
arrecadação, e o dinheiro foi levado, foi gasto, malversado sem ne-
nhum benefício àquela população.

Sou adversário da Prefeita daquela cidade. Mas, antes do in-
teresse político, há o meu compromisso com o Município, a obri-
gação para com a minha terra.

Ontem, procurei o Presidente da Caixa Econômica Federal,
argumentando que não se pode reter recursos de Municípios des-
respeitando o que determina a Constituição. O Presidente da Caixa Econômica Federal mandou examinar o assunto.

Solicitei audiência com o Sr. Ministro da Fazenda, mas, in-
felizmente – é bom que a Nação saiba –, determinados Ministros
não marcam audiências com Parlamentares. A que ponto chega-
mos!

Este Congresso, que tem apoiado integralmente o atual Go-
verno, tem sido tratado – e é bom que se registre – até mesmo pelo
nosso Colega Fernando Henrique Cardoso, a tapas e beijos. Beijos
quando S. Ex^a, quando Ministro, visitava esta Casa e cumprimenta-
a todos com cordialidade; tapas quando este Governo não leva em
conta nossos apelos e seus ministros não recebem os Parlamenta-
res.

Sei, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que este assunto da de-
fesa da população abandonada do Nordeste não se resolve em ple-
nário, e sim na esfera da Administração.

Sabendo que sou adversário da Prefeita, vereadores me pro-
curaram para propor ação de impeachment contra ela. Isso não re-

solve. Queremos equacionar o problema do município. A Prefeita não tem nenhuma responsabilidade; qualquer um que a substitua igualmente ficará sem recursos para gerir a cidade.

É necessário que as autoridades se conscientizem das suas responsabilidades, não fraudem arrecadações e não emprestem dinheiro a municípios que não podem pagar. As autoridades devem analisar as finalidades dos empréstimos pleiteados e não devem utilizar da força política de determinados setores nem do dinheiro ou da corrupção para levar populações inteiras ao desespero e ao caos.

Continuarei insistindo no âmbito da Administração, mas a Nação inteira precisa saber que, no Maranhão, esse já é o terceiro município a ser atingido dessa maneira. Caxias e Açaílândia, segundo e terceiro maiores municípios respectivamente, bem como Coelho Neto, também sofrem com o mesmo problema. Essa situação deve alastrar-se pelo País inteiro se não tivermos o cuidado de reescalonar esses débitos, procurando soluções para que não se dê a falência da Caixa Econômica ou dos bancos oficiais, mas, também, para que sobrevivam as administrações municipais e, sobre tudo, a população, punida pelo descaso das autoridades.

Fica o registro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, no sentido de que o Governo Federal passe a examinar com mais cuidado, no momento da concessão, os financiamentos facilitados, mas terrivelmente escorchantes na hora do recebimento. Que se dê aos Municípios o tratamento que o Brasil tem tentado conseguir no exterior; que se dê aos Municípios pequenos do Nordeste a mesma prerrogativa dada aos Estados mais ricos da União.

Pode estar certa a Nação brasileira de que conta com a nossa determinação na luta pela moralização e pela defesa dos menos favorecidos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos certeza de que o povo saberá votar e escolher entre os que têm compromissos sociais com a Nação, distinguiendo-os daqueles que usam o cargo para promover a corrupção e levar o povo à penúria que se verifica na minha terra, neste momento. Essa situação não é nada mais, nada menos, do que o retrato do Brasil doente e enfermo de hoje.

O SR PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^o e Srs. Senadores, o Presidente da República assinou decreto, publicado no **DOU** de 25.03.94 instituindo, por proposta do Ministro Zenildo Zoroastro de Lucena, 19 de abril, data em que ocorreu a primeira Batalha dos Guararapes, como o Dia do Exército Brasileiro. Como representante do Estado de Pernambuco – palco da luta de libertação empreendida a partir de 1645 contra o domínio holandês, que uniu portugueses e brasileiros contra o invasor batavo – ocupo, hoje, a tribuna desta Casa para elogiar essa escolha que fala tão de perto a todos os pernambucanos.

A historiografia militar brasileira consagra que o Exército Nacional, criado oficialmente por Decreto em 24 de dezembro de 1824, dois anos após a Independência, tem como célula mater o Exército Libertador de 1648.

Na verdade, foi naqueles montes pernambucanos que as revoluções libertárias no Brasil começaram a se delinear, unindo brancos, índios e negros. Em um momento histórico difícil para Portugal, que fraquejava frente à Holanda, disposto a negociar o Nordeste brasileiro, dezoito chefes insurretos brasileiros pertencentes às três raças formadoras do nosso povo, liderados pelo rico proprietário João Fernandes Vieira, pelo Capitão André Vidal de Negreiros, pelo índio Poti, batizado Felipe Camarão, e pelo escra-

vo liberto Henrique Dias, prometeram solenemente, "em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda a ajuda de fazendas e de pessoas contra qualquer inimigo, em restauração de nossa pátria".

Os pernambucanos não eram dados a tratados de mútua amizade e aliança com o dominador, pois, após um século de colonização portuguesa, já possuíam amor acendrado à terra e aos seus símbolos. O Exército-Patriota, formado por 1500 homens, sob o comando geral do Tenente-General Francisco Barreto de Menezes, impôs, nos montes Guararapes, duas fragorosas e decisivas derrotas ao adestrado Exército holandês de 6200 homens.

O registro do feito de nossos antepassados que construíram, naqueles montes pernambucanos, as bases da nossa nacionalidade e, pela primeira vez, empregaram, em relação ao Brasil, a palavra "Pátria", evidencia o surgimento de uma identidade brasileira que se afirmou em 19 de abril de 1648, quando se travou a batalha que deu início ao processo de expulsão definitiva dos holandeses do território nordestino.

A primeira Batalha dos Guararapes é considerada um notável feito das Armas brasileiras que muito bem justifica o relevo que se procura dar à sua comemoração, enfatizada, agora, pela escolha de 19 de abril como o Dia do Exército Brasileiro.

Essa batalha, estudada no quadro de sua época e guardadas as devidas proporções, é um acontecimento militar digno de figurar com destaque entre as lutas travadas naquele século. A firme determinação dos brasileiros de travar uma batalha decisiva era uma idéia revolucionária na época, como bem assinalou o Major Antônio de Souza Júnior em seu livro **Do Recôncavo aos Guararapes**.

Os brasileiros, "pela sua admirável intuição da guerra, mostraram-se avançados de mais de um século, em relação aos chefes e às idéias militares contemporâneas", surpreendendo os próprios chefes holandeses, que, agindo dentro das "idéias estratégicas viventes no século XVII, não tinham outras preocupações que não fossem os objetivos geográficos ou as praças fortes".

A escolha pelos chefes luso-brasileiros de um campo de batalha adequado às armas e ao modo de lutar dos seus soldados é revolucionária e digna de admiração. Com seu modo de combater, em pequenos grupos separados, e, de preferência, à arma branca, combinando táticas de guerrilha e emboscada, avançando e recuando, o verdadeiro pequeno exército luso-brasileiro conseguiu surpreender o inimigo, escondendo a importância ou o valor de seus efetivos, conseguiu atrair os holandeses para luta em terreno estreito, onde os batavos perdessem a vantagem da superioridade numérica e de armas de fogo, e foi senhor de todas as ações naquele histórico 19 de abril de 1648.

"A vitória dos Guararapes, nesse dia, não foi portanto, obra fortuita dos acontecimentos, mas o resultado da ação vigilante e decidida dos chefes, da bravura e espírito combativo dos soldados que constituíam aquele indomável exército de patriotas. "Em pleno século XVII, longe dos campos de batalha da Europa, os bravos chefes militares do Arraial Novo de Bom Jesus combateram e venceram com honra um dos melhores exércitos da época e, finalmente, expulsaram os holandeses em 1654.

Não é sem razão que o Exército Brasileiro considera possuir suas raízes firmadas na região de Guararapes. Além de "modeladores da nacionalidade brasileira", os heróis das duas Batalhas dos Guararapes foram, sem dúvida, inovadores na arte da guerra. Após Guararapes, como nos ensina o historiador militar Coronel Cláudio Moreira Bento, o "Exército Patriota passou a dominar Pernambuco", corroborando plenamente a afirmação do também ilustre

historiador General Flamarion Barreto de que "em Guararapes nasceu o Exército Brasileiro".

Sr. Presidente, é muito forte pois, a influência que o espírito de Guararapes exerceu na formação da nacionalidade e, especialmente no Exército Brasileiro ao longo do tempo. Em 1945, ao retornar ao Brasil após a vitoriosa atuação da Força Expedicionária Brasileira nos campos da Itália, o Marechal Mascarenhas de Moraes depositou os louros da vitória no histórico monte pernambucano, assim se expressando: "nestas colinas sagradas, na batalha vitoriosa contra o invasor, a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da Nação brasileira".

Guararapes, definiu com propriedade João Cabral de Melo Neto:

"Guararapes não é um cemitério. Não é um museu nem um arquivo. Guararapes aponta na direção contrária: não guarda nem tenta reviver o que morreu. E, se relembramos que aqui muitos morreram, não o fazemos por deleitação mórbida, mas para dizer que morreram por alguma coisa. Aqui, João Fernandes, André Vidal, Henrique Dias e Felipe Camarão encontrariam, sim, a lembrança de seus mortos, mas não lhes ocorreria rezar por eles como se reza numa igreja ou num cemitério. Rezariam, sim, pelo que pôde, e ainda puder crescer das sementes em que esses mortos se semearam. Guararapes, de sol livre e ao ar livre: bom lugar para se lembrar um passado que não se fez mármore mas frutificou."

Aliás, o Governo Federal, reconhecendo esses fatos, criou, em 19 de abril de 1971, o Parque Nacional Histórico dos Guararapes, no local onde ocorreu tão memorável saga. Por isso, neste momento, desejo registrar nesta Casa do Congresso Nacional a significação do decreto presidencial considerando 19 de abril, o Dia do Exército."

A propósito, em Exposição de Motivos, ao Presidente da República Itamar Franco, afirma, como propriedade, o Ministro do Exército:

"Nos Guararapes foram preservadas as unidades física e espiritual do Brasil e lançados os fundamentos da grande e incomparável democracia étnica brasileira, do nacionalismo autêntico e da tradição de amor à liberdade, chamada, então, pelos libertadores patriotas, de divina liberdade."

Tendo em vista que a gênese da nacionalidade brasileira brotava em Guararapes, quando, em 1645, as três raças formadoras de nossa gente firmaram um pacto de honra, assinando célebre proclamação, em que aparece, pela primeira vez, o vocábulo Pátria, razão pela qual foi constituída, militarmente, uma tropa, que passou a ser chamada de Exército Libertador ou Patriota, e que tal fato consagrou-se com a 1ª Batalha dos Guararapes, travada em 19 de abril de 1648, constituindo importante fator para a formação do Exército Brasileiro;

— e, ainda, que em 19 de abril de 1971 foi criado o Parque Histórico de Guararapes, reconhecido pelo Governo Brasileiro como área de significativa importância histórica;

— é de todo interesse para a instituição que no dia 19 de abril seja transformado em data máxima para o Exército Brasileiro, em virtude dos feitos realizados em Guararapes, culminando como o nascimento do nosso glorioso Exército."

Concluo, Sr. Presidente, manifestando o nosso regozijo pela escolha do 19 de abril como "Dia do Exército", ensejando oportunidade de se cultuarem os valores cívicos da nossa Pátria e de se chamar a atenção dos cidadãos deste País para essa data histórica tão significativa para o País, o Exército, o Estado de Pernambuco, pois, lembro ainda uma vez o poeta João Cabral de Melo Neto:

"De tudo isso sabemos, devemos relembrar tudo isso neste dia, não como quem bota flores ao pé de um monumento, mas

como quem se formula um projeto renovado de vida: em voz baixa e recolhida, repetindo as coisas sabidas como se tivesse acabado de aprendê-las, com a sempre desconfiança de que esse projeto possa não dar certo, mas com a disposição de fazer como que ele de certo, quaisquer que sejam as dificuldades a que tenha de fazer frente."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

Dario Pereira — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Júnia Marise — Lavoisier Maia — Lourenberg Nunes Rocha — Maurício Corrêa — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Não há mais oradores inscritos. A Presidência, nos termos do art. 174 do Regimento Interno, dispensa o período destinado à Ordem do Dia.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

OF. 186/GLPSDB/94

Brasília, 14 de abril de 1994

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, em substituição ao Senador José Richa, indicar o Senador Almir Gabriel para, representando o Partido da Social Democracia Brasileira PSDB, na qualidade de Titular, compor a Comissão Especial Mista destinada a apreciar a Medida nº Provisória 457.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador Mário Covas, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) — Será feita a substituição solicitada.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência designa para a sessão ordinária de segunda-feira próxima, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 43, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1993 (nº 249/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de rediodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, tendo.

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Álvaro Pacheco, em substituição à Comissão de Educação.

— 2 —

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 55, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 4 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 34, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1994 (nº 2.535/92, na Casa do origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Desenhista. (Dependendo de Parecer da Comissão de Assuntos Sociais.)

- 5 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 66, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1993 (nº 3.277/92, da Casa de Origem), que dispõe sobre o preço de comercialização da gasolina de aviação. (Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura)

- 6 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 167, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 167, de 1993 (nº 3.529/93, na Casa de origem), que cria cargos do Grupo Processamento de Dados no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências, tendo

Parecer Favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Francisco Rollemburg, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 7 -

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 139, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 3º da Resolução nº 110, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1993, de autoria do Senador Hydekel Freitas, que considera crime o porte de arma de fogo nas condições que especifica, e dá outras providências. (Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 9h55min.)

COMISSÃO DIRETORA

PORTARIA DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 1, DE 1994

A Comissão Diretora do Senado Federal, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e à vista do que dispõem os arts. 143 e 246 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e 583 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Resolve:

I – instaurar Processo Disciplinar destinado a apurar as responsabilidades de JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado, aposentado pelo Ato do Presidente nº 844, de 1991, o qual é acusado de ter, no exercício de função pública, recebido propina, comissão, presente ou vantagens, em razão de suas atribuições, o que caracteriza transgressão sujeita à penalidade de cassação da aposentadoria, nos termos dos arts. 132, XIII e 134 da Lei nº 8.112, de 1990;

II – designar os senhores Senadores JÚLIO CAMPOS, Primeiro-Secretário, NABOR JÚNIOR, Segundo-Secretário, e CARLOS PATROCÍNIO, Suplente de Secretário, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão que conduzirá o Processo Disciplinar, na forma do estabelecido no art. 149 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, 12 de abril de 1994. – Humberto Lucena – Chagas Rodrigues – Júlio Campos – Nabor Júnior – Junia Marise

ATO DO PRESIDENTE

ATO DO PRESIDENTE Nº 177, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, e do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 006.437/94-0, resolve rescindir, a partir de 11 de abril de 1994, o contrato de trabalho, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de ALEXANDRE ALVES COSTA JÚNIOR, do emprego de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Alexandre Costa.

Senado Federal, 14 de abril de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 178, DE 1994

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD-000111/94-5, resolve aposentar, voluntariamente, a servidora SUELENA MARIA MOURA DE ARAÚJO FARIA, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 44, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, com-

binado com os artigos 67, 100, 186, inciso III, alínea c, e 244 da Lei 8.112, de 11-12-90, artigos 5º da Lei 8.112, de 8-1-94 e 76, inciso V, § 5º do Regulamento do PRODASEN, bem assim com as vantagens do Ato 006, de 1992, do Presidente do Conselho de Supervisão do PRODASEN e das Resoluções 59/91 e 51/93 do Senado Federal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, correspondente à razão de 27/30 (vinte e sete trinta avos) do seu vencimento, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 14 de abril de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 455, DE 1993

Publicado no **D.C.N.**, (Seção II), de 14 de setembro de 1993, que aposentou o servidor **Antonio Rodrigues Neto**.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal da concessão da aposentadoria a que se refere o presente Ato, para excluir a vantagem constante da Decisão da Egrégia Comissão Diretora do Senado Federal, adotada em sua 14ª Reunião Ordinária, realizada em 27-11-85 (Processo PD-1010/85-9), em consonância com a Decisão nº 270/93, 1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União.

Senado Federal, 14 de abril de 1994. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

PORTRARIA

PORTARIA Nº 26/94

O Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, no uso de suas atribuições, resolve

Designar o servidor **JOSE APARECIDO CAMPOS**, Analista Legislativo – Área de Orçamento Público, Matrícula 2949, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, à disposição do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, para exercer a função de Auxiliar Técnico, a partir de 8 de abril de 1994.

Brasília, 8 de abril de 1994. – **Henrique Lima Santos**, Presidente.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

10ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 30 de março de 1994.

Aos trinta dias do mês de março do ano de hum mil, novecentos e noventa e quatro, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, em sua sede, situada no Anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Senhor

Senador Wilson Martins, com a presença dos senhores Conselheiros Senador Nabor Júnior, Deputado Prisco Viana, Ângela Amin, Vital do Rego, Aristo Holanda, Doutores Henrique Lima Santos e Antonio José Machado. Presentes também o Senador Onofre Quinam, Tesoureiro, João Bosco Altoé, Diretor-Executivo do IPC e Doutor Geraldo Guedes, Presidente da Associação dos ex-Congressistas. Verificado. O quorum regimental, o Presidente declarou aberto os trabalhos e em seguida, determinou ao Senhor Secretário a leitura da Ata da Reunião anterior, o que foi feito. Após a leitura, a Ata foi discutida e votada, tendo sido aprovada sem restrições. Em seguida, o Presidente distribuiu, com todos os presentes, cópia do seu Relatório referente as atividades do Instituto no exercício de 1993, tendo em seguida, lido em voz alta a apresentação do referido documento. Em seguida, o Presidente, dizendo da sua determinação de concorrer ao Cargo de Governador do estado do Mato Grosso do Sul nas próximas eleições e considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 64/90, que trata sobre inelegibilidade e descompatibilização, apresentou sua carta de renúncia do Cargo de Presidente. Nesta mesma oportu-

nidade, entregou as cartas de renúncia do Vice-Presidente, Deputado Manoel Castro e do Suplente de Tesoureiro Deputado Ubiratan Aguiar, que lhe foram entregues momentos antes, sob a mesma alegação de descompatibilização e inelegibilidades. O Presidente agradeceu emocionado a colaboração de todos os Conselheiros e funcionários durante o período em que esteve a frente dos destinos do IPC, declarando ter sido gratificante para si, ter exercido tão honroso Cargo e que desejava que esta Instituição se firmasse cada vez mais no desempenho de suas finalidades. Em seguida, retirou-se da Reunião. Ato contínuo, assumiu a condução dos trabalhos o Conselheiro Senador Nabor Júnior, na condição de Presidente **ad-hoc**. Dando prosseguimento a reunião, o Senador Nabor Júnior esclareceu que, de conformidade com a Lei nº 7.087/92, que dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC e do Regulamento Básico, determina que, quando ocorrer a vaga do Cargo de Presidente e de Vice-Presidente, nos termos do art. 9º da lei supra, a Presidência será exercida pelo membro mais idoso do Conselho Deliberativo. Dito isso, o Presidente **ad-hoc** colocou a questão para decisão do Egrégio Conselho, informando, entretanto, que verificando as datas de nascimento dos senhores Conselheiros, identificou o Senador Josaphat Marinho como sendo o membro mais idoso. Estando ausente da reunião o Senador Josaphat Marinho, o Deputado Prisco Viana informou que já havia conversado pessoalmente com o Senador Josaphat e que estava autorizado, por ele, a dizer nesta reunião da sua expressa renúncia a esse direito. Dentre uma série de razões, o Senador Josaphat destacou a de estar desempenhando tarefa de relevante importância para o Congresso Nacional, como Relator que é, ao Projeto do novo Código Civil Brasileiro. Consideradas as declarações do Conselheiro Deputado Prisco Viana, o Presidente em exercício Senador Nabor Júnior submeteu a questão a decisão do Conselho. Ainda sob a égide do preceito legal, estabelecido no art. 9º da Lei nº 7.087/82, o Conselho identificou o nome do Doutor Henrique Lima Santos como sendo o membro mais idoso. E, nessa condição, caberia a ele assumir a Presidência do Instituto, interinamente. A Conselheira Deputada Ângela Amin, invocando o § 2º do art. 9º da Lei nº 7.087/82, colocou como proposta a realização da eleição do Conselheiro Doutor Henrique Lima Santos, para Presidente do IPC, em caráter definitivo, até o final deste período. O Presidente em exercício, colocou a proposta da Conselheira em discussão. Todos os senhores Conselheiros aderiram a proposta nos termos em que fora colocada. Encerrada a discussão, a matéria foi colocada em votação. Encerrada a votação, verificou-se que o Conselheiro Doutor Henrique Lima Santos foi eleito por unanimidade Presidente do IPC, para até o final deste período, o que ocorrerá em março de 1995. Após a proclamação da eleição pelo Senador Nabor Júnior, o Presidente eleito, Doutor Henrique Lima Santos, prestou juramento e, em seguida, tomou posse. Já investido do cargo, sua Excelência agradeceu a todos pela confiança nele depositada, dizendo do seu grande respeito as finalidades da Instituição e do reconhecimento da importância social que o IPC representa. Antes de encerrar, o Presidente marcou uma nova reunião para o dia 14 de abril próximo, com pauta a ser previamente elaborada. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião às doze e trinta minutos. E, para constar, eu Raymundo Urbano, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelos Membros do Egrégio Conselho Deliberativo.

7ª Reunião ordinária da Comissão Diretora realizada em 12 de abril de 1994

Às onze horas e trinta minutos do dia doze de abril de um mil, novecentos e noventa e quatro, reúne-se a Comissão Diretora

do Senado Federal, na Sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Senadores Humberto Lucena, Presidente; Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente; Levy Dias, Segundo Vice-Presidente; Júlio Campos, Primeiro Secretário; Nabor Júnior, Segundo Secretário; Júnia Marise, Terceira Secretária e Carlos Patrocínio, Suplente.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Senador Nelson Wedekin, Quarto Secretário.

Inicialmente, o Senhor Presidente submete ao exame da Comissão Diretora proposta de Ato que "Dispõe sobre a conversão, em Unidade Real de Valor, da remuneração dos senadores e dos servidores do Senado Federal".

Após debates, é aprovada a proposta, assinando os presentes o respectivo Ato, que vai à publicação.

A seguir, o Senhor Presidente submete à consideração dos presentes os seguintes assuntos:

a) Requerimento nº 169, de 1994, no qual o Senhor Senador Gilberto Miranda solicita ao Senhor Ministro da Fazenda informações relacionadas com as operações de compra de bônus do Tesouro norte-americano no período de setembro de 1993 a março de 1994.

Após debates, os presentes aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

b) Requerimento nº 171, de 1994, no qual o Senhor Senador Carlos Patrocínio solicita ao Senhor Ministro da Fazenda a remessa a esta Casa de documentos destinados a instruir a Mensagem nº 43, de 1994 (nº 53, de 1994, na origem).

Após debates, os presentes aprovam a matéria e a encaminham à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências;

c) Parecer da Consultoria-Geral do Senado Federal ao Projeto de Resolução nº 2, de 1992, que "altera o instituto da Indicação de que trata a Seção IV, Capítulo I, Título VIII, do Regimento Interno do Senado Federal".

É designado o Senhor Segundo-Vice-Presidente para relatar a matéria;

d) Expediente do Senhor Senador Iram Saraiva solicitando o resarcimento integral de despesas médicas, conforme requerido no Processo nº 004678/94-0.

Após discussão, é autorizado o resarcimento;

e) Parecer da Secretaria de Controle Interno à prestação de contas do Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, relativa ao exercício de 1992.

É designado o Senhor Segundo Vice-Presidente para relatar a matéria;

f) Recurso formulado por Evandro Fonseca Paraguá e outros servidores inativos contra decisão que indeferiu os pleitos formulados nos Processos nºs

013384/93-7, 011521/93-7, 013151/93-2
013480/93-6, 007063/93-8, 013383/93-0
013241/93-1, 012873/93-4, 013382/93-4,
011480/93-9, 011844/93-0, 022769/93-9,
012882/93-3, 013157/93-0, 012881/93-7,
012883/93-0, 013386/93-0, 013158/93-7 e 013385/93-3.

É designado o Senhor Segundo Secretário para relatar a matéria.

Em seguida, é dada a palavra ao Senhor Segundo - Vice-Presidente, que apresenta os seguintes assuntos:

a) Parecer ao Projeto de Resolução nº 66, de 1993, que "dá nova redação ao art. 5º da Resolução nº 88, de 1992", no qual conclui pela aprovação do projeto original, apreciado favoravelmente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, com fulcro no parecer da Secretaria Administrativa do Senado Federal, pela rejeição das emendas apresentadas.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer;

b) Parecer favorável à licença para alienação de bens móveis diversos, considerados obsoletos ou irrecuperáveis, listados nos Processos nºs

000160/93-8, 023474/93-9, 023500/93-0,
023501/93-6, 023502/93-2, 023503/93-9,
005390/93-1, 002331/94-8, 003135/94-2 E 003678/94-6.

Os presentes, após discussão, aprovam o parecer.

Por fim, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro Secretário, que submete ao exame da Comissão Diretora:

a) Processo nº 004483/94-4 (anexos: 003522/94-6, 002821/94-0 e 002745/94-1) em que o servidor Miguel Sobre Mendes requer Licença para Desempenho de Mandato Classista.

É designada a Senhora Terceira Secretária para relatar a matéria;

b) Processo nº 004524/94-2, pelo qual a Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados requer a cessão do Auditório Petrônio Portela, para a realização da Convenção Nacional daquele Partido, no dia 29 de abril de 1994.

A solicitação é deferida pelos presentes;

c) Processo nº 005195/94-2, pelo qual a Liderança do Partido Socialista Brasileiro na Câmara dos Deputados requer a cessão do Auditório Petrônio Portela, para a realização do Congresso Nacional Extraordinário daquele Partido, nos dias 27 e 28 de maio de 1994.

A solicitação é deferida pelos presentes;

d) Sugestão da Relo-Ponto Informática de colocação de equipamentos eletrônicos no Senado.

Após discussão, os presentes indeferem a solicitação.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião, às doze horas e quarenta minutos, pelo que eu, Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora lavrei a presente Ata, que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora 12 de abril de 1994. – Senador Humberto Lucena, Presidente.

Senado Federal
Secretaria Legislativa
Subsecretaria de Comissões
Serviço de Comissões Especiais e de Inquérito

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Ato nº 16, de 1992, do Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, destinada a "proceder amplo estudo do sistema previdenciário brasileiro, tanto no tocante a sua estrutura quanto ao seu regime de custeio e benefícios e propor soluções cabíveis para o seu regular funcionamento".

3ª Reunião (Palestras sobre Demografia - Item 1 do Roteiro de Trabalho), realizada em 12 de março de 1992.

Aos doze dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na Sala 2 da ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Cid Saboia de Carvalho (Presidente), Francisco Rollemberg (Vice-Presidente), Almir Gabriel (Relator), Nelson Wedekin, Esperidião Amin e Eduardo Suplicy, reune-se a Comissão Temporária destinada a "proceder amplo estudo do sistema previdenciário brasileiro, tanto no tocante à sua estrutura quanto ao seu regime de custeio e benefícios e propor soluções cabíveis para o seu regular funcionamento".

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. A seguir, convida os Senhores Dr. Eduardo Augusto de Almeida Guimarães (Presidente do IBGE), Drª Alícia Marta Grummam (Chefe do Departamento de População do IBGE), Professora Neide Lopes Patarra (Professora da Universidade de Campinas – UNICAMP) e o Dr. Manoel Costa (Diretor do Centro de Estudos "O Segundo Brasil"), para tomarem assento à Mesa. Com a palavra o Dr. Eduardo Augusto de Almeida Guimarães que, com a assessoria da Drª Alícia Marta Grummam, destaca os principais pontos da questão demográfica apurados no último Senso. Com a palavra a Professora Neide Lopes Patarra aborda a questão demográfica e seus impactos no sistema previdenciário brasileiro. Com a palavra, o Dr. Manoel Costa aborda também a questão demográfica e seus impactos no sistema previdenciário brasileiro. Prosseguindo, passa-se à fase interpellatória. Com a palavra, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Expositores.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Soares de Oliveira Neto, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

5º Reunião (Palestra do Deputado Antônio Britto sobre o Relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados – Sistema Previdenciário. Debate com o Professor Annibal Fernandes).

Aos vinte e seis dias do mês de março, do ano de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas e trinta minutos, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Francisco Rollemburg (Vice-Presidente da Comissão), Almir Gabriel (Relator) e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão Temporária destinada a "proceder amplo estudo do sistema previdenciário brasileiro, tanto no tocante a sua estrutura quanto ao seu regime de custeio e benefícios e propor soluções cabíveis para o seu regular funcionamento".

Havendo número regimental, o Senhor Senador Francisco Rollemburg (Vice-Presidente da Comissão no exercício da Presidência) declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. A seguir, convida o Deputado Antônio Britto (Relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre Sistema Previdenciário) e o Professor Annibal Fernandes (Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Seguridade Social), para tomarem assento à Mesa. Em seguida, passa a palavra ao Deputado Antônio Britto para o início da palestra sobre as conclusões do Relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados – Sistema Previdenciário. Prosseguindo, passa-se à fase dos debates, onde fizeram uso da palavra o Senhor Senador Almir Gabriel, Deputado Antônio Britto e o Professor Annibal Fernandes. Com a palavra, o Senhor Presidente agradece a presença dos convidados.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Soares de Oliveira Neto, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o aninhamento taquigráfico.

10º Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Realizada em 22 de março de 1994, às 11 horas.

Às onze horas do dia vinte e dois de março de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões da Comissão, ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador João Rocha e

com a presença dos Senadores Ronan Tito, Carlos Patrocínio, Ronaldo Aragão, João Calmon, Eduardo Suplicy, Moisés Abrão, Esperidião Amin, Gilberto Miranda, Aluízio Bezerra, Meira Filho, José Richa, Jonas Pinheiro, Magno Bacelar, Marluce Pinto, Henrique Almeida, Mansueto de Lavor e Jônico Tristão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e a seguir, passa a palavra ao Senador Esperidião Amin que entrega à Presidência um documento por ele elaborado sobre a negociação da dívida externa brasileira, a fim de que seja distribuído aos Senhores Membros da Comissão. Usam da palavra para discutir o assunto os Senadores Eduardo Suplicy, Gilberto Miranda, Ronaldo Aragão, Ronan Tito, Meira Filho, João Rocha, Carlos Patrocínio, Moisés Abrão e Aluízio Bezerra. Da discussão, resulta a proposta de se convidar o Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a comparecer perante à Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de esclarecer o acordo firmado com os credores brasileiros. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Gilberto Miranda, relator do Item 1 da Pauta, PLC Nº 22/93, que "dá nova redação ao art. 3º do Decreto-Lei nº 2.472, de 1º de setembro de 1988, que "altera disposições da legislação aduaneira, consubstanciada no Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências", de autoria do Deputado Koyu Iha, para que leia o seu parecer, favorável nos termos das emendas redacionais que apresenta. Em discussão a matéria, falam os Senadores Ronaldo Aragão e Gilberto Miranda. Submetida a votação, a matéria é aprovada. Com a palavra, em seguida, o Senador Moisés Abrão, para proferir o seu parecer, favorável ao PLC Nº 160/93, que "dá nova redação ao caput do art. 11 da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências", de autoria do Deputado Jesus Tajra. Em discussão a matéria, falam os Senadores Eduardo Suplicy, Ronan Tito, Magno Bacelar e Moisés Abrão. Colocada em votação, a matéria é aprovada. A seguir, o Senador Eduardo Suplicy passa a ler o parecer favorável que oferece ao PLC Nº 50/93, que "exclui a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – EMBRAER da abrangência da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização", de autoria do Deputado Ernesto Gradella. Colocado em discussão o Projeto, participam os Senadores Ronan Tito, Moisés Abrão, Magno Bacelar e Eduardo Suplicy, sendo concedida vista da matéria ao Senador Moisés Abrão pelo prazo regimental de cinco dias úteis. Ainda com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy procede à leitura do parecer favorável que oferece ao PLC Nº 227/93, que "veda a destinação de recursos e auxílios públicos que especifica", de autoria do Deputado Jamil Hadad. Não havendo quem queira discutir, a matéria é submetida a votação e é aprovada. Em seguida, o Senador José Richa lê o parecer favorável que oferece ao PLC Nº 228/93, que "proíbe as instituições oficiais de crédito a conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS", de autoria do Deputado Edson Silva. Em discussão a matéria, fala o Senador Carlos Patrocínio. Colocada em votação, a matéria é aprovada. Passa-se, a seguir, à apreciação do PLS Nº 224/91, que "determina a atualização monetária dos dividendos a pagar aos acionistas das sociedades anônimas, e dá outras providências", – de autoria do Senador Carlos Patrocínio – cujo relator, Senador Affonso Camargo, apresenta parecer favorável. Em discussão a matéria, participam os Senadores Moisés Abrão, Carlos Patrocínio, Mansueto de Lavor, Ronan Tito, Meira Filho, Gilberto Miranda e José Richa. Submetida a votação nominal, a matéria é aprovada. Tendo sido apresentado requerimento de dispensa de insterstício de iniciativa da Presidência da Comissão, a matéria vai a turno suplementar,

sendo aprovada. Prosseguindo, o Senhor Presidente confere a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para ler o seu parecer, favorável nos termos do Substitutivo que apresenta ao PLS Nº 73/93, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir na nota fiscal o valor do frete do transporte de combustíveis", de autoria do Senador Esperidião Amin. Não havendo discussão, a matéria é submetida a votação nominal e é aprovada. De acordo com requerimento de dispensa de interstício de autoria do Senhor Presidente, a matéria é apreciada em turno suplementar, sendo aprovada em votação nominal. Tendo em vista o avançado da hora, o Senhor Presidente comunica que ficarão adiadas, para uma próxima reunião, as seguintes matérias: PLC Nº 70/93, PLC Nº 234/93, PLS Nº 42/93, PLS Nº 256/89 e PLS Nº 227/91. Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência encerra a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada pelo Senhor Presidente.

ÍNTÉGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO

Anexo à Ata da 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 22 de março de 1994, às onze horas, que se publica devidamente autorizada pelo Senhor Presidente, Senador João Rocha.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência abre a reunião e passa a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, pedi esse espaço em caráter excepcional e pretendo me cingir a dois minutos.

Trata-se do seguinte: o Senador participou de maneira especial, de todo o processo de negociação da dívida externa.

Temos sido informados – e passei a estudar esta questão – de que o Governo, diante da negativa do FMI e da consequente negativa do Governo americano de emitir os Zero Coupon Bonds, adotou a técnica, deu o drible, não sei se à direita ou à esquerda, de comprar esses bônus do Tesouro americano no mercado secundário. Além da questão prática de que isso vai ter um pequeno ágio adiciona – estima-se em US\$60 milhões a mais – trata-se de um desvio de rota, ou de uma correção de rota – como queiram – importante.

Fiz um rápido estudo. Não vou, neste pequeno espaço de tempo, examiná-lo, mas vou deixar com V. Exª uma pequena nota elaborada pela assessoria da Casa, com a competência do assessor de todos nós, Dr. Petrônio, contendo alguma referência bibliográfica, basicamente a *Gazeta Mercantil* dos dias 18 e 19 de março.

Ontem, antes de trazer o assunto à Comissão, falei com V. Exª e, hoje pela manhã, por desencargo de consciência, telefonei para o Presidente do Banco Central, dizendo que iria manifestar aqui o meu desconforto pelo fato de sempre termos sido informados – e sempre termos colaborado – e, agora, não termos conhecimento de nenhuma iniciativa do Governo. S. Sª me informou, e agora completou, que na quinta-feira lhes ocorreu – a ele e ao Ministro da Fazenda – pelo menos informar à Comissão de Assuntos Econômicos essa alteração de rota. E S. Sª estará consolidando, através de um convite ao Presidente da Comissão, uma iniciativa no sentido de nos manter informados dessa alteração de rota, cujo mérito não quero aqui analisar, posto que me dispus a falar... (inaudível)... a minha comunicação é entregar uma nota com esses anexos e sugerir ou uma iniciativa nossa, ou aguardar a iniciativa do Ministro da Fazenda desse contato, que é o mínimo devido ao Senado Federal e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas repito que fui informado pelo Presidente do Banco Central que o Ministério da Fazenda, desde quinta-feira passada,

já tinha deliberado tomar a iniciativa de contatar esta Comissão para manter os seus integrantes informados dos importantes fatos: a negativa do FMI, a negativa do Tesouro e a alternativa que foi encontrada para o cumprimento do calendário que prevê para o dia 15 de abril o encerramento dessa longa negociação que V. Exª e esta Comissão têm acompanhado há tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O prazo inclusive era fevereiro e foi pedido para ser prorrogado até 30 abril. Vamos tomar conhecimento da informação de V. Exª e repassá-la a todos os membros da Comissão, procurando, inclusive, hoje, a Secretaria, porque não chegou nada do Banco Central nem do Ministro da Fazenda sobre o acordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra para um assunto importante.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, também considero importante que a Comissão de Assuntos Econômicos seja oficialmente informada sobre os procedimentos do Governo brasileiro, do Ministério da Fazenda e das autoridades econômicas junto aos credores internacionais e ao Fundo Monetário Internacional.

O fato de o Brasil ter que colocar uma parte significativa de suas reservas junto aos bancos credores como garantia vai alterar, de alguma maneira, a previsão que o Governo Federal havia feito, primeiro, o Governo Collor, e, depois, o Governo Itamar Franco, sobre qual seria de fato o desconto efetivo que o Brasil teria na negociação que se está desenvolvendo.

Tendo em vista que um volume maior de reservas se tornará necessário para a garantia junto aos credores internacionais, tendo em vista que anteriormente o Governo havia exposto que uma parte desses recursos seria colocada por instituições como o FMI e Banco Mundial, mas que agora é de responsabilidade do Governo brasileiro, há uma alteração nos cálculos que nos foram apresentados pelas próprias autoridades. Daí a necessidade de termos informações precisa a respeito, inclusive sobre a maneira como essa nova situação pode estar alterando o cumprimento da resolução do Senado.

O Governo brasileiro tem, perante o Senador, o compromisso de só arcar com compromissos desde que os mesmos não estejam indo além da capacidade interna de pagamento do setor público. Por isso precisarmos contar aqui com a presença de autoridades do Ministério da Fazenda ou o Presidente do Banco Central para que tais esclarecimentos sejam prestados.

Portanto, mais que um contato informal, seria importante a presença do Presidente do Banco Central, do negociador desse acordo ou de representante do Ministro da Fazenda junto a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – tem a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é muito importante sabermos do Sr. Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central quando começaram as compras desses bonds, qual o valor comprado e se o prazo de vencimento é realmente de trinta anos. Todas as vezes em que o Sr. Ministro da Fazenda esteve aqui, inclusive da última, ele nos afirmou que todos os recursos estavam no Banco da Basílica. Em nenhum momento se falou na compra desses bonds.

Tendo em vista que o Ministro está para sair do Ministério, se realmente for confirmado o fato de que S. Exª é candidato à Presidência da República, acho que isso deixa muito claro que a

atitude de S. Ex^a foi mais uma vez a de tentar impressionar a opinião pública, tentar passar a impressão de que o acordo já estava firmado. todavia, essa compra teve fins eleitorais, porque não havia necessidade nenhuma de apressá-la, tendo em vista que poderia ter havido mais diálogo com o Governo americano no que diz respeito à emissão desses, 2,8 milhões.

Acho muito estranho o fato de que o Ministro vá aos Estados Unidos e na volta faça essas afirmações. Sabemos que esses títulos subiram violentamente, nas últimas semanas, nos Estados Unidos e no mundo, tendo em vista a compra maciça efetuada pelo Governo brasileiro. Se isso vier a se concretizar, deveremos repudiar a atitude do Ministro e consequentemente a do Presidente da República, que deve ter autorizado essa operação e, com certeza, sabia da mesma antecipadamente. É preciso saber, por exemplo, qual a corretora que efetuou a compra, quanto custou, quem ganhou com isso. A Comissão de Assuntos Econômicos e o Congresso não sabiam disso.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Tem a palavra o Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Sr. Presidente, trata-se de um esclarecimento. Como não estive presente à reunião de que o Sr. Ministro da Fazenda participou, não sei se o Senador Gilberto Miranda teria condições de dizer se a compra dos bonds utilizou reservas.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sim, usou reservas. O Banco Central sempre – respondendo a V. Ex^a, Senador Ronaldo Aragão – pode e deve gerenciar e trabalhar esse dinheiro no mercado internacional para ter recursos e não sofrer desvalorização. Atualmente, o Banco da Basíléia paga menos do que a inflação americana; então, estamos perdendo com esses recursos lá. No entanto, o Sr. Ministro, todas às vezes que aqui esteve, afirmou que o Banco da Basíléia representa segurança para quesse dinheiro não venha a ser arrestado por nenhum credor.

A mesa do Banco Central trabalha no mundo inteiro comprando e vendendo títulos. Ela pode fazer isso, sem dúvida alguma, e deve fazer. E enquanto pagamos 16%, 17%, 26%, não sabemos como são feitas essas operações do Banco Central. Já fiz requerimento pedindo informações e hoje estou encaminhando novamente um novo requerimento pedindo todos esses dados, porque o Sr. Ministro, da última vez que aqui esteve, nos informou que o dinheiro estava no Banco da Basíléia e, em nenhum momento, S. Ex^a nos falou que estava comprando títulos.

O SR. RONALDO ARAGÃO – A compra de títulos em 30 anos, em que vem favorecer o Brasil?

O SR. RONAN TITO – Trata-se da securitização da dívida, porque um percentual do nosso débito faz parte do nosso acerto com os bancos internacionais. Tivemos uns quatro acertos: o acordo da inadimplência, o Clube de Paris, os organismos oficiais que partem do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano e, agora, estamos na fase final com os bancos particulares num total de 36,38 bilhões de dólares, mais ou menos.

Muito bem. Acontece que esses bancos fazem algumas exigências para renegociar essa dívida. Por exemplo, quando estou devendo a um banco, eles pedem uma garantia. É a securitização. Estamos comprando o quê? Bônus do Tesouro norte-americano com deságio normal, num percentual, se não me engano, de 20% ou em torno disso, que será lastreado.

Agora, num ponto merece destaque em toda essa história. Eu gostaria de chamar a atenção do Senador Gilberto Miranda para a denúncia de que estariamos comprando no mercado livre títulos do Governo brasileiro. Se isso for verdade – desculpem –, es-

tamos fazendo uma falcatrua, porque, ao mesmo tempo em que estamos negociando oficialmente com os bancos particulares, estamos indo para o mercado paralelo fazer compras de títulos. Então, era hora de o Brasil dizer que não vai fazer negócio com os bancos e, sim, comprar no mercado de títulos o valor dos títulos.

O que foi que aconteceu? Havia um compromisso do Fundo Monetário Internacional de um empréstimo-ponte no momento em que se acertasse a prorrogação das dívidas por 20, 30 anos – porque são sete modalidades, é uma cesta bastante complexa essa da renegociação. Nesse momento, o FMI, do qual somos sócios fundadores e onde temos uma boa reserva, teria se comprometido a nos emprestar a importância de 3 bilhões de dólares, a juros de sócio, ou seja, juros subsidiados, juros de 4% a 4,5% ao ano, no máximo, 5% ao ano, para que o Brasil fizesse a securitização de sua dívida. Acontece que o Ministro Fernando Henrique veio do exterior com um discurso que estranhei: "O FMI não quis bancar..., não sei o quê..., não sou mais candidato..."

Na verdade, temos muitas especulações a fazer em torno desse assunto, Senador Ronaldo Aragão, que acredito está muito, muito, muito mal contado.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Senador Ronan Tito, só para que eu fique esclarecido: a compra desses títulos está sendo pelo valor de face? Ou qual é o deságio?

O SR. RONAN TITO – Aí é que está. A denúncia...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Está sendo comprado no mercado aberto, e o preço cresceu violentamente nas últimas semanas.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Mas cresceu em face da compra do Brasil.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Claro, começou a ter procura! Antes, não havia procura, ninguém queria comprar título do Brasil!

O SR. RONALDO ARAGÃO – Porque não havia mercado.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Título de 30 anos do governo americano tem marcado, mas é um mercado de juros entre 5% e 6%. O governo americano não lançou bilhões de dólares e, sim, um número reduzido. Mas qualquer governo do mundo, qualquer corretora ou banco que vá ao mercado, não consegue comprar, em uma ou duas semanas, 2,8 bilhões em títulos. Esses títulos estão espalhados no mundo inteiro. Só consegue se pagar uma taxa ou se pagar um deságio menor e comprar por um valor de face maior. Como o Senador ressaltou, o fato estranho é que fomos ter um empréstimo do Banco Mundial e, consequentemente, o governo americano se comprometeu, como forma de ajudar os bancos nesse acordo, a emitir 2,8 bilhões de títulos, sem ágio, sem nada, e nós comprariamos do governo americano. E, da forma que a história está sendo contada, isso aí soa muito mal. Quem ganhou com isso? Tenho a certeza de que não foi o povo brasileiro.

O SR. RONAN TITO – Senador, no passado, nós já tivemos uma advertência do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, de todos os organismos internacionais sérios. Primeiro, por que o título brasileiro, título até vencido, cai a um preço tão avultante? Porque o Brasil não paga as dívidas. Muita gente acha isso vantagem. Isso é péssimo! Já imaginou um título meu de 100 mil valer apenas 25,27 ou 30 mil cruzeiros? É sinal que eu não sou um bom pagador! Então, quando começamos a negociar a dívida, essa cotação melhorou. Acontece que em um determinado momento o Governo brasileiro foi mais inteligente, ou

menos agressivamente desonesto, e mandou que as suas estatais comprassem esses títulos lá fora. Então a Vale do Rio Doce e a Petrobrás começaram a comprar esses títulos a 25 centavos de dólar a cada um dólar. O Tesouro norte-americano, o FMI e o Banco Mundial protestaram e disseram: se vocês continuarem fazendo isso, especulando com a malandragem de vocês – primeiro, vocês não pagam, abaixam o valor da dívida e depois mandam uma estatal comprar isso por 20% do valor –, então não vai ter negociação, vai ter retaliação de lado a lado, vai haver arrestos e tudo mais. Então, nós nos comprometemos a não mais praticar esse tipo de mercado, ou seja, comprar num chamado mercado livre, que, na verdade, para nós, é mercado paralelo. Para nós, só, para o Tesouro brasileiro. Se algum brasileiro quisesse ir lá fora comprar esses títulos, poderia.

Mas se o Governo brasileiro quisesse, verdadeiramente, levar vantagem em cima disso, com inteligência e com acuidade, deveria dar condições, por exemplo, a esses brasileiros que levaram dinheiro para fora, os chamados dinheiro evadidos, para que eles retornassem com esse dinheiro, como fez o México. O México criou condições para o retorno desse dinheiro.

Ora, desses 30 e tantos bilhões de dólares, sou capaz de apostar com V. Ex^a, sobre Senador, que a metade disso é dinheiro brasileiro que retornou, porque os fundos de pensões que entraram aqui, segundo muitos, para especular – e alguns estão especulando mesmo – é peanuts, como dizem os americanos, é uma pequena coisa de cada. Mesmo porque esses fundos de previdência privada, que não arriscam nunca grandes lotes em mercados que não têm muita segurança. Eles vão comprar de quem? Do Japão, da Coréia do Sul. – estou falando de títulos americanos. Eles vão para os Tigres Asiáticos, porque têm segurança absoluta. Porém, a remuneração é muito baixa. E, de repente, temos uma remuneração altíssima aqui no Brasil. Aí eles vêm para cá pescar timburé, como dizemos na gíria. Então eles colocam pequenos valores aqui dentro. Por que os brasileiros, na época, saíram com dinheiro do Brasil? Primeiro, por medo da hiperinflação; segundo, alguns com medo da eleição do Lula. Então, houve uma evasão de recursos, naquela época, em um período de dois anos mais ou menos, estimada em vinte e tantos bilhões de dólares. Como já tinhamos lá fora qualquer coisa em torno de 20, há uma estimativa de que tivemos, lá fora, mais de 40 bilhões de dólares.

No meu entendimento, esses 36 bilhões de dólares que entraram aqui, de 15 a mais, são de retornados brasileiros que vieram investir através da Bolsa, porque, verdadeiramente, o dinheiro brasileiro, hoje, não tem muita segurança como está sendo muito bem remunerado.

A par disso, aconteceu – e é muito grave – que o Tesouro Nacional, com esse recurso, estava comprando, no mercado livre, os títulos desagiados justamente pela nossa inadimplência. Então, este País não é sério! Está negociando conosco aqui na frente, 30 anos, securitização da dívida e, por baixo, está mandando comprar títulos desagiados justamente porque não pagaram na época. O que aconteceu por causa disso? O FMI, que havia prometido 3 bilhões de dólares de um empréstimo ponte... e um empréstimo ponte não é dinheiro subsidiado, é dinheiro que ele empresta para os sócios dele. E é muito bom que se diga, porque se vê muita gente falando: "a política do FMI, porque o FMI, não sei o quê!". Vejam que a Rússia já está no FMI, assim como a China e a Albânia. Foram implorar para entrar no FMI! Porque o FMI é uma agência de desenvolvimento e de auditagem. E quem não está no FMI está fora do mundo, está fora do mercado.

O que aconteceu? Michel Camdessus é um sujeito extraordinário, é um socialista. Michel Camdessus foi Ministro no Gover-

no Mitterrand. E é um sujeito que tem um relacionamento extraordinário com Fernando Henrique Cardoso, porque foram colegas na Sorbonne.

Tive a oportunidade de encontrar-me com ele e com Fernando Henrique Cardoso nos Estados Unidos. Almoçamos juntos e pude observar que Michael Camdessus é um fã do Brasil, é um latino, é um homem interessantíssimo, mas é duro. Ele disse que um empréstimo-ponte no valor de 3 bilhões de dólares é impossível de se conceder ao Brasil e cortou a questão.

Então, agora, o que o Ministro Fernando Henrique está explicando para a população? Que ele vai adiantar para o FMI 3 bilhões de dólares para fazer esse empréstimo-ponte para a securitização da nossa dívida e que depois o FMI vai nos emprestar. Vai?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra continua franqueada.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador João Rocha, eu gostaria de propor a V. Ex^a que convocássemos o Sr. Ministro para comparecer ao plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Eu gostaria de transmitir a V. Ex^a que acabo de pegar o telefone – estava apenas esperando V. Ex^a terminar – para convidar o Ministro Fernando Henrique Cardoso, com a aceitação da Comissão, para tomar um café da manhã, na quinta-feira. E se a Comissão não ficar satisfeita com as informações que serão solicitadas ao Sr. Ministro, nós o convidaremos para que compareça a esta Comissão, porque, com titular e membros, somamos 54. Então, a reunião seria melhor aqui. Caso esse encontro não nos esclareça totalmente, nós o convidaríamos para comparecer ao plenário.

O SR. RONAN TITO – Temos dois assuntos que já estão sendo postergados. Um é a questão da agricultura, a respeito daquele decreto legislativo sobre o qual temos que decidir.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O nosso intuito era, exatamente, levar esse assunto a S. Ex^a

O SR. RONAN TITO – Agora vou usar uma postura de um certo partido, que diz: "Enquanto não se votar o salário mínimo não faço nada"! Agricultor, no Brasil, virou bandido. No mundo todo a agricultura é bastante subsidiada e o agricultor é tido como herói. No Japão, spo o professor tem status maior do que o agricultor, porque os japoneses sabem que o agricultor cumpre uma função social básica, que é a de produzir alimentos para os outros. Aqui, no Brasil, virou bandido! Os heróis são os burocratas, os agentes financeiros.

Enquanto não se clarear essa questão, Sr. Presidente, quero dizer que não terei nenhuma boa vontade. Já não tenho boa vontade com este Governo, mas estou votando igual "cabrito quando vai para a água". Mas, agora, nem isso, nem isso, Sr. Presidente! Precisamos decidir essa situação.

Há poucos dias, os agricultores estiveram, aqui, na Esplanada e mostraram o preço de "porteira", em que o litro de leite foi vendido a 60 cruzeiros. Mas é um absurdo, está barato assim?! É o preço que nós recebemos.

Não sabem os consumidores – muitos sabem, mas fingem ignorar até por suas pretensões eleitorais – que o agricultor neste País é superespezinhado, a começar pelo Banco do Brasil, que, de cada seis sacos que empresta ao agricultor, rouba doze. Aí, vem o Governo e toma mais 18 sacos de ICMS. E depois o agricultor é bandido e os agentes financeiros são heróis!

Sr. Presidente, eu gostaria que se decidesse isso, mas que fosse numa reunião pública aqui, e não de café da manhã, com a presença do Presidente do Banco do Brasil, do Sr. Ministro da Fa-

zenda e do Sr. Ministro da Agricultura para que decidisse isso, até para que se diga o seguinte: "Olhe, nós temos a Associação dos Pequenos Agricultores de Minas Gerais, que está propondo... eu tenho uma propositura até interessante.

O SR. MEIRA FILHO – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO – Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a

O SR. MEIRA FILHO – Nobre Senador, eu quero louvar V. Ex^a pela ênfase que usa para defender a agricultura. E vou até um pouco mais longe: se não fosse por ela, não estaríamos aqui, porque a agricultura, como disse Humberto de Campos certa feita, é a mãe de todas as artes. Sem comida na barriga, Senador, não existiria Congresso, não existiria nada, o carro não anda, o navio não navega. Sem agricultura é impossível. V. Ex^a, então, está absolutamente correto quando dá essa ênfase e a defende, como agricultor e pecuarista. Parabéns a V. Ex^a

O SR. RONAN TITO – Mas, nobre Senador, o meu ex-chefe dizia o seguinte: "É óbvio? É. Não é praticado? É trágico." Nós vivemos no Brasil, neste momento, a tragédia do óbvio, quer dizer, o óbvio que não é praticado, uma tragédia total. O mundo todo sabe que, sem agricultura, não vai. Karl Marx disse que toda a riqueza vem da terra. A Bíblia, muito antes, disso: "O corpo não é mais do que a comida." Mas, aqui no Brasil, importante é burocrata, porque o corporativismo é que está imperando, está arrebatando com o nosso Brasil.

Pergaram uma entidade, nobre Senador, que não pertence aos atuais funcionários do Banco do Brasil nem à atual Diretoria: chama-se Banco do Brasil, que tem 180 anos de sacrifício e de luta; não pertence aos funcionários e muito menos a duas corporações que estão se digladiando lá dentro, dois Sindicatos.

Sabe V. Ex^a o que está acontecendo neste momento? Pensem V. Ex^a: é o Brasil dando lições à Rússia. Nós temos auditores sindicais nas Diretorias do Banco do Brasil! É o fim! Na Rússia havia os representantes do povo, que eram os chamados comissários do povo, mas eram comissionários do povo todo. Agora, não: você tem o auditor dos funcionários.

Interessante, tivemos um bandido no Brasil, que deu uma aula de óbvio também, mas com quem aprendemos um pouco: chamava-se Lúcio Flávio, o passageiro da agonia. Um dia a Polícia quis fazer um acordo com ele e ele falou: "Ladrão é ladrão, bandido é bandido." No Brasil, nós queremos misturar tudo. Aqui empregado é quem manda e patrão é quem tem que obedecer."

O SR. GILBERTO MIRANDA – Isso foi com Mariel Mascript, com quem propuseram um acordo e ele falou: "Ladrão é ladrão. Polícia é polícia."

O SR. RONAN TITO – Mas, aqui no Brasil, não. Dono é o empregado e o empregado é o dono. Foi por isso que eu falei certa vez, nobre Senador, que nós estamos vivendo – é irritante quando nós começamos a analisar o atual Brasil, porque aqui não existe a realidade, existe o imaginário. O imaginário. O imaginário é que domina. Nós vivemos do imaginário. A realidade é que se dane.

A realidade no mundo é a seguinte: sem comida, ninguém vive. No Brasil não. Nós não vivemos sem novela, mas sem comida nós vivemos. Tanto é prova que o agricultor não vale nada neste País. E tem muita coisa para ser decidida. Agora, isso precisa ser discutido em público. Eu sei que a imprensa não vai dar nenhuma cobertura, porque isso não tem importância. A imprensa vai dar cobertura aos escândalos, principalmente aqueles que, por ventura, afrontarem a Constituição.

Por exemplo, assisti, na **Rede Globo** – que espetáculo bonito – um apresentador dizendo que o salário de Deputado custa duas mil e seiscentas vitaminas; ele deveria mandar o deputado embora e pedir a uma mulher que fizesse duas mil e seiscentas vitaminas. Como podemos dispensar a representação popular, a democracia, que não há invenção nossa? Por amor de Deus!

Outro dia, houve uma discussão aqui sobre aquelas duas senhoras distintas – que estavam tripudiando sobre o Senado e o Congresso Nacional. Mas, aquela emissora é uma concessão do Congresso Nacional. Por que o Congresso Nacional não cancela, por uns dias, apenas, para se ver o que acontece. É uma proposta. Vamos cancelar as concessões da **Rede Globo** e do **SBT** por uns dias. Por que não? Se somos o poder concedente, também, podemos ser o poder cancelador.

Poder abastrado, covarde! Temos que assumir o nosso Poder ou o Congresso Nacional assume o seu poder, ou não temos democracia. Temos, agora, que viver da democracia concedida. Outro dia vi um general falando: eu prendo, etc. Quer dizer que estamos vivendo numa democracia por concessão de um general? Ele fez essa afirmação e não foi preso.

Entendo que estamos num regime democrático por um consentimento popular. O Congresso Nacional é força; o Executivo e o Legislativo também o é.

O Legislativo é poder, é um poder que verdadeiramente não se impõe. E quando o Senado tomou aquela atitude, através do Senador Esperidião Amin, de pedir uma verificação de **quorum**, não porque seria ilegal aquele salário, mas, porque seria inoportuno, então, agora, todo mundo começou a tripudiar.

Mas, desculpem-me, o caboclo aqui sabe de tudo, depois da onça morta todo mundo é caçador, todo mundo é valente. Depois que o Senador Esperidião Amin pediu a verificação de **quorum**, quando todos perceberam que não se iria votar – fiquei impressionado de verificar a valentia da **Rede Globo**, a valentia de alguns militares. Ah, que povo valente, que povo extraordinário!

Sr. Presidente, está muito difícil. Está muito difícil. Mas, faço questão, absoluta, que venham aqui o Sr. Ministro da Agricultura, o Sr. Ministro da Fazenda, e o Sr. Presidente do Banco do Brasil para resolvemos de vez esse problema.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – E do Banco Central, também para discutirmos o problema do Proagro.

O SR. RONAN TITO – É, o Banco Central arrecada do Proagro, mas, não paga. V. Ex^a tem toda a razão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Carlos Patrocínio, após o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, gostaria de apoiar a tese do nobre Senador Ronan Tito, apenas, acho que ao invés de café da manhã, tínhamos que fazer essa reunião mesmo. Lá é mais favorável a eles, e aqui acho que é mais favorável para o Congresso Nacional discutir essas questões.

Gostaria de tratar ainda de outro assunto, Sr. Presidente, embora, de menor importância, mas que diz respeito à elaboração desta pauta de votação.

Há um ano atrás, havia um projeto de minha autoria como terceiro item da pauta, e vão aparecendo novas matérias, e as outras vão sendo procrastinadas. Parece que são matérias que não têm importância nenhuma para a legislatura.

Eu gostaria de solicitar a V. Ex^a que não procrastinasse a votação de matéria que, a meu juízo, não suscitarão maiores dúvidas. Não porque se trata de um projeto de lei de nossa autoria, mas

é que isso aqui passa a acontecer de maneira contumaz, ou seja, vão aparecendo novas matérias e projetos de lei que não suscitariam discussões, ficam, aqui, dois, três, quatro, cinco anos. O Senador termina seu mandato, morre, e não consegue ver votado o seu projeto de lei.

Esse o protesto que gostaria de fazer, ratificando, mais uma vez, o nosso apoio integral à proposta do eminente Senador Ronan Tito, devendo essa reunião ser realizada aqui, ou no âmbito desta Comissão ou no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – tem a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, iniciamos o diálogo sobre o acordo da dívida externa, sendo mais do que justo que o Senador Ronan Tito e outros ponderem a necessidade de esclarecimento mais aprofundado sobre o decreto legislativo a respeito dos créditos rurais; mas como houve algumas reuniões para tratar desse assunto, não tendo ainda se chegado a uma conclusão, e sobre a questão da dívida externa é premente a necessidade desta Comissão ser informada, também quero reiterar a importância da reunião ser realizada no âmbito da Comissão.

O Governo brasileiro deverá prestar informações, e é necessário que as mesmas sejam do conhecimento público, devendo inclusive ser transmitidas aos Senadores e registradas, porque precisamos comprar as novas informações com aquelas que estavam nas diversas exposições de motivos sobre os vários acordos com os credores externos. Ou seja, teremos uma nova situação que deve ser comparada com aquela que havia sido prevista pelas autoridades, com os dados de como esta nova situação vai alterar o que antes havia sido previsto. E precisamos ter esses parâmetros registrados aqui na Comissão.

Assim, Sr. Presidente, avalio que, ao invés do café da manhã lá, devemos fazer a reunião aqui, logo cedo.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Penso que deva ser logo cedo, pois temos a Revisão Constitucional.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Exato. Não há impedimento para que estejamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Teria que ser na parte da manhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Às 8h.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A minha sugestão para que seja cedo é exatamente no sentido de não haver choque de horários, o que impediria os Senadores de falarem o que desejam ou pedirem informações. Mas a reunião deve ser oficial e não informal.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Exato.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Lá, seria uma reunião informal e, aqui, uma reunião oficial.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Que seja oficial a reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A sugestão seria marcar a reunião para quinta-feira, às 8h.

O SR. RONAN TITO – Estou de pleno acordo, somente gostaria de avisar que – não é ameaça – no momento em que estiver aqui um Ministro primeiro irei tratar de assunto de débito agrícola. Vou ficar feito "disco quebrado", a menos que me tirem deste plenário, porque não aceito que se postergue mais esse assunto – não aceito! A menos que se resolva isso antes!

Enquanto isso, temos homens de mãos calejadas, ao relento, sendo executados. E estamos aqui discutindo.

No meu entendimento, pelos elementos de que disponho e que pude ler até agora, pela reação do FMI, penso que o Governo brasileiro tomou atitudes que merecem retoque. Mas esse retoque é externo. Existe um retoque interno que deve ser feito primeiro.

Se quiserem fazer amanhã a reunião, das 8h até a meia-noite, estou disponível.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONAN TITO Pois não.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, penso que é muito importante convocarmos o Ministro o mais rápido possível. Todos nós sabemos que o Ministro é candidato à Presidência da República e que deixa o Governo na quarta ou quinta-feira da semana que vem.

Então, deveríamos tentar convocar o Ministro para amanhã, porque, toda vez em que se convoca um Ministro, aqui, a reunião é marcada para às 10h, chega-se às 11h e termina-se ao meio-dia, porque ele tem reunião com prefeitos, com isso e com aquilo, e nunca se resolve absolutamente nada.

As duas matérias são muito sérias e deveríamos convocar o Ministro para amanhã, às 8h. A Ordem do Dia da Revisão nunca se inicia antes das 16 ou 17h, pois antes tem o "pinga-fogo". Se deixarmos para quinta-feira e S. Ex^a alegar que não pode, na sexta-feira ninguém virá, segunda, também não, na quinta-feira o Ministro vai embora. E como ficamos?

O SR. MEIRA FILHO – Senador, penso que essa questão de horário no Parlamento seja mais um defeito de todos nós.

Parece-me – e a mim isso está à flor da pele – que há uma acomodação na Casa aos interesses de cada um e o horário fica para depois.

Eu sou um dos menos que fala nesta Casa. Certa feita, disse nesta Comissão que horário parlamentar é horário parlamentar, porque nunca ninguém chega na hora, tudo se atrasa. Esse é um defeito nosso, que temos que corrigir.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra continua franqueada. Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Sr. Presidente, na discussão iniciada no dia de hoje com relação à dívida externa, compra de bônus, a Comissão está exigindo esclarecimentos de como estão sendo feitos os valores, o spread, etc.

Vi através da imprensa, há quinze dias, e até suscitaria do Senador Ronan Tito em que estado se encontra esse decreto legislativo com respeito à questão da dívida dos agricultores brasileiros? O que o Governo fez ou deixou de fazer?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Essa sugestão do Senador Ronan Tito foi conversada na semana passada, porque o Senador faz parte de uma Comissão Especial criada, juntamente com os Senadores Esperidião Amin, Jonas Pinheiro e cinco parlamentares da Câmara.

A Presidência endossa a proposta e vai falar com o Ministro da Fazenda sobre essa idéia. Vamos mudar a reunião para aqui e vamos sugerir a vinda também do Presidente do Banco do Brasil, do Presidente do Banco Central e do Ministro da Agricultura, para que o Governo dê uma solução sobre a política agrícola para o País.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Mas veja o seguinte: o que se alardeou aqui é que havia um prejuízo de 97 bilhões de dólares do Banco do Brasil. E o Governo confirmou ou não?

O SR. RONAN TITO – Isso é mentira, é inversão do sindicato lá dentro do Banco. Isso é mentira da grossa! Eles inventaram esse número, gostaram desse número. Na verdade, esse é o complexo que a Diretoria tem pelo furto que fizeram com a agricultura de 1989 para cá. O decreto, nobre Senador, apenas fala em sustar a correção monetária. Mas, no Brasil, como eu disse, a realidade não existe, o que existe é o imaginário. Imaginário isso e pronto: virou 97 bilhões de dólares!

O SR. RONALDO ARAGÃO – Isso é um negócio muito sério, que precisa ser esclarecido. Como disse o Senador Ronan Tito, é o imaginário, mas não se pode fazer de uma coisa séria o imaginário.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Acredito que o requerimento deveria ser por convite.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Creio que teria que ser por convite, porque teria que passar na Mesa por um prazo mais longo. Vamos ver o que determina aqui o art. 50 da Constituição: vamos convidá-lo, vamos expor a ele a necessidade de uma reunião formal, em vez de ser uma reunião informal no café da manhã. A reunião de quinta-feira já está confirmada, mas vamos mudá-la.

Aqui vale a vontade da Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Quinta-feira o que seria, se não fosse isso? pode ser à tarde também, vamos fazer uma mobilização entre hoje e quinta-feira no máximo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Entre hoje e quinta-feira, no momento em que o Ministro puder com o Presidente do Banco Central...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Também o Ministro da Agricultura e Presidente do Banco do Brasil.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Sr. Presidente, a título de sugestão, considero de fundamental importância que essa convocação seja feita o mais rapidamente possível e creio que seria melhor não trazer o Ministro da Agricultura, o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco do Brasil, pois vamos colocá-los todos aqui e será um jogo de empurra em que não se decidirá nada.

A minha sugestão seria que convocássemos o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central e, logo em seguida ou no mesmo dia seguinte, trouxéssemos aqui o Ministro da Agricultura e o Presidente do Banco do Brasil, porque, aí, teríamos como debater, já que havíamos discutido com as áreas da economia e da agricultura para obtermos alguma definição.

Se colocarmos todos aqui, vai ficar sempre aquele empurra-empurra, eles vão estudar, o Ministro vai ver o que pode fazer, e não vai acontecer nada.

A título de sugestão, gostaria que se convocassem o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central para um determinado dia e, em outro dia, que aqui comparecessem o Ministro e o Presidente do Banco do Brasil.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Parece-me, Sr. Presidente, que o Decreto Legislativo nº 383 encontra-se no âmbito da Comissão, Justiça e Cidadania.

Não sei se seria oportuno, também, que essa reunião se fizesse conjuntamente, principalmente esta com o Ministro da Agricultura e com Presidente do Banco do Brasil, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já que esse projeto está em mãos do Senador Alfredo Campos e ainda não veio para análise desta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Creio que para esta quarta ou quinta-feira tem que ser o acordo da dívida externa.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – É, seria um substitutivo, inclusive para essa área de agricultura.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, no meu entendimento – eu estava falando aqui com o meu colega e amigo, Senador Moisés Abrão –, *data venia*, com o maior respeito, acontece justamente o contrário: se trouxermos aqui o Ministro Fernando Henrique ele dirá "É, vou ver com o Banco do Brasil"; se trouxermos o Presidente do Banco do Brasil, ele dirá "Vou ver com o Ministro da Agricultura"; se trouxermos o Ministro da Agricultura – na última vez em que S. Ex^a esteve aqui, o Senador Gilberto Miranda teve até oportunidade de debater com ele – S. Ex^a, o Ministro da Agricultura, dirá "Tenho que ouvir o gerente do banco." Aliás, agricultura no Brasil é sempre tocada dessa maneira: com desprezo total.

Segundo meu entendimento, temos que trazer todo esse pessoal para cá, sentarmos com eles e fecharmos questão. Se disserem "Isso é com o Ministro da Agricultura"; poderemos responder "Ele está aí, decida com ele". Sei que ninguém vai dizer "Isso é com o Presidente Itamar." Estou cansado de saber que ninguém vai jogar a responsabilidade para cima do Presidente Itamar Franco.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra V. Ex^a

O SR. ALUÍZIO BEZERRA – A questão da agricultura é um problema de seriedade imensa. E quem trabalha nessa área agrícola, quem acompanha o processo de produção agrícola neste País, participa dele, sabe que na, área dos produtos primários, os investimentos são de risco. O agricultor enfrenta uma série de problemas: os fatores naturais; o custo elevado dos insumos; o descontrole do preço dos produtos; a comercialização; o Proagro, que é um grande engodo para os agricultores, porque eles nunca são pagos, sempre há uma razão para não pagá-los, até mesmo quando eles têm razão, eles não recebem.

É essa a estrutura de produção agrícola que temos no País. Como todos esses riscos, o investidor, quanto se especializa, ele não vai investir no setor agrícola para este é um setor que envolve grande risco; ele vai, então, investir em outras áreas onde não haja risco algum.

O setor primário é o setor de alto risco e de resultados questionáveis dos investimentos. Mas existem por aí alguns heróis que investem no setor agrícola para garantir a produção de alimentos para a população.

Veio o programa do Betinho para combater a fome. Mas, Sr. Presidente, existem atualmente tecnologias avançadas que produzem máquinas do mais alto padrão tecnológico e que podem até programar produções agrícolas de alto nível, levando em conta o pequeno, o médio e o grande produtor. Todavia, é na questão do financiamento dos custos, do transporte e da comercialização que a situação do agricultor se degenera.

Nesse caso, por exemplo, Sr. Presidente, os critérios do Banco para financiamento dessa área de grande risco são os mesmos para uma área de pequeno risco ou de risco nenhum. Então, quando o agricultor, não tendo a equivalência preço/produto na hora do processo de preparação do solo e plantio, quando chega a colheita, geralmente por uma questão que poucas vezes se avalia, a natureza coloca a concentração da produção num determinado momento. A produção agrícola é colocada no mercado por critério da natureza num determinado momento. O mercado é abastecido naquele momento e entram, aí sim, os intermediários, quando há baixa dos preços dos produtos agrícolas pela grande oferta no mercado – uma oferta momentânea, porque naquele momento se deu a colheita em todo o País dos produtos agrícolas. E lá o agricultor tem rebaixado o custo do seu produto, não sendo suficiente para pagar os investimentos feitos anteriormente e, às vezes, manobrado criminosamente dentro do mercado.

Sr. Presidente, com esse cidadão responsável pela produção de alimento para combater a fome no País, realmente, precisa-se ter critérios. Temos que discutir com o Banco do Brasil essa questão, como bem colocava o Senador Ronan Tito.

Essa nossa intervenção, Sr. Presidente, tem por objetivo apenasclarear, ajudar essa questão, porque, geralmente, quando estamos com pequenos, médios e grandes produtores agrícolas, convivendo e participando do sistema, sentimos esse problema. É da agricultura que vem a resposta para combater um dos maiores problemas deste País, que é justamente a fome, tratada com desprezo, com descaso, como bem analisou o Senador Ronan Tito, com quem concordamos inteiramente.

Estamos de acordo que a Mesa seja composta pelo Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco do Brasil, o Ministro da Agricultura, porque faremos uma Mesa Executiva, diminuindo os espaços que existem para resolver um problema dessa natureza. Vamos colocar todo mundo na mesa, porque a resposta para esse problema é urgente. Combater a fome é uma necessidade urgente deste País. Mas as medidas dirigidas a criar as condições para combater a fome não estão tão urgentes assim. Vamos colocar todo mundo na mesa para que o setor de produção de alimento, que é destinado a combater a fome, tenha, digamos, encaminhamentos corretos, dinâmicos, à altura da necessidade que todos reconhecem.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Concede-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ALUÍZIO BEZERRA – Com todo o prazer.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador, o Presidente Itamar Franco não vai resolver nada na agricultura, o Ministro da Agricultura não vai resolver nada, o Presidente do Banco do Brasil também; eles não vão resolver nada. Nós vamos chegar ao fim do ano e eles vão continuar enrolando os agricultores, a Comissão de Economia e todos os Parlamentares. No dia que o Ministro da Agricultura esteve aqui, S. Ex^a falou um monte de besteira, besteira da grossa. Disse que o Ministério da Fazenda iria emitir e, com isso, pagar e rever todas as perdas do Plano Collor e tudo o mais.

Nós sabemos que isso não vai acontecer.

Conversando com os Parlamentares do Rio Grande do Sul, o pessoal diz que o Ministro é assim mesmo, vai continuar enrolando. Lamentavelmente, ele é do nosso Partido; lamentavelmente, nós não fomos consultados sobre os Ministros que foram colocados nos cargos do Governo Itamar; e, lamentavelmente, o PMDB está muito mal representado em matéria de Ministros neste Governo, do qual não deveria nem fazer parte, porque é um Governo incompetente, um Governo que não trabalha, um Governo que não

faz nada. Talvez ele se dê ao luxo de ser Governo para carnaval mesmo. Dois anos de carnaval.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA – Quero concluir meu pronunciamento, Sr. Presidente, levando em conta o aparte do Senador Gilberto Miranda. Nós, na Comissão, teremos que criar as condições, porque se porventura...

O SR. GILBERTO MIRANDA – V. Ex^a tem toda a razão.

O SR. ALUÍZIO BEZERRA – ...não sair uma resposta, teremos criado as condições ou procurado pelos menos criar as condições para que essa resposta saia.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Estamos precisando da presença aqui de três Senadores para iniciarmos a discussão da pauta. Pedimos aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que compareçam a esta Comissão. O Senador Esperidião Amin está em reunião no salão 2, mas virá daqui a pouco.

Com a palavra o Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Sr. Presidente, enquanto não se completa o quorum, desejo fazer algumas considerações. Penso que o Senador Aluízio Bezerra tem razão. O Senador Gilberto Miranda alega que o Ministro da Agricultura, do PMDB, nosso Partido, não foi iniciado pelo PMDB, mas pergunto a V. Ex^a, Senador Gilberto Miranda: quem o indicou?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Tente descobrir, Senador. Existe alguém do Rio Grande do Sul que indicou alguém do Rio Grande do Sul. Tente imaginar um Senador do Rio Grande do Sul que tenha indicado alguém. É sempre aquela panelinha de Presidência de partido. Junta o Presidente com mais um, fala com o Presidente da República e o coloca um amigo lá. Não é uma pessoa competente.

Será que neste País não tem alguém mais competente? O atual Ministro já foi diretor, já foi tudo. Veja se ele realizará alguma coisa neste Governo. Vai passar somente o título de Ministro, não vai fazer nada pela agricultura.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra continua franqueada aos Srs. Senadores. A sugestão é que passemos à pauta. Quando atingirmos o quorum, colocaremos o assunto em discussão.

Senador Carlos Patrocínio, quanto à inversão de pauta, o Secretário explicou-me que o critério usado foi de terminativos e não-terminativos. Então, ele abre sempre a pauta com os não-terminativos. Mas a sugestão de V. Ex^a será acatada e colocaremos seu projeto também em pauta hoje.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, eu gostaria de salientar que, há um ano, o projeto estava em terceiro lugar e, hoje, está no último. Então, o ano que vem sai de pauta.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Como o quorum já está qualificado, sugiro a V. Ex^a que as matérias não-terminativas possam ser discutidas e votadas.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Não podemos votar porque temos de ter quorum.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Então, ficaria mais fácil a discussão das matérias não-terminativas e, quando completasse o quorum, far-se-ia a votação das matérias que não requerem quorum, qualificado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Secretaria está ligando para os gabinetes e já tem informação dos Senadores que estão presentes.

Coloquemos, então, em discussão o item 1 da pauta, página 7, que tem como Relator o Senador Gilberto Miranda.

Estão chegando os Senadores Jonas Pinheiro, Magno Bacelar e Henrique Almeida. Agora, teremos **quorum**.

O SR. GILBERTO MIRANDA – (Leitura de parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1993, nº 25 e 28, de 1989, na origem)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão o relatório.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

No início, o Senador Gilberto Miranda, ao ler o seu relatório, diz que essa matéria foi examinada na Câmara dos Deputados pela Comissão de Justiça.

Farei uma indagação a V. Ex^a: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado teve conhecimento da matéria? A matéria é pertinente, para exame, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Não achamos que fosse pertinente. Já tinha sido analisada pela Câmara e a Assessoria do Senado, que colaborou conosco, entendeu que não deveria ser mandada para a Comissão. Mas nada tenho a opor se a Presidência quiser mandar a matéria para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. RONALDO ARAGÃO – Levantei essa questão porque V. Ex^a, no início, disse que havia um exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara e essa indagação é sobre se o Senado também examinou.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Tivemos parecer favorável da Câmara, e os assessores do Senado não acharam necessário debater essa matéria porque ela é tranquila e pacífica.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Continua em discussão o relatório do Senador Gilberto Miranda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Solicito ao Senador Moisés Abrão que relate o item 2 da pauta, à página 19.

O SR. MOISÉS ABRÃO – (Leitura de parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 1993.)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão o relatório do Senador Moisés Abrão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pediria ao Senador Moisés Abrão que desse um esclarecimento sobre "cancelamento de débitos, de qualquer natureza, para com a Sunab". Quais poderiam ser, por exemplo, os débitos – relativos a que tipo de inflação – que estariam aqui sendo objeto de anistia?

O SR. MOISÉS ABRÃO – Esses débitos são antigos, da época em que a Sunab mantinha o controle de preço e aumentava

o comércio, a indústria, em relação a aumentos de preços, que eram controlados na época. É evidente que houve o acúmulo de pequenas multas, até 50 UFIRs e, até hoje, isso vem tramitando no Judiciário.

São processos em andamento na Justiça, já que não foram liquidados, e a União vem tendo um dispêndio elevado para acompanhar esse grande número de processos em valores tão insignificantes. Isso foi na época em que a Sunab detinha um controle de preços de mercadorias.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, gostaria de prestar alguns esclarecimentos sobre esse assunto.

Parece que isso se deu no mandato do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Tivemos um Presidente da Sunab – um paranaense – que era fiscal do Sarney; quem se lembra disso? Essa pessoa começou a aplicar multas, pois ficara encantado com o plano. Na verdade, ele era um pequeno comerciante lá no Paraná e quando foi lançado o Plano Cruzado, com a história dos fiscais do Sarney, ele fechou uma loja lá na sua cidade. Isso foi noticiado na televisão, e aí ele virou Presidente da Sunab.

Quando alguém chegava a uma loja, por exemplo, deveria estar escrito, numa geladeira, 12 prestações de 50 mil cruzeiros. Mas a lei da Sunab dizia que tinha que ter também o valor total da geladeira. Acontece que, quando não constava o valor à vista da geladeira, aplicavam-se multas. Mas o próprio Presidente da Sunab – eu estive com ele, um rapaz muito educado, gentil – dizia que não havia multas pequenas. Isso sempre aconteceu com as pequenas lojas: as cadeias de lojas estavam sempre preventas, mesmo porque essas grandes lojas confiam na incapacidade do nosso pessoal de fazer conta e apostar na inflação. As pequenas lojas, por distração ou não, descumpriam o disposto na portaria da Sunab.

Estou dando esse exemplo porque foi um dos casos. Eu fui à Sunab, estive com o fiscal do Sarney, então Presidente da Sunab. Se alguém vendesse a sua lojinha e multiplicasse por 20, esse alguém sequer pagaria a entrada da multa. Então, o que tivemos que fazer? Votarmos uma anistia para essas multas etc., e criar multas graduadas, a partir das reincidências, das recalcitrâncias etc. E esse projeto trata disso.

Acho que esse projeto de lei é apenas para acertar esse passado aí do fiscal do Sarney.

O SR. MAGNO BACELAR – Sr. Presidente, inclino-me, na realidade, à aprovação do parecer, principalmente depois do brilhante esclarecimento do nobre Senador Ronan Tito. Porque, realmente, neste País há coisas que nos fazem rir e outras que nos fazem chorar.

Na verdade, no momento, Sr. Presidente, acho que essa lei é inócuia, tendo em vista as ameaças e as novas leis que estão sendo editadas pelo atual Governo, tentando segurar o aumento de preços ou a viabilização da URV.

Desta forma, este é um País onde pensamos estar votando uma crise e corrigindo outra, quando, na realidade, já existem coisas muito mais graves. Há ameaças que estão sendo feitas pelo Ministro da Fazenda, para punição de aumento de preços, que extrapolam tudo isso e inviabilizam o empresariado, principalmente o pequeno empresário, que é aquele que diariamente aumenta os seus preços, em função da expectativa inflacionária, o que é cultura no Brasil.

Sr. Presidente, não sei se seria oportuno votar esse projeto de lei hoje. Embora concordando com o parecer, acho que ele é inócuo e fora de tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Continua em discussão o relatório do Senador Moisés Abrão.

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Pedimos ao Senador Eduardo Suplicy que relate o item 4 da pauta, à página 33, que trata da não privatização da Embraer.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra. Quem é o Relator?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Exclui a Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer – da abrangência da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização.

A exclusão fundamenta-se no avançado estágio de desenvolvimento tecnológico alcançado pela empresa, hoje detentora de mais de 40% do mercado de aviões de médio porte, inclusive na área militar.

Em seus 24 anos de existência, a Embraer produziu mais de 4.500 aeronaves, cuja marca e competência são efetivamente reconhecidas no mercado internacional, acumulando neste período um montante de 7,2 bilhões de dólares, dos quais 85% correspondem a sua atuação no mercado civil e 15% apenas ao atendimento de encomendas para fins militares.

Neste contexto, esta empresa promove e consolida a indústria aeronáutica nacional, facilitando o desenvolvimento da empresa de transporte aéreo com estruturas simples e apropriadas à realização de serviços regionais, propiciando também o atendimento de pequenas comunidades. Além de cumprir esses objetivos, com comprovados resultados para o País, tem contribuído também de forma significativa, para obtenção de saldos positivos na conta de transações correntes da balança de pagamentos do Brasil com o resto do mundo, despontando, com destaque, nas vendas de aviões para o mercado aeronáutico regional no âmbito internacional.

Parte significativa de suas receitas, 49%, é auferida no exterior, detendo 31% das vendas dos aviões adquiridos para os mercados regionais na classe do equipamento Brasília. Nos Estados Unidos, este índice sobe para 37%. Na área militar, sobressai a excepcional performance do Tucano, que ocupa 46% na comercialização de treinadores militares de sua categoria.

Atualmente a Embraer é líder no desenvolvimento de tecnologia aeronáutica, sobressaindo pelas inovações introduzidas neste campo, tendo investido cerca de 500 milhões de dólares só no desenvolvimento das aeronaves civis, o que representa 15% do faturamento do período.

Hoje a Embraer passa por uma fase crítica, agravada pela difícil situação da economia brasileira, o que obriga o Governo a uma substancial redução de investimentos, retirando praticamente todo o apoio que prestava à indústria aeroespacial e ao desenvolvimento tecnológico no País.

Estas dificuldades orçamentárias tem levado o Governo brasileiro a deixar de cumprir vários de seus compromissos assumidos, não honrando pagamento de serviços ou produtos já entregues, comprometendo a saúde financeira da empresa.

Diante desta situação, a empresa teve que reduzir, de forma drástica, o seu nível de atividades e o número de funcionários em

55%. Acreditamos, porém, que a Embraer tem potencial econômico suficiente para superar esta crise se for definida uma nova política para reativar a indústria aeroespacial do Brasil.

Essas medidas permitirão o cumprimento das obrigações assumidas com entidades nacionais e estrangeiras, inclusive em nível dos próprios governos como França, Inglaterra, Egito, Peru, Venezuela, Colômbia, entre outros, além da continuidade dos programas binacionais com os governos da Itália e Argentina.

A solução para a empresa não seria a inversão de recursos públicos para a sua recuperação e, em seguida, transferir o valioso acervo para o setor privado, transformando-a em subsidiária de multinacionais.

A nosso ver, a exclusão da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER – da abrangência do Programa Nacional de Desestatização é decisão estratégica para o País, que garantirá a continuidade da geração e aperfeiçoamento de uma tecnologia de ponta adquirida ao longo de meio século de estudos e pesquisas.

Por todo o exposto, o nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de iniciativa do Deputado Ernesto Gradella.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão.

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, quanto à primeira parte do relatório do nobre Senador Eduardo Suplicy, quero dizer que concordo em gênero, número e grau. Quero até dar o depoimento de que tenho um avião fabricado pela Embraer que funciona direitinho e espero que não me jogue no chão.

Sr. Presidente, quando me manifestei – fui o único Parlamentar a fazê-lo – pela privatização da Usiminas, poucos entenderam. Surpreendia-lhes a minha posição pelo fato de eu ser mineiro e ter sido muito votado no Vale do Aço. Questionavam: não gasta da Usiminas? A resposta que dei na televisão do meu Estado foi a seguinte: porque sou mineiro e prezo extraordinariamente a Usiminas, acho que ela deva ser privatizada, para que ela possa ser preservada, para que ela possa verdadeiramente atingir os objetivos que pretende. Com o acionista que tem atualmente, estará sempre marcando passo como está hoje, ou estava até aquela data.

A Usiminas hoje, neste ano fiscal de 1993, apresentou um lucro de 247 milhões de dólares, recorde dos recordes de todos os lucros que a Usiminas apresentou em toda a sua história. E 35% desse valor é imposto de renda. Quando apropriarmos todos os impostos – só os sobre o lucro, verificaremos que 53% desses impostos foram para o caixa do Governo. A Usiminas foi criação de Juscelino Kubitschek a partir de idéia extraordinária concebida por Amaro Lanari Júnior. Era preciso. Naquele momento não havia ninguém que quisesse correr o risco de montar uma aciaria. Se não tivéssemos montado as aciarias com dinheiro do Tesouro Nacional, não teríamos infra-estrutura para montar indústria automobilísticas, indústrias navais e outras.

A indústria foi crescendo, florescendo. Em um determinado momento, o setor público havia cumprido a sua função; então, chamou a iniciativa privada.

Sr. Presidente, estive em julho próximo passado na Alemanha. Gostei muito do pragmatismo alemão. Tive oportunidade de visitar o lado alemão que estava sob a direção dos comunistas. Ouvi algumas frases lá de que gostei muito. Anotei algumas delas. Uma delas era um chamamento: "Você tem o marco, nós temos uma empresa para vender-lhe". Outra dizia: "O governo alemão

não quer ser dono de nenhuma empresa, mas não abre mão de ser sócio de todas".

Como o governo alemão pode ser sócio de todas as empresas? Quarenta e dois por cento dos tributos do que a empresa produz são do governo. O governo é um sócio que não quer saber se a empresa gerou lucros ou não.

A Embraer é um orgulho dentre as empresas nacionais, as empresas estatais. Não sou dos que concordam com Lady Thatcher: "Privatizou, resolveu." Também não sou dos que pensam que as estatais são o paraíso da irresponsabilidade administrativa. Não! Sabe qual é uma das razões por que sou favorável à privatização de algumas empresas, inclusive da Embraer? Porque o acionista é muito vagabundo. Refiro-me ao acionista majoritário. No momento em que precisa colocar capital, não o faz. Ela não se desenvolve.

Querem ver mais? Estivemos conversando com o Diretor Presidente da Embraer, Coronel Ozires Silva, que é um talento como administrador, e chegamos à seguinte conclusão. Hoje pode-se importar um avião usado dos Estados Unidos da América do Norte, um King Air por exemplo, sem nenhum imposto. Posso fazer isso, quebrando a Embraer. Quando a Embraer fez, por exemplo, aquela extraordinária exportação de aviões para a França, 42 Xingus, que foi um sucesso tremendo, o governo francês tributou os aviões que lá entraram.

Observem: o Governo é mau patrão, não sage gerir. Permite, por exemplo, que entrem aviões usados para competir com os aviões da Embraer. Aquilo lá é um inchaço extraordinário. De uma só vez Ozires demitiu 2000 funcionários, e ela continua produzindo a mesma coisa; se demitir mais três, continua do mesmo jeito. Então, o que temos de fazer? O Brasil não pode abrir mão de ser sócio da Embraer! Como? Não sou daqueles que preconizam o Estado fraco, o pequeno Estado, o Estado mínimo. Não? Quero o Estado forte, o Estado que chegue lá dentro e tire seus 40% de impostos e que faça exigências. Sonho com o Estado soberano, o Estado que verdadeiramente possa dirigir seus empreendimentos. Mas Estado empresário! Sr. Presidente, está mais que provado que o Estado empresário é ineficiente aqui, na Alemanha, no Japão, em todo o lugar do mundo. E aqui há um compadrio! Atingimos agora o pior estágio político que um país no mundo pode chegar, porque o corporativismo é a manifestação mais retrógrada e mais imbecil da política, Senador José Richa. Não existe manifestação mais retrógrada, mais atrasada do que a manifestação corporativista na política. O corporativismo é o egoísmo grupal; é o egoísmo multiplicado por alguns números. E, desgraçadamente, as nossas estatais padecem hoje desse mal. E estão contaminando até empresas de economia mista, como é o caso do Banco do Brasil. Reconheço que a Embraer é uma extraordinária empresa, que agregou muita tecnologia para o Brasil, que ela é um patrimônio brasileiro. Por isso creio que ela deva ser privatizada. Senão, Sr. Presidente, ela irá a leilão em pouco tempo.

Primeiro, irá, à falência, porque o Tesouro não tem dinheiro para colocar lá. Ou tem? Depois, será um saco sem fundo. No momento, eles só querem 600 milhões de dólares. Sou favorável a que se coloquem 600 milhões de dólares para privatizá-la. Mas colocar 600 milhões de dólares, para no ano que vem nos candidatarmos a colocar a mesma quantia e no outro ano a mesma coisa, enquanto falta dinheiro para a Educação, para a Saúde, para saneamento básico. Aí, não, Sr. Presidente! Temos de privatizá-la. Sabe para quê? Para preservar uma empresa do quilate da Embraer; e mais: para preservar a tecnologia; e mais: para preservar o emprego das pessoas que estão lá dentro. No dia em que for privatizada, tenho certeza e segurança de que a maioria dos funcionários que estão trabalhando para a Embraer nela permanecerão. Vá a Usiminas

nas hoje dizer aos funcionários: vamos anular a privatização da Usiminas, como propõe o Dr. Luís Inácio Lula da Silva? Verifique se essa sugestão não provocará uma guerra por parte dos funcionários. A empresa avançou, eles estão ganhando melhor e hoje são acionistas da empresa. Sou francamente favorável à privatização da Embraer. Para quê? Para preservar a tecnologia da Embraer e, principalmente, o emprego dos funcionários da Embraer.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Sr. Presidente, pretendo apenas tirar com o nobre Relator algumas dúvidas. A União está assumindo uma série de compromissos com a Embraer, no sentido de sanear a empresa e iniciar o processo de privatização. A avaliação da empresa, após os ajustes, segundo os dados informativos recebidos aqui, está em torno de 295,3 milhões de dólares. No entanto, aqui nesse termo explicativo, dizem o seguinte: "aprova assunção, pela União, da dívida da Embraer, junto à agência Export Development Incorporation, do Canadá..." Não menciona o valor. Repetindo: "aprova assunção, pela União, da dívida da Embraer, referente ao saldo da operação relending junto ao Banco do Brasil."

Lembro-me bem que o Ministro Ozires Silva, ao deixar o Ministério de Infra-estrutura no Governo Collor e reassumir a Presidência da Embraer, dizia que com essa operação relending sanearia, de uma vez por todas, as suas finanças e colocaria a empresa na sua plenitude de produção. No entanto, o que sabemos é que a operação foi realizada e a Embraer continua na mesma dificuldade. "Aprovo, na forma de créditos securitizados, a assunção pela União da dívida da Embraer junto a debenturistas e a capitalização da empresa do crédito dela resultante."

Pediria ao nobre Relator uma informação. S. Ex^a tem os valores dessas dívidas assumidas pela União, com o intuito de sanear a empresa e prepará-la para a privatização?

O SR. MAGNO BACELAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Tem a palavra o Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR – Gostaria de antecipar o meu voto, pois tenho um compromisso agora.

Voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Está consignado seu voto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agora é que estou tomando conhecimento desse assunto. Pediria ao Senador Moisés Abrão para repetir o item que referiu neste documento.

O SR. RONAN TITO – Quero pedir perdão ao Senador Eduardo Suplicy, pois eu dei uma risada. Nada tem a ver. Ria de uma brincadeira que fez o Senador José Richa. Dizia S. Ex^a que nem o relógio da Comissão funciona lá; está parado no dia 3, às 11 horas. Foi essa a piada. O alemão agora vai consertá-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, considerando que essa informação chegou há instantes, que provém do Ministério da Aeronáutica e que vamos tomar uma decisão importante, avalio que – são três páginas – é importante ler o documento para conhecimento de todos, caso V. Ex^a considere adequado.

¹Dados informativos sobre a Embraer e seu processo de privatização:

Em 21 de setembro de 1993, os Ministros da Fazenda, Aeronáutica e Planejamento enviaram ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Exposição de Motivos nº 007, relatando as dificuldades financeiras da Embraer e a necessidade de implementação de diversas medidas com vistas ao saneamento econômico e financeiro da empresa.

Considerando a necessidade de sobrevivência da Embraer para continuidade da indústria aeronáutica do País e como suporte da operacionalidade da Força Aérea, foi proposto ao Senhor Presidente da República que manifestasse a decisão política do Governo brasileiro de preservar a tecnologia de ponta, no campo da indústria aeronáutica, arduamente desenvolvida há mais de três décadas, mantendo a capacidade da Embraer de conceber, produzir e comercializar aeronaves.

Assim se manifestou o Senhor Presidente da República de acordo à expectativa do plano de saneamento econômico e financeiro da Embraer. Em 23 de agosto de 1993, um grupo de trabalho interministerial já havia sido criado com vista a identificar as prováveis soluções para o saneamento. De junho de 1993 a março de 1994, o GTI reuniu-se diversas vezes no intuito de atingir as metas que sua decisão objetiva. No dia 15 de março de 1994, será apresentado aos Ministros da Fazenda e Aeronáutica – portanto, na semana que passou, Sr. Presidente – "documento final de trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho interministerial.

Paralelamente às atividades do GTI, as construtoras contratadas pelo BNDES para identificar a necessidade de ajustes prévios, fixar o preço mínimo de venda da Embraer e a modelagem de privatização apresentaram à Comissão Diretora o desenvolvimento dos seus trabalhos. O resultado dos trabalhos das construtoras, aliado ao Grupo de Trabalho Interministerial, foi apresentado à Comissão Diretora inicialmente com vistas aos ajustes prévios necessários.

A Comissão Diretora oficial ao Ministro da Fazenda, submetendo à sua aprovação os ajustes indispensáveis. Em resposta, o Ministro da Fazenda aprovou os ajustes apresentados nos seguintes termos:

1º – Aprova a assunção pela União da dívida da Embraer junto à agência Export Development Corporation do Canadá – EDC – e a capitalização na empresa do crédito dela resultante;

2º – Aprova a assunção pelo União da dívida da Embraer referente ao saldo da operação de relending, junto ao Banco do Brasil, agência Grand Caiman(?), sendo que o crédito dela resultante poderá ser destinado à capitalização da empresa ou à compra de ativos a crédito do Ministro da Fazenda;

3º – Aprova, na forma de crédito securitizados, a assunção pela União da dívida da Embraer, junto aos debentures, e a capitalização da empresa do crédito dela resultante, desde que os debenturistas aceitem previamente as condições de securitização;

4º – Quanto ao saldo de dívida junto ao Banco do Brasil, originado do financiamento de capital de giro, informa-se que a dívida não será assumida pela União. Determino que as negociações entre a Embraer e o Banco do Brasil sejam coordenadas pelo órgão gestor do Programa Nacional de Desestatização.

Recebida a aprovação do Ministro da Fazenda pela Comissão Diretora, foi imediatamente convocada reunião para a aprovação do preço de venda da empresa, modelagem de privatização e cronograma de eventos. A reunião ocorreu no dia 7 de março, com a presença do representante do Ministério da Aeronáutica – Embraer, tendo sido aprovado o seguinte:

A avaliação da empresa, após ajustes: US\$295 milhões.

Modelagem: D1 – golden share detida pela União, com os seguintes principais poderes de voto: mudança do objeto e razão

social; criação e/ou alteração de programas militares; interrupção de fornecimento de peças e aeronaves militares; transferência do controle acionário; detenção pela União de 20% do capital votante – 10% para empregado com subsídio de 70%, 10% para as pessoas físicas, para identificação com restituição aos concorrentes diretos; leilão do controle através da bolsa; obrigação dos adquirentes do leilão de integralizarem sobras no valor de US\$31 milhões – cash no aumento do capital; direito de usar aquela moeda de privatização.

Cronograma: publicação do edital de venda: dia 28 de 1994 – portanto, seria na segunda-feira próxima; início da pré-identificação: 28 de abril de 1994; anúncio do resultado de pré-identificação: dia 19 de maio de 1994; anúncio do preço atualizado do leilão: dia 20 de maio de 1994.

Do exposto, conclui-se que a Embraer, mesmo após a sua privatização, continuará desenvolvendo os programas militares sob sua responsabilidade.

Como há aqui referências a saldos de operação de relending junto ao Banco do Brasil, eu perguntaria à Assessoria do Ministério da Aeronáutica, aqui está presente, se porventura tem essa informação, ou ao Deputado Ernesto Gradella, que é de São José dos Campos e tem-se interessado muito pela questão – tendo participado de diversas discussões e reuniões com o Presidente Ozires Silva da Embraer –, se tem a informação solicitada pelo Senador Moisés Abrão. Caso o Presidente permita, ele poderia esclarecer qual seria o montante de dívida da Embraer que seria assumida pela União referente ao saldo da operação de relending junto ao Banco do Brasil, bem como da dívida da Embraer junto à Agência Exporter Development Incorporation do Canadá, mencionadas nesses itens aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Tem que ser uma informação oficial. Nós não podemos ficar achando que é mais ou menos. Vamos discutir em cima do que está no relatório, que é o que está proposto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O representante do Ministério da Aeronáutica diz que não teria, de pronto, a informação com precisão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Fica muito difícil transmitir uma informação que não seja absolutamente verdadeira.

O SR. MOISÉS ABRÃO – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedida vista ao Senador Moisés Abrão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Talvez seja adequado pedir vista para que se possa obter novas informações.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Solicitamos ao Senador Eduardo Suplicy que relate o Item V da pauta, pág. 39.

O SR. EDUARDO SUPLICY – (Leitura de parecer)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão o parecer do Sr. Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Richa para relatar o item 6 da pauta, à pág. 44.

O SR. JOSÉ RICHA – (Leitura do parecer)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
Em votação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, acho até desnecessário discutir essa matéria, pois ela me parece até redundante. Esse procedimento, hoje, na prática, já existe. Quero crer que ninguém com débito no INSS ou no FGTS está podendo – pessoa jurídica – contrair ou fazer acordos com o Governo ou outras instituições.

Isso já está existindo, temos conhecimento disso. Mas, de qualquer maneira, não atrapalha a aprovação do presente projeto de lei muito bem relatado pelo eminentíssimo Senador José Richa.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Meira Filho para relatar o item 12 da pauta, à pág. 84.

O SR. MEIRA FILHO – (leitura de parecer)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

O SR. MOISÉS ABRÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao nobre Senador Moisés Abrão.

O SR. MOISÉS ABRÃO – É louvável a preocupação do Senador Carlos Patrocínio ao elaborar este projeto de lei que vem preservar o interesse principalmente do pequeno acionista.

Ocorre que com o advento do Real, moeda forte, provavelmente dentro de 40 dias deverá estar em vigor – uma provável deflação anunciada ontem pelo Ministro, nos próximos meses –, que o projeto venha logo. Não haveremos de ter daqui para a frente mais correção monetária. Portanto, não há nenhuma necessidade de assegurar o pequeno acionista das perdas, dos prejuízos que porventura havia no passado.

Era essa colocação que eu gostaria de fazer.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, eu gosto de louvar o inusitado otimismo do eminentíssimo Senador Moisés Abrão. Espero que S. Ex^a esteja absolutamente correto nas suas colocações. Mas eu creio que até que surja esse Real, nós teríamos que aprovar esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Mansueto de Lavor.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Sr. Presidente, temos que ter fé no Real. É preciso acreditar. Agora, algumas coisas não estão sendo explicadas. Uma delas é como uma moeda indexada, a URV, e outra não indexada; uma inflacionária e a outra não inflacionária. Quando as duas se fundirem quem prevalecerá? É a moeda inflacionária ou a não inflacionária? Até porque é um velho princípio.

O SR. RONAN TITO – Senador, vai ter um momento em que o grande perigo...

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Na bifurcação.

O SR. RONAN TITO – Há pressa para ficar livre das moedas inflacionárias. Quem verdadeiramente tem aptidão, competência para ficar o mais rápido possível da moeda inflacionária?

E quem, na hora de dispor da moeda inflacionária vai ficar por último? Advinha?

O SR. MANSUETO DE LAVOR – O meu medo é que o Real, nessa bifurcação das duas moedas se torne irreal, e a realidade seja realmente o velho cruzeiro real.

O SR. MEIRA FILHO – Senador, eu penso que nesse caso deveríamos adotar aquilo da sabedoria popular: deixa como está para ver como vai ficar.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Senador, eu gostaria de enfeixar o meu raciocínio, digno Presidente. Na realidade se se faz uma aposta irrestrita ao Cruzeiro Real, era esperar um pouco mais, e se realmente as ações fossem emitidas em Cruzeiro Real, se essa moeda é forte e não inflacionária, o projeto se tornaria inócuo. Ocorre que o próprio Governo por seus atos, não está tendo essa mesma fé do Senador Moisés Abrão, porque está reajustando tudo antes do tempo. Temos reajuste de combustíveis – com permissão do Governo –, tivemos 26% nas tarifas aéreas, antes da introdução do Real teremos diversos outros reajustes. Então, a precaução do Senador Carlos Patrocínio tem razão de ser. Na realidade é preciso assegurar o valor histórico das ações, a ponto de se constituir uma sociedade com tantas ações, e essas ações, dentro de poucos meses, se tornam simbólicas no seu valor de cæ. tal qual o cruzeiro, que termina se tornando simbólico. Só que no caso das sociedades anônimas, alguém leva vantagem se as ações perdem o valor e não são recuperadas.

Eu queria lembrar ao Senador Carlos Patrocínio que existe a lei das sociedades anônimas. A meu ver, esse reajuste não deveria ser estipulado em outra lei porque faz parte da economia interna de uma sociedade. Por exemplo, ninguém é obrigado a entrar em uma sociedade anônima. Queria que prestasse atenção ao meu argumento, tenha ele fundamentado ou não, para poderem acompanhar o meu raciocínio. Quem entra numa sociedade o faz livremente. A sociedade anônima tem os seus estatutos, tem o seu contrato social. Esse estatuto pode ou não estipular um reajuste das ações de acordo com o interesse da própria sociedade. A meu ver, isso deveria ser matéria de livre deliberação dos estatutos da sociedade anônima, ou melhor, do contrato, da economia interna e não uma determinação através de uma lei. Isso não quer dizer que as ações não devam ter seu valor atualizado. As condições de atualização não deveriam ser propostas de fora para dentro, mas por deliberação da própria assembleia dos acionistas.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Concede-me um aparte, Senador Mansueto de Lavor?

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Tem o aparte V. Ex^a

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador, não se trata dos valores das ações, mas dos dividendos. Imagine V. Ex^a que uma empresa feche seu balanço, por exemplo, no dia 31 de dezembro – data de ano fiscal. Ora, ela só vai fechar realmente todo o seu balanço em março. Convoca uma reunião de assembleia para trinta dias depois, em abril, e só vai distribuir dividendos em junho, com o valor do balanço de dezembro. O que acontece? Em virtude das taxas de inflação de 40 ou 50%, o acionista não vai receber absolutamente nada. Creio que a preservação desse projeto do Senador é muito importante. Temos a lei das sociedades anônimas. Mas essa regra valeria para SA ou para qualquer tipo de sociedade. O que não pode ocorrer é o acionista receber os seus dividendos noventa dias depois e com o valor do mês de dezembro. Isso é um absurdo! Trata-se simplesmente da atualização monetária do dividendo a ser pago e não o valor da ação, Senador Mansueto de Lavor.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Isso não prejudica nada. Trata-se de uma proteção, de um *standby*. Acho que esse projeto é importantíssimo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – O Senador se refere às SA. Trata-se de uma legislação específica para SA e de outra legislação para sociedades por quotas limitadas. No caso, só se altera mesmo a questão da remuneração dos dividendos das sociedades anônimas.

O SR. GILBERTO MIRADA – Sim, atualização monetária dos dividendos.

O SR. MANSUETO DE LAVOR – Seria uma atualização. Eu me rendo a essa explicação dada pelo Senador Gilberto Miranda – um *expert* no assunto – em brilhante aparte. Voto com o Relator, apoiando a intenção do autor, que é remunerar talvez aquele pequeno investidor, que acabará levando desvantagens nessas sociedades se não houver a atualização dos seus dividendos.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Vai-se proceder à votação nominal.

(procede-se à votação)

O SR. MEIRA FILHO – Sr. Presidente, eu queria apenas enaltecer o Senador Moisés Abrão pelo seu otimismo. Isso porque sou do mesmo time de S. Ex^a. O otimista, quando passa a abelha, por exemplo, ele pensa no mel. O pessimista só pensa no ferrão.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Peço ao Senador Eduardo Suplicy para relatar o item nº 10 da pauta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Leitura de Relatório) –

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Colocamos em discussão o relatório do Senador Esperidião Amin. Agora vai-se proceder à votação nominal.

(procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Aprovado, por unanimidade o projeto de lei.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, gostaria de saber se regimentalmente esse procedimento está correto.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Sim, está correto. Está de acordo com o Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h5min.)

11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Realizada em 24 de março de 1994, às nove horas e trinta minutos.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março de mil novecentos e noventa e quatro, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador João Rocha e com a presença dos Senadores Gilberto Miranda, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Ronan Tito, Carlos Patrocínio, João Calmon, Jonas Pinheiro, José Richa, Teotônio Vilela Filho, Epitácio Cafeteira, José Fogaça, Dário Pereira, Dirceu Carneiro, César Dias, Moisés Abrão, Albano Franco, Divaldo Suruagy, Darcy Ribeiro, Ney Maranhão, Iram Saraiva e Jarbas Passarinho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se à exposição do Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, sobre o acordo da dívida externa. A Presidência convida o Senhor Ministro e o Doutor Pedro Malan, Presidente do Banco Central do Brasil, a comporem a

Mesa dos trabalhos passando-lhes, em seguida, a palavra. Encerradas as exposições dos senhores convidados, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores que queiram interpelá-lo. Participam das discussões os Senadores Ronan Tito, Esperidião Amin, Gilberto Miranda, José Fogaça e Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente comunica que, atendendo a solicitação da Presidência do Congresso, a reunião será encerrada a fim de que os Senadores possam comparecer ao Plenário, onde terá início a Sessão do Congresso Nacional. Sua Excelência passa a palavra aos Senhores expositores para que façam suas considerações finais sobre o assunto e, nada mais havendo tratar, agradece a presença do Senhor Ministro Fernando Henrique Cardoso e do Doutor Pedro MALAN, encerrando a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada pelo Senhor Presidente.

INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO

Anexo à Ata da 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de março de 1994, às nove horas e trinta minutos, que se publica devidamente autorizada pelo Senhor Presidente, Senador João Rocha.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Srs. Senadores e Srs. Deputados, temos a honra de receber, neste instante, o Exmº Sr. Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso, e o Dr. Pedro Malan, Presidente do Banco Central, que, atendendo a convite da Presidência desta Comissão, aqui comparecem para prestar esclarecimentos sobre a renegociação da dívida externa do nosso País.

E, neste momento, dando início a esta reunião, passamos a palavra ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhoras e senhores, mais uma vez venho a esta Comissão, não como Senador, condição que espero não perder, e sim como Ministro da Fazenda, para prestar contas ao Brasil, por intermédio dos Srs. Senadores, dos problemas importantes da área econômica.

Quero dizer, Sr. Presidente, que me é grato afirmar que duvido que em qualquer outro momento da história tantas vezes tenha um Ministro da Fazenda participado de reuniões no Congresso Nacional – e com muito agrado – para prestar contas do País do que está sendo feito.

Quero dizer mais. No caso específico do objetivo desta reunião, que é a prestação de esclarecimentos sobre a dívida externa, isso é uma obrigação que se impõe e que foi defendida por mim, na condição do Senador, muitas vezes. Se houve algo de positivo na negociação da dívida, foi precisamente o fato de que graças à interveniência constante do Senado e à deliberação dessa matéria em termos suprapartidários e exclusivamente do interesse nacional que pudemos chegar onde chegamos, inclusive no que diz respeito ao que se conseguiu nesta última rodada de negociações em Washington.

Não vou insistir em detalhes conhecidos no Senado. Creio que é meu dever relatar com minúcia os passos dados, o porquê desses dados e o modo pelo qual o Governo acredita que tenha virado uma página da nossa história no que diz respeito ao problema da dívida externa.

Os Srs. Senadores sabem que, depois de feito um acordo com os bancos credores, matéria que foi objeto de contratos assinados em Toronto, no Canadá, para onde o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda tiveram a honra de serem acom-

panhados por ilustres membros desta Casa aqui presentes – os Senadores João Rocha, Esperidião Amin e José Fogaça –, teríamos que dar um outro passo. Qual era ele? Chegar a resultados que permitissem os bancos credores aceitassem garantias do Governo brasileiro para que eles pudessesem, então, dar por definitivo o acordo estabelecido, e entrássemos no chamado Esquema Brady, que implicou, grosso modo, numa redução da dívida de 52 para 35 bilhões de dólares, nos prazos estipulados e na forma aprovada por este Senado.

Dentre as cláusulas havidas por boas nos contratos firmados em Toronto, havia o requisito da obtenção de um empréstimo de stand by a ser assegurado pelo Fundo Monetário Internacional. E havia o requisito de que, como forma de garantia da renegociação com títulos de longo prazo, nós depositássemos, em alguma instituição com credibilidade e durabilidade – porque a renegociação implica trinta anos –, títulos chamados "bônus de cumprom zero" do Tesouro americano, que são papéis que têm credibilidade internacional e durabilidade. Para isso, precisávamos de uma negociação com o Fundo Monetário.

O modo pelo qual o Governo brasileiro apresentou o seu programa de estabilização econômica, e que é do conhecimento de todos os Senadores, não foi o usual. Não fizemos uma definição tecnocrática de metas a serem atingidas e nem tomamos um conjunto de medidas definidas de antemão em negociações com o Fundo Monetário. Apresentamos um programa conhecido que tem três fases. E também não vou repeti-las porque já disse abundantemente no que consistiriam: um equilíbrio fiscal; uma fase de ajuste da economia, através de um sistema estável de referência da URV; e uma terceira fase, em que introduziríamos a nova moeda, essa, sim, com garantias suficientes para permitir sua credibilidade na queda da inflação.

A primeira fase é usual nos programas de estabilização. Aliás, é a fundamental, do ponto de vista daqueles que costumam analisar as contas entre os países, como o Fundo Monetário Internacional, ou seja, verificar se efetivamente o Orçamento da União assegura ao Governo, e de forma durável, recursos suficientes para fazer frente aos gastos que estão programados e, portanto, se há equilíbrio fiscal. Costumam também verificar o estado das contas externas do País, o seu comércio internacional, os excedentes da balança comercial, e assim por diante.

Tomamos essas decisões antes de qualquer acordo com o Fundo Monetário Internacional, apresentando ao Congresso um Fundo Social de Emergência como um recurso necessário para obter-se o déficit zero. Fizemos um corte profundo de despesas, embora alguns tenham entendido ser insuficiente, mesmo nesta Casa. Obtivemos, no ponto de partida, um superávit primário – o Deputado Francisco Dornelles, que é convedor destas contas muito mais do que eu, sabe disso –, dependendo naturalmente agora da execução do Orçamento.

Estamos convictos de que, dentro de poucos meses, a inflação cairá a zero, no momento do Real, e que muitas das fontes previstas do ponto de partida do Orçamento, que está supondo uma inflação de 35%, vão minguar. Se não houver um colchão superavitário no ponto de partida, quando houver o processo deflacionário, haverá déficits. Para se evitar isso, é preciso também termos o cuidado – como tivemos – de manter uma situação de equilíbrio durável, portanto, essa queda, bem como as das receitas, na medida em que há uma redução do processo inflacionário.

Duas missões – creio – do Fundo Monetário estiveram aqui, como visitam habitualmente todos os países, porque são missões técnicas, para examinar, com lupa, o que está acontecendo na eco-

nomia: verificam se isso é verdadeiro ou não; quais são os déficits; quais são as dificuldades; qual é o sistema tributário etc.

Como também é sabido, enfrentamos tudo isso, sem haver reforma constitucional, que era o nosso pressuposto de partida. Portanto, procuramos criar um mecanismo que, embora não havidendo a reforma constitucional, tivéssemos asseguradas por dois anos, pelo menos – tempo suficiente para que houvesse uma reforma tributária mais profunda – as condições para esse déficit zero.

Esse material foi levado ao Fundo Monetário, e, na fase final, o Dr. Pedro Malan, o Dr. Fritz? e o Dr. Péricio Arida estiveram em Washington discutindo a qualidade do ajuste final. Em certo momento, o Dr. Pedro Malan pediu-me que eu também fosse aos Estados Unidos, porque nós precisaríamos chegar às partes conclusivas do nosso relacionamento com o Fundo Monetário. Eu fui aos Estados Unidos por esta razão. Frequentemente, quando me perguntavam quando eu iria, eu dizia que não sabia porque eu estava sempre pendente das palavras negociais. Digo isso porque a maledicência não tem limites, e há alguns que já disseram, pelos jornais, que o Ministro preparou tudo para ir porque é candidato.

Não fosse uma indignidade para com o Brasil, não para com o Ministro apenas, imaginar que se tratasse dessa matéria nesses termos, eu não daria este esclarecimento. Mas como há esse sentimento antipatriótico entre nós – e não é nesta Casa – eu presto esclarecimentos nas minúcias, para que não parem dúvidas sobre as razões e o modo como a equipe econômica tem atuado nessa matéria.

No mesmo dia em que cheguei aos Estados Unidos, tive um encontro com o Diretor Executivo do Fundo Monetário Nacional, o Sr. Michel Camdessus, com quem eu havia falado pelo telefone uma semana antes, que tinha me convidado para, no dia em que estive lá, se as negociações estivessem bem encaminhadas, um almoço para brindar as negociações. Foi essa a expressão usada por Michel Camdessus na conversa comigo. Com ele não troquei nenhuma palavra a respeito de qualquer assunto, técnico ou político, sobre a negociação da dívida. Eu simplesmente manifestei a ele o interesse que tinha o Brasil na conclusão da negociação.

Tivemos uma conversa privada de quase uma hora. Nesta conversa, o Diretor Executivo do Fundo Monetário transmitiu a mim o seu sentimento de que ele próprio não acreditava que tivesse sido possível realizar um esforço tão grande quanto o que foi feito pelo Brasil, mormente porque esse esforço foi compartilhado pelo Congresso Nacional, ponto no qual eu insisti sempre. Eu referi ao Sr. Michel Camdessus que eu não estava lá para negociar com ele um papel, mas para expor-lhe o que era uma decisão nacional; que todas as matérias que nós estávamos discutindo eram matérias de prévio conhecimento, não só do Governo, não só do Congresso, mas também do País, porque nada deixou de ser dito ao País; e que esse esforço tinha a ver com a concepção que nós temos do processo democrático de como se leva uma negociação nacional dentro de um regime democrático. O Sr. Michel Camdessus, que tem um pensamento semelhante, que tem uma participação política, na França, dessa natureza, mostrou-se muito sensibilizado por esse esforço nacional. Perguntou-me, naturalmente, sobre uma série de questões relativas ao conjunto do programa econômico; a respeito do programa de privatização; sobre a durabilidade da reforma fiscal, a questão relativa à reforma constitucional, em termos do sistema tributário; enfim, perguntou-me sobre as matérias pertinentes, para formar um juízo sobre a evolução econômica do Brasil.

Para a minha surpresa, terminada essa fase da conversa, ele puxou do bolso algumas folhas que rabiscara à mão. Como estavá-

mos falando em francês, disse que tinha escrito o texto em francês, para mostrar que era dele. A língua que se usa no Fundo Monetário – infelizmente para mim – é o inglês, que me é mais difícil do que o francês. Ele puxou o texto que havia escrito na véspera numa reunião – vou ler depois o comunicado que ele fez. O texto dizia, basicamente, que ele considerava os progressos feitos no Brasil muito grandes. Eram suficientes para o Fundo Monetário dar ao sistema financeiro internacional um sinal e manifestar a sua confiança no avanço havido.

O SR. FRANCISCO DORNELLES – Qual a data dessa reunião?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Deputado, está nos jomais. Eu não lembro...

O SR. FRANCISCO DORNELLES – Foi na semana passada?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Parece-me que foi na quarta-feira passada.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Só para confirmar, porque as coisas não batem bem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES – Batem, sim. Está no jornal isso, direitinho. Lendo com atenção, Senador, entende-se.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Então o Sr. Michel Camdessus mostrou a visão geral dele. Parecia melhor, em vez de fazermos um stand by naquele momento, e ele emitir os sinais que emitiu, deixarmos claro que o stand by viria no momento em que o Brasil tivesse as condições – que eu lhe disse não ter – de afirmar metas efetivas sobre o processo inflacionário. Isso tem a ver com a URV.

Eu me recusei sempre a assinar cartas de intenções com más intenções. Não me parece correto assinar uma carta de intenções dizendo que se vai fazer alguma coisa que não se tem certeza que se possa fazer, até porque não acreditam mais nisso. Seria uma espeteza de bobo.

Pela natureza do programa proposto por nós, que não é o tipo habitual que o FMI apóia, endossa, mas passa pela Unidade Real de Valor, resultado de grande negociação na sociedade, não se pode ter certeza de ser um período de inflação em queda, porque há sempre o risco de ela ter alguma aceleração, como ocorreu, nas semanas iniciais, em virtude da especulação, em virtude do ajuste dos preços, enfim, por uma série de fatores. Só teremos certeza sobre metas no momento da introdução do Real. Aí, então, dadas as garantias com que estamos cercando a emissão da nova moeda, nós teremos condições de dizer quais são as metas de realização do processo econômico.

Perguntou o Sr. Camdessus, antes da reunião com toda a equipe, se parecia a mim ser razoável que houvesse outro tipo de relacionamento, anterior ao stand by, entre o Brasil e o Fundo Monetário, no qual haveria uma aproximação maior nas análises do processo, mas não teríamos o comprometimento das metas, e, como contrapartida, enquanto não houvesse isso, tampouco eles teriam de fazer um empréstimo stand by, que é um empréstimo condicionado.

Para definir metas, nós teríamos que definir o dia de introdução do Real, e não queríamos. A razão disso é que desejamos evitar uma definição impositiva à sociedade, o que gera uma série de quebras de contratos, gera especulação, e nós estamos levando o processo econômico de outra maneira, em termos de ajustamentos sucessivos.

Eu disse aqui, desde o início das nossas exposições, que se tratava de um processo, e não de um dia "D", e nós não queríamos, só para atender a um requisito do Fundo Monetário Internacional, mudar a nossa estratégia.

Evidentemente, haveria um problema relacionado com o fato de que, para haver a troca de papéis, precisaríamos dos títulos do Tesouro Americano, que está, por sua vez, vinculado ao aval do FMI, ao stand by. Pois bem, depois voltarei a esse assunto.

Posteriormente a essa conversa, passamos à sala de almoço, com os nossos técnicos e a cúpula do Fundo Monetário International. Nesse almoço, houve definição mais clara da posição do Fundo Monetário. Eu já havia sido informado e já tinha dito que – depois eu digo porque eu poderia dar o passo seguinte – isso era positivo para o que queríamos fazer. Então foi redigida novamente, dessa vez em inglês, a nota que o diretor executivo do Fundo Monetário daria sobre a matéria.

Ato contínuo, o Sr. Michel Camdessus e eu fomos a uma sala, onde estava toda a imprensa, e ele então leu o que está publicado pelo Fundo Monetário, a palavra oficial, que diz o seguinte: "O Sr. Camdessus, diretor-administrativo do Fundo Monetário, disse numa reunião, hoje, depois de ter se encontrado com o Ministro da Fazenda, fulano de tal, que é bem conhecido que o Sr. Cardoso e a sua equipe econômica trabalharam junto ao FMI com o objetivo de encaminhar a séria questão da inflação no Brasil. Nós podemos, agora, reconhecer que houve um significativo estoque de progressos no recorde dessas negociações", e diz, "O programa econômico de 1994 visa o seguinte: a conclusão desta reestruturação do acordo de débito com o sistema bancário internacional; uma posição fiscal mais firme; um programa que leve a um déficit operacional zero em 1994, com um excedente primário que deve superar os 4% do produto bruto", o que eu disse há pouco, no ponto de partida; "há uma intensificação planejada do programa de privatização", depois eu posso dar informações; "uma forte posição na balança de pagamentos; políticas de crédito duras; um Congresso que está trabalhando em importantes mudanças constitucionais; mudanças de medidas de liberalização comercial, que estão sendo implementadas; e a introdução de um mecanismo, a URV, que deverá levar à eliminação da indexação, olhando sempre para trás.

Em suas discussões com o Sr. Camdessus, o ministro Cardoso observou que essas realizações foram possíveis graças a um forte apoio do Congresso brasileiro e da opinião pública.

Tudo isso deve contribuir para criar a paz e para uma redução drástica na inflação, estabilizando o valor do Real, em termos de dólar, no momento apropriado.

Camdessus disse que agora o Governo brasileiro está preparando uma forte mudança no environment econômico, e o FMI pode trabalhar de perto com as autoridades para assegurar que isso aconteça, e que esse processo leve rapidamente a uma conclusão com êxito.

Com esse propósito, propusemos às autoridades brasileiras começar de hoje essa cooperação franca para um programa com o FMI, que deve ser seguido, provavelmente, no momento em que chegar a mudança do regime monetário, para, ou um regime de stand by, ou uma forma ainda mais profunda de colaboração.

O trabalho continua com as autoridades do governo, e será rapidamente considerado pelo body do Fundo Monetário. Isso servirá, no momento correto, como a base para uma carta de intenção para o programa, na segunda metade desse ano, e para um esquema básico de 1995. Esse programa – de 1995 – deve expressar o orçamento do ano, que deve ser preparado pelo Congresso, ainda este ano."

Ou seja, o Sr. Camdessus endossou o que acabei de dizer aqui. Isto aqui é um resumo, com detalhes, de qual foi a estratégia, e por que foi feito assim.

O *stand by* será feito, se o Brasil desejar, no momento em que houver a definição do Real; e não pode haver definição mais auspíciosa do que essa, do ponto de vista de quem desejava, como nós desejávamos, fazer um acordo com os bancos credores.

Sobrava um problema; e qual seria ele? É que os bancos credores, pelos acordos conosco, requeriam o *stand by*; e requeriam também que houvesse títulos do Tesouro americano. Quando conversei com o Sr. Camdessus, ele já sabia que o Brasil havia tido a precaução de fazer um *hedge* com títulos do Tesouro americano, com a competência técnica do Banco Central.

O Presidente do Banco Central, Dr. Pedro Malan – creio que em outubro, não tenho presente a data – num dado momento perguntou-me se não seria prudente fazer esse *hedge*. Respondi que se o Banco Central considerava como um papel sólido para as nossas reservas, só haveria vantagem para nós.

E, daí por diante, como é de praxe nesse tipo de negociação, nem eu fui informado, nem precisava ser porque os movimentos especulativos são muito fortes e o Ministro da Fazenda não dá informações para ninguém, nem que as pessoas tenham os mais profundos desejos e, às vezes, legitimidades do ponto de vista pessoal. Do ponto de vista público, não cabe ao Ministro da Fazenda dar esclarecimentos sobre matéria de interesse nacional que deva ser preservada com critérios técnicos.

Bem, o Sr. Camdessus disse-me que acreditava que estávamos numa posição de poder fazer a troca de papéis sem necessitar de uma nova emissão. Respondi que, não obstante tínhamos a questão relativa ao banco depositário desses papéis. Inicialmente, imaginávamos que, ao invés de utilizar o FED de Nova Iorque, que era o que estava previsto, pudesssemos utilizar o Banco Interamericano de Desenvolvimento porque tem as mesmas características de credibilidade e durabilidade. Com esse propósito, encontrei-me com o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento que se prontificou a fazê-lo, se assim fosse necessário; assim como disse que o banco participaria do esforço na compra desses colaterais. E emitiu uma nota prestando essa informação, sem mencionar que poderia ser o depositário dos títulos.

Em seguida, no mesmo dia, conversei com o Subsecretário do Tesouro Americano, Sr. Larry Summers*, pessoa que decide sobre essa matéria porque é encarregado dos assuntos internacionais. O Sr. Larry Summers é professor do MIT, grande conhecedor de economia internacional e tem a fama de ser "duro". Não é a experiência que tenho dos contatos que mantive com ele, embora estes tenham sido breves e com *background* acadêmico.

De qualquer maneira, o Dr. Malan e o Dr. Fritsch* estavam presentes quando entrei no gabinete do Sr. Secretário dos Estados Unidos. Ele levantou-se sorridente e disse-me: "Congratulações, Sr. Ministro. Os senhores conseguiram algo que eu jamais imaginei que fosse possível. Os progressos havidos no Brasil na reorganização das finanças públicas, no equilíbrio das contas externas e a retomada do crescimento realmente nos surpreenderam.

Sentamo-nos à mesa. Quando fui relatar o resultado da negociação com o Fundo Monetário, ele já sabia do que se tratava porque o Sr. Camdessus já havia lhe telefonado e enviado um texto. Eu, então, disse-lhe: "Sr. Secretário, não obstante já termos esses entendimentos, ainda precisamos do Tesouro americano." Ele riu e respondeu: "O Governo do Brasil está numa posição" – ele não disse de independência – vantajosa, não precisa do Tesouro americano. Entretanto, estou disposto, no momento em que for necessário e conveniente, a emitir os títulos, desde que se prossiga na

linha que foi combinada no Fundo Monetário." Mencionei que havia a questão do banco que deveria ser depositário desses títulos e que tínhamos imaginado que fosse o FED de Nova Iorque, embora pudesse haver essa impossibilidade. O Sr. Larry Summers disse-me que achava que não haveria essa dificuldade porque, mesmo um banco tão difícil quanto o Bis, Bank for International Settlements, da Suíça, que é o Banco Central dos bancos centrais, mesmo este, que normalmente seria de mais difícil acesso, acreditava que se disporia a ser o guardião dos papéis.

Como insistíssemos, porque o Sr. Camdessus tinha sido célico nesta matéria, o Subsecretário do Tesouro americano foi mais afirmativo, dando-nos a entender que o próprio Tesouro americano já havia sondado o Bank for International Settlements positivamente o obtido um sinal de que seria factível.

Feito isto, fomos a New York no dia seguinte, Dr. Pedro e eu, e conversamos com o Sr. Bill Rhodes, que é o Presidente do Comitê dos Bancos Credores. O Sr. Bill Rhodes já havia sido informado, tanto pelo Tesouro quanto pelo Fundo Monetário Internacional, de que a situação do Brasil permitia a conclusão das negociações. O Sr. Bill Rhodes emitiu também uma nota dizendo isto. Depois o Dr. Pedro Malan reuniu-se com o Comitê dos Bancos Assessores. E, como com estas técnicas modernas eles falam para todo mundo como se todos estivessem na mesma sala de reuniões, houve o assentimento de dezenove bancos do Comitê dos Bancos Credores em levar adiante as negociações com o Brasil, independentemente de termos o *stand by*.

Ontem conseguimos o resultado final. O waiver está previsto nas negociações aprovadas pelo Senado. Agimos estritamente de acordo com o que foi dito pelo Senado. Depois disso, ontem, recebemos a comunicação, através do Comitê dos Bancos, de que a maioria requerida para a aprovação do acordo tinha sido obtida, ou seja, mais de dois terços dos Bancos Credores concordaram em finalizar a negociação com o Brasil.

Srs. Senadores, viramos uma página da história. Está feito o acordo, e creio que pela primeira vez, não só pelo montante desta dívida que é enorme – o acordo foi de 35 bilhões de dólares – houve um acordo tão grande, não só isto, como também pelo fato de que esta negociação foi feita em termos muito especiais, com um programa que não foi feito apenas nos gabinetes, mas que foi apresentada ao País, sem *side letters*, sem negociações laterais secretas, que iríamos fazer isto ou aquilo para atender a requisitos do Fundo, embora justo, muitas vezes, que isso seja feito. Entretanto, não houve isto. Houve uma espécie de crédito de confiança tão grande que mesmo sem *stand by*, tanto o Fundo Monetário quanto o Tesouro aconselharam aos bancos a conclusão do acordo através desse tipo de mecanismo.

Creio que não apenas seguimos o que foi deliberado pelo Senado, como agimos normais estrito interesse nacional, não tendo cedido e sequer tendo havido pressões em nenhum tipo de matéria, seja privatização ou o que fosse. Isto não é virtude do Ministro, mas consequência do fato de que o Brasil mudou de situação, de que o acordo é bom para os dois lados, de que a situação econômica mundial mudou e de que há hoje um grande interesse na retomada do desenvolvimento e do investimento no Brasil.

Não se trata pura e simplesmente de uma operação mágica nem da capacidade de negociadora, embora deva louvar mais uma vez a capacidade negociadora do Dr. Pedro Malan e também o Dr. Jório Dauster que o antecedeu, e o esforço feito por este Senado, que permitiu que os negociadores brasileiros tivessem apoio, ou seja, que pudessem dizer que isto pode, isto não pode, vou até aqui, vou até ali, tenho que voltar, enfim, um conjunto de fatores

que resultou, efetivamente, num passo importante, porque é um contencioso que desaparece. A consequência, depois do dia 15, do ponto de vista do País, será que teremos previsibilidade nos nossos desembolsos de dívida externa. Como os senhores sabem, temos tetos, temos pisos, está tudo delineado de acordo com o que foi declarado como válido pelo Senado. O spread exagerado das taxas de juros sobre o pretexto do Brasil ser um risco, desaparece. Não há risco nenhum. O Brasil está sendo considerado saudável do ponto de vista da comunidade financeira internacional. Está, também, no fato de que teremos mais liberdade de movimentação das nossas reservas.

Várias vezes perguntaram-me por que essas reservas rendem tão pouco, e a resposta foi sempre a mesma: porque temos de ter o cuidado de evitar o arresto.

Então, mudamos de posição no jogo internacional. As matérias técnicas do acordo, as pertinentes – tenho ouvido algumas declarações que não sou eu quem pode responder –, se custou isto ou aquilo, a questão do zero coupon bond, tudo isso não é de meu conhecimento técnico. Só posso lhes assegurar, pelo que me foi dito pelo Presidente do Banco Central, que essa matéria foi feita com tanto cuidado, que não houve um especulador capaz de ganhar.

Nos últimos dias, nas vésperas do acordo e depois dele, recebi inúmeros telefonemas nacionais e internacionais de "repórteres" ligados a órgãos financeiros, para saber do que se tratava. Minhas resposta era sempre a mesma: eu dizia que não sabia; ou então não atendia o telefone. Nessa hora, a excitação é grande. Já imaginam que o Brasil vai comprar, que o Brasil não foi preavido.

Desta vez, posso lhes assegurar, quem imaginou qualquer especulação, perdeu tempo, porque quando perceberam que o Brasil tinha feito esse hedge – e quem percebeu foram as autoridades do Fundo Monetário Internacional e do tesouro americano –, só houve indignação em alguns setores internacionais, que queriam ter sido os agentes do que seria uma "boa tacada". Só que não aconteceu isso.

As coisas se fizeram da maneira como devem ser feitas em matéria dessa responsabilidade, com absoluta discrição e pelos procedimentos normais, sem que houvesse o mais remoto risco de qualquer especulação.

Estes são, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os esclarecimentos que posso prestar.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pedimos ao Ministro que nos permita copiar esse new briefing, para passá-lo aos membros da Comissão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Temos a nota do tesouro americano, a nota mais recente a respeito do acordo e a nota do Fundo Monetário Internacional. Só não temos a nota do Banco Interamericano.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O Presidente do Banco Central tem as informações já traduzidas para o português. Seria melhor recebê-las em português, ainda hoje. Pedimos ao Dr. Pedro Malan que nos encaminhe.

Com a palavra o Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado, Senador João Rocha. Tentarei ser o mais breve possível e dar continuidade à apresentação do Ministro Fernando Henrique Cardoso.

É desnecessário dizer da satisfação com que volto a esta Casa e a esta sala, onde estive tantas vezes tratando da questão da dívida e, depois, como Presidente do Banco Central.

Quero reiterar, mais uma vez, a importância do trabalho conjunto com o Senado Federal no encaminhamento da questão da

negociação da dívida, desde o primeiro jantar, em 11 de agosto de 1991, na residência do então Senador Fernando Henrique Cardoso, onde estiveram vários Senadores aqui presentes, duas semanas antes de apresentarmos a nossa primeira proposta formal aos bancos, em 21 de agosto daquele ano, e uma série de conversações, algumas formais, quando era requerida aqui uma decisão da Comissão de Assuntos Econômicos, e uma série de informais, de algumas das quais guardo excelentes recordações, em particular, dos almoços e jantares na casa do Senador Ronan Tito com um grupo de Senadores aqui presentes.

Posso assegurar-lhes – já disse uma vez – que esse tipo de interação foi para nós da maior importância, não apenas em termos de manter o Senado informado e permitir que tivéssemos acesso às visões e percepções dos Senadores, como também, na própria mesa de negociação, o fato de levarmos, com freqüência, as nossas percepções acerca de posições do Senado foi da maior importância para o próprio desenrolar das negociações. Creio que não preciso mais elaborar sobre isso.

Eu queria, talvez para situar a nossa discussão sobre temas que tenham aparecido na imprensa na última semana, chamar a atenção para quatro cenários possíveis ou alternativos com que nos defrontávamos há pouco tempo, em termos da conclusão do acordo da dívida externa.

O acordo – é importante dizer isso – tal como aprovado pelo Senado Federal, contemplava a data limite de 15 de abril de 1994 para o fechamento do acordo, vale dizer, a emissão dos bônus nos quais a dívida velha seria convertida e a entrada das garantias. Então, estamos trabalhando para cumprir o acordo, tal como aprovado pelo Senado Federal, que estabeleceu que a data era 15 de abril.

Podemos pensar aqui, só para efeito de situar a questão, em quatro cenários alternativos. O primeiro, que seria o ideal, na direção do qual trabalhamos com afinco e no qual continuaremos a trabalhar, é esse a que se referiu o Ministro: fechar o acordo no dia 15, na data limite, tal como aprovado pelo Senado, como o stand by do FMI e com a emissão especial de zeros do Tesouro Americano. Esse seria, talvez, o "cenário ideal".

Mas é importante lembrar que um acordo entre o Brasil e os bancos credores não pode obrigar terceiras partes, que dele não são formalmente partícipes. Com todo o respeito ao Senado Federal, o Executivo e o Senado, conjuntamente, não poderiam fazer um acordo que obrigasse o Tesouro Americano a fazer uma emissão especial de zeros até uma data "x", nem tampouco que obrigasse o Fundo Monetário Internacinal a ter um stand by com o País até uma data "x".

Não foi por outra razão que o próprio acordo, tal como aprovado pelo Senado Federal, já contempla a possibilidade de um waiver. Aqui peço perdão, em particular a alguns dos representantes da nossa valorosa imprensa, para mais uma vez fazer um apelo que faço há dois anos: waiver não significa perdão.

Creio que a minha campanha teve algum efeito, na medida em que, com freqüência, nos relatos da imprensa, aparece dispensa de obrigação contratual ou suspensão de uma cláusula, tal como acordado ou contemplado no acordo.

Mas insisto há anos com alguns representantes da imprensa, principalmente quando identifico um jornalista que abriu um parentese e escreveu a tradução de waiver como perdão. Isso, pelo menos por mim, é visto como sinal de um certo complexo de inferioridade e subserviência cultural, como se um termo que significa uma expressão técnica de um acordo, cuja suspensão ou derrogação está nele contemplada – esse é um evento comum e usual em contratos no mundo –, fosse interpretado aqui, seja de um lado, seja de outro, no aspecto político, como uma atitude de caráter re-

ligioso, em que uma das partes do contrato, prostrada, de joelhos, pede não um **waiver**, mas um perdão ao outro lado do contrato.

Renovo o meu apelo, porque, há poucos dias, um dos mais prestigiosos órgãos da imprensa brasileira colocou, de novo, na sua primeira página, a expressão "Brasil pede perdão".

Reitero aqui, pela milésima vez, o meu apelo de que **waiver** não significa perdão; de que é errado, do ponto de vista técnico e político-cultural, apresentá-lo como tal.

Perdoem-me pelo parêntese. Deixem-me continuar. A provisão, então, para o **waiver** do **stand by** como o FMI já consta do próprio acordo, tal como negociado. Na verdade, foi esse **waiver** que pedimos na sexta-feira passada, dia 18, e que ontem, às 3h da tarde, precisava de uma maioria de dois terços dos credores. A maioria já havia sido alcançada ontem, às 3h da tarde.

Quer dizer, os nossos credores, conforme os termos do acordo, tal como aprovado pelo Senado, ontem à tarde já suspenderam a cláusula que requereria o **stand by** com o Fundo por ocasião da data da troca, em 15 de abril.

Da mesma forma, quanto à outra questão que diz respeito à emissão de **zeros** por parte do Tesouro americano, eu gostaria de lembrar a todos os Senadores que o acordo, tal como aprovado pelo Senado, não se refere, em nenhum momento, a uma emissão especial de título de cupom zero por parte do Tesouro americano. O acordo diz apenas que a garantia de principal do bônus ao par e o desconto seriam feitos com títulos de longo prazo do Tesouro americano. Na verdade, nem se chega a falar em Tesouro, porque, naquela época, quando o Senado aprovou o acordo, ainda havia a possibilidade de títulos denominados **deutsche marks**. Então, a referência não está ali. Em nenhum momento, fala-se em emissão especial.

Menciono isso para dizer que não há nada que estejamos fazendo, no nosso compromisso de fechar esse acordo no dia 15 de abril, tal como determinado pelo acordo, tal como aprovado pelo Senado, que exija um **stand by** com o FMI até o dia 15 e tampouco, uma emissão especial de **zero coupon bonds** por parte do Tesouro, o que seria o primeiro cenário.

Então, estamos no segundo cenário, que queremos se materialize: vamos fechar o acordo no dia 15 de abril, sem o **stand by** com o Fundo e sem uma emissão especial de títulos do Tesouro.

Quais seriam o terceiro e o quarto cenários alternativos?

O terceiro cenário seria uma decisão, por parte do Governo brasileiro, com a qual teríamos que voltar ao Senado para uma mudança no acordo, em que proporíamos uma extensão do prazo para alguma data além do dia 15 de abril deste ano. Preferimos não fazê-lo por duas razões. Primeiro, por que já estendemos o prazo de 30 de novembro de 28 de fevereiro e, posteriormente, para 15 de abril. Nesse caso, está envolvido um problema de credibilidade ao se fazer mais um adiamento por um período indefinido ainda no futuro. Isso exigiria uma nova decisão do Senado Federal, que, certamente, seria mais problemática: exigiria uma convocação de uma reunião formal do comitê em Nova Iorque, uma aceitação do comitê, e seria necessário que 95% dos nossos 750 credores aceitassem mais uma prorrogação do prazo.

Consideramos que isso era algo desnecessário, descabido, que não se justificaria, porque não haveria nenhuma garantia de que, ao transferir essa data para o dia 15 de maio, ou 15 de junho, ou de 15 de julho, as circunstâncias para fechar o acordo fossem melhores do que as de 15 de abril e de que pudéssemos assegurar que, naquela data, haveria um **stand by** de taxa alta do Fundo ou uma emissão especial de **zeros** do Tesouro americano.

O quarto cenário - e eu gostaria de mencioná-lo aqui apenas de passagem - seria um cenário em que, por exemplo, o Governo diria que não pediria o **waiver** do acordo com o Fundo -

este seria um direito do Brasil. Portanto, a troca não poderia ter lugar no dia 15 de abril, e não seria pedida a extensão do prazo, o que, na prática, equivaleria dizer que transferíramos à futura administração, qualquer que fosse ela, a ser inaugurada a partir de 1º de janeiro de 1995, a responsabilidade, por dar início a um novo ciclo de negociações. Se a experiência fosse passada em algum guia, certamente, demandaria de um a dois anos no contexto atual, em condições mais difíceis, porque é muito mais difícil negociar com um nível de reserva que temos hoje - e sentimos que é um nível de reserva muito inferior.

Então, para resumir, eu gostaria de dizer que, dos quatro cenários possíveis para desdobramento da situação, o "ideal" seria um acordo com o Fundo até o dia 15 de abril, a emissão especial e a troca em 15 de abril. Ao compararmos a troca em 15 de abril - com os **waivers** pertinentes e sem quebrar nada do acordo tal como foi aprovado pelo Senado - com o adiamento ou com a transferência da responsabilidade para futura administração, tomamos, como executivos, a decisão de ir adiante e de confirmar a data de 15 de abril para a efetivação da troca. Pessoalmente, penso que essa foi uma decisão correta e acertada.

Na quinta-feira passada, em Nova Iorque, eu e o Ministro combinamos que deveríamos, nesta semana, na quarta ou na quinta-feira, ter essa conversa com os Senadores para explicar esses desenvolvimentos. O Senado receberá um relatório circunstanciado sobre o processo que nos levará à troca no dia 15 de abril.

Mas eu queria me referir a uma questão específica, que é a que aparece hoje na imprensa e em quatro de cada cinco telefonemas internacionais que venho recebendo há uma semana. Operadores do mercado internacional querem saber o que exatamente fez o Brasil no período recente, o que está fazendo hoje, o que fará até o dia 15 de abril após esta data. Eles querem saber o que o Brasil tem hoje, qual é a composição de carteira, que tipo de arranjo fez, qual foi a natureza do **hedge**, a que se referiu o Ministro, que o Brasil teria feito. Essas são informações de mercado, que têm influência sobre decisões que estão sendo tomadas hoje por operadores de mercado. E a minha resposta sistemática a esses telefonemas foi: que não tenho comentário a fazer. É o que continuarei dizendo até 15 de abril de 1994, porque é a resposta que convém ao País. Uma vez que transmitimos certas informações detalhadas sobre o que fizemos, sobre o que estamos fazendo hoje, sobre o que estaremos fazendo de agora até o dia 15, sobre as possibilidades que se abrem a partir dessa data, estamos dando informação para operadores hoje operarem, inclusive contra os nossos interesses.

Essa é a razão pela qual, nas minhas conversas individuais com vários Senadores ao longo da última semana, tenho procurado transmitir a idéia de que somos totalmente favoráveis à transparência, **account a budget**, à prestação de contas do Executivo e do Banco Central ao Senado, mas é preciso tomar cuidado para que essa prestação de contas não se dê no momento em que operações estão em curso e que levam a decisões que podem estar operando contra os nossos interesses, contra a decisão que estamos querendo encaminhar.

Nesse sentido queria fazer um apelo pessoal e especial aos Senadores para que entendam as dificuldades que temos hoje. Vamos dar explicações no momento oportuno, com detalhes, mas hoje, enquanto as coisas estão acontecendo, não podemos entrar em detalhes sobre como, quando, exatamente por que, através de quem e de que forma. Faço um apelo no sentido de que se leve em conta a importância que isso tem para o funcionamento de mercado e para defesa dos nossos interesses.

Queria mencionar uma comparação que é feita com frequência, quando se diz que o Brasil perdeu dinheiro. O Brasil teria perdido dinheiro porque não teve uma emissão especial de **zero coupon bonds** por parte do Tesouro americano. Essa é uma interpretação precipitada, absolutamente precipitada, para a qual não existe base factual alguma pela seguinte razão: a emissão especial de um título do Tesouro americano é ela mesma uma negociação, uma negociação dura. Com frequência, quem acompanhou as negociações mexicanas, venezuelanas e argentinas sabe que é assim: o preço de **zero coupon bond** na emissão especial que o Tesouro vende é objeto de negociação, ele leva em conta os últimos leilões – inclusive o leilão mais recente, que tem preço mais alto –, tem uma taxa de comissão, **fee**, que o Tesouro americano cobra, que varia, mas recentemente tem sido de pelo menos **5,7 basic points** acima – isto é, descontam do (?) da taxa do Tesouro esses 5,7 pontos básicos. O título de emissão especial do Tesouro é não-comercializável, vale dizer, fica cativo por 30 anos, o País não pode fazer operações com esse título, a não por um requerimento especial e que o Congresso americano tenha apropriado recursos orçamentários para que aquele título possa ser resgatado. Vou dar um exemplo: nossos títulos poderão ser usados, nas condições aprovadas pelo Senado, num programa de privatização ao longo dos próximos anos. Se esses títulos, que têm garantia de principal, forem utilizados, em algum momento, ao longo dos 30 anos no programa de privatização brasileiro, não precisaremos mais manter a garantia de principal lá, porque ele foi transferido. O bônus transformou-se numa participação acionária numa empresa privatizada, e, portanto, podemos recuperar aquela garantia a qualquer momento. Quando se trata de um título que não é comercializável essa questão é muito mais difícil, quando o título o é, temos muito mais margem de fazer.

O cálculo do custo relativo da aquisição especial do Tesouro americano, **vis-à-vis** outras formas, inclusive de **hedge**, que procuram levar em conta, exatamente, os momentos de melhor oportunidade em termos de cotação de preço e fazer o **hedge** que assegura entregas em momentos futuros àquele preço acordado no momento nos pareceu, como nos parece, uma forma mais adequada e apropriada do que um país com a dimensão e a importância do Brasil ficar absolutamente inerte, paralisado, à espera de uma decisão, seja de uma instituição monetária internacional, como o FMI, seja de uma decisão do Tesouro, de fazer aquela emissão na condição de monopolista. Ou seja, uma instituição que sabe estar na frente de um comprador, que não tem alternativa senão comprar dele e que tem um prazo relativamente curto para realizar aquela operação, cujos termos terão de ser negociados.

Então, acredito que há razões substantivas sobre as quais não deveríamos ficar absolutamente parados, à espera de **Godot**, que se materializasse no dia e na hora certa – vale dizer aqui que, antes do dia 15 de abril, tivéssemos um **stand by** com o Fundo e, portanto, a emissão especial do Tesouro. Isso não quer dizer que não estejamos, como disse o Ministro, trabalhando para tal. Estamos trabalhando para ter um **stand by** com o Fundo, e a razão principal – notou o Mijistro aqui – foi que, para tê-lo agora, teríamos que definir com o Fundo a data precisa da emissão do Real. Não estamos fazendo isso com a sociedade brasileira e achamos que não haveria qualquer razão para fazê-lo com o Fundo Monetário Internacional, porque é dessa definição que dependem as metas e trajetórias implícitas das variáveis nominais que definem os critérios de desempenho com o Fundo. Mas a nota do Sr. Michel Camdessus, tal como lida pelo Ministro, deixa claro que estamos trabalhando na direção de um **stand by**. Temos interesse, sim; não estamos abandonando a idéia.

Assim como a nota do Tesouro deixou claro – e lamento que ela tenha sido mal interpretada por alguns aqui no Brasil – que o Tesouro se recusava terminantemente a fazer uma emissão especial, a não ser numa ocasião de um **stand by** do FMI, em que aquilo nos teria pego, a nós brasileiros, de supresa e paralisados. Aquilo não era absolutamente surpresa alguma. Mantemos contatos regulares com o Sr. Larry Summers, e tem sido a posição consistente do Tesouro americano há meses. Inclusive, com muita franqueza, dizem-nos que teriam problemas junto ao Congresso americano de fazer uma emissão especial para um país que não tinha um **stand by**, quando todas as outras – para México, Argentina, Venezuela – foram feitas com países que tinham, sim, um **stand by** com o Fundo.

Agora, o relevante, o importante ali é que o Sr. Summers disse ao Ministro, a mim e ao restante da delegação brasileira, que tão logo esse **stand-by** estivesse disponível, o Tesouro Americano estaria disposto a fazer a emissão especial no volume requerido que o Brasil tivesse interesse em fazer. E, portanto, reservamo-nos o direito de, em algum momento futuro, se nos for conveniente, à luz da negociação que teremos, sim, sobre **price** – comissão com o Tesouro – se acharmos que é relevante fazer alguma substituição do que temos como garantia por isso, o faremos. Quer dizer, as possibilidades e flexibilidades estão todas em aberto.

Asseguro, portanto, aos Srs. Senadores que nada do que fizemos, estamos fazendo ou vamos fazer até o dia 15 e após o dia 15 tem qualquer incompatibilidade com o acordo da dívida tal como aprovado pelo Senado Federal.

Penso que falei demais. Queria, talvez, parar por aqui e dizer que estou à disposição de V. Ex^e para qualquer pergunta, como sempre – aqui e em qualquer momento que alguém queira procurar-me para discutir detalhes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Ministro Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Presidente, é só para, ao concluir, não deixar de fazer referência a uma pessoa que foi dos mais influentes nesta Comissão na questão da negociação da dívida externa, que é o Senador Severo Gomes. (Palmas.) Penso que é um dever do Ministro, que também é Senador e que foi grande amigo dele – senti-me sempre muito próximo de Severo Gomes – dizer isso. Recordo-me que nas fases iniciais de o Senado participar da negociação da dívida, o papel de Severo Gomes e a sua intransigência na defesa do interesse nacional serviram de marco para as nossas ações aqui na Comissão da Dívida. Foi graças à influência de Severo Gomes, juntamente com outros Senadores, aos quais me juntei, que pudemos definir os marcos dessa negociação. Então, Sr. Presidente, ao concluir quero prestar essa homenagem ao Senador Severo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra agora é franqueada aos Senadores e, por ordem de inscrição...

O SR. RONAN TITO – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem, no sentido de nortear o debate.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente do Banco Central, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, estou notando uma certa tensão na reunião e gostaria de voltar um pouco ao passado. Essa negociação começou, com certeza, em 1988, na Revisão Constitucional, quando um grupo de Senadores entendeu que deveria introduzir na Constituição um capítulo em que se previsse, e se previu, a questão da auditagem da dívida. Daí, constituímos uma comissão no Senado Federal que veio acompanhado esse assunto em cada momento, em cada situação.

Quero lembrar-me aqui e quero lembrar a este Plenário um acontecimento - e a alguns até narrar, porque não estavam presentes: no momento alto da negociação, no passado, no Governo do então Presidente Collor, que já não merecia o nosso crédito, tive um debate muito acirrado com um colega desta Casa e lembrei-lhe de que quando se discute a dívida externa não existe oposição nem situação, existe o interesse do Brasil e o interesse da banca internacional. Apenas para que nos lembremos desse episódio é que gostaria de colocar o assunto neste momento. Os nossos negociadores merecem e continuam merecendo a nossa confiança. Não temos aqui situação ou opção quanto à questão da negociação da dívida, porque ela já foi decidida por nós; e tem para isso parâmetros, que é a Resolução que levava o número 36 e hoje tem o número 11. De maneira que, em qualquer momento, tanto o Presidente do Banco Central quanto o Ministro da Fazenda estarão dispostos a prestar os esclarecimentos desejados. Mas o espírito deverá sempre - e esta é uma advertência que me faço, aos Srs. Ministros, ao Presidente do Banco Central e a toda a Casa, de que aqui, neste momento, nesta Comissão, temos sim uma oposição, que é o interesse da banca internacional, e temos um interesse em resguardar, que é o interesse nacional. Por isso, Sr. Ministro e Sres. Presidente, se verdadeiramente tivermos alguma coisa que não se deve, para proteger a nossa negociação, narrar, que não se narre, nem em reunião fechada. Porque, no passado, Sr. Presidente, Sr. Ministro e Sr. Presidente do Banco Central, quando negociávamos a inadimplência da dívida externa, sob juramento, veio aqui o Presidente do Banco Central e revelou números que não deveriam ser do conhecimento, numa sexta-feira; no domingo, estavam na Folha de São Paulo, com fotografia.

Temos a obrigação, o Senado, o Ministro, o Presidente do Banco Central, de zelar pelo interesse maior do Brasil. O que pode ocorrer é que alguém, algum Senador ou membros da Comissão podem entender que os negociadores não merecem esse crédito de confiança. De minha parte, quero dizer e deixar bem claro que eles continuam merecendo a minha confiança e que os tenho como parceiros dessa negociação e, por isso mesmo, não farei perguntas, embora esteja inscrito para fazê-las. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, prezados companheiros, tenho sete questões a apresentar, mas não posso deixar de fazer rapidamente alguns comentários acerca de observações subjetivas que aqui foram feitas, entre as quais alinho a suposta questão de ordem do nosso amigo Senador Ronan Tito, que não foi uma questão de ordem.

Primeiro, é uma tentativa de ajudar o esforço do Dr. Pedro Malan. Talvez consigamos aqui, com exemplo didático, eliminar definitivamente o sinônimo perdão para a palavra waiver. Como se trata, em todos os casos, de pedir perdão a banco, penso que fariam bem em erradicar essa interpretação, porque banqueiro não tem coração, logo, não pode perdoar; no máximo, pode suspender. É, portanto, uma impropriedade biológica, funcional e odontológico.

A segunda observação é quanto a uma frase que o Ministro deixou vazar. Houve quem dissesse que existiu interesse subalterno na negociação ou na ida aos Estados Unidos na semana passada. Tenho certeza de que o Ministro não quis se referir a nenhum de seus Colegas desta Comissão.

E a terceira observação é a respeito de nos fixarmos nos termos das resoluções que antecedem a este acordo, não apenas à específica, que é a Resolução nº 98, de 1992, mas particularmente à nº 96 e à 82, que considero não estritamente pessoais, mas substancialmente estritas pelo Ministro Fernando Henrique Cardoso, quando Senador, escritos esses que nós em momento algum esquecemos.

As perguntas que quero aqui fazer são - e vou deixar assinaladas, depois farei uma observação geral: quem autorizou, e quando foi dada a autorização para a operação de compra dos títulos no mercado secundário?

Segunda: Quem ou quais corretoras ou distribuidoras participaram da operação? Qual foi a comissão paga ou ganha por tais corretoras e distribuidoras, e quem as pagou?

Terceira: houve algum reflexo sobre o preço dos títulos do Governo brasileiro no Exterior, ao longo desse período? Não ficou bem claro se o período é outubro ou novembro, até porque houve uma troca de palavras entre o Ministro e o Presidente do Banco Central, e isso não ficou claro. O que ficou claro é que provavelmente seria depois de outubro. Em igual período, qual a oscilação do valor dos títulos americanos no mercado secundário, ou seja, o estabelecimento de uma relação entre a flutuação da cotação do nosso e do deles? Eu poderia até considerar que as duas são integrantes de uma única pergunta, mas desdobrei-as. É possível identificar corretores e distribuidores que no mesmo período participaram de operações de compra e venda de títulos brasileiros?

Finalmente, ontem os jornais divulgaram que a Rússia conseguiu firmar o seu acordo com o FMI, um crédito stand by de US\$1,5 bilhão. O Ministro teve a oportunidade de nos esclarecer algumas das dificuldades para esse acordo - algumas delas até são motivo de orgulho para nós. Quero dizer isso na condição de Presidente de um Partido não alinhado com o Governo, mas alinhado com o Brasil. Algumas das objeções nos orgulham. Não tenho nenhum constrangimento em dizer isso. Nenhum!

Mas parece-me que, além da questão da fixação da data da conversão da URV em real, creio que a falta do Orçamento de 1994 - e o FMI supõe que vamos inovar, porque supõe que vamos ter o Orçamento de 1995 aprovado em 1994, o que vai ser uma inovação no Brasil; será uma inovação extraordinária: vamos, ao que tudo indica, mesmo sem ter o de 94, ter o de 95 aprovado em 94, o que será um progresso extraordinário, da parte de todos nós.

Mas gostaria de recordar, neste momento em que o seu Congresso, Sr. Ministro, se transforma, parcialmente pelo menos, em "Geni", que a responsabilidade não é nossa, visto que ainda não recebemos os alfarrábios. Portanto, ainda não houve nenhuma ameaça de propositura de uma futura CPI do Orçamento, por absoluta inexistência de objeto.

D. Pedro I fez isto: ficamos 7 anos sem orçamento.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - É o mal de dizer: "Eu fico".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E foi tudo depois do Fico.

Mas, então, gostaria de deixar registradas essas perguntas.

Trouxe à Comissão uma nota técnica na última terça-feira - peço desculpas, mas vou me alongar um pouquinho mais - mas, antes telefonei ao Presidente do Banco Central para comunicá-lo que, no cumprimento daquilo que acho ser o meu dever, traria à Comissão de Assuntos Econômicos a minha inquietação por saber, pela imprensa, de coisas que o Senado - que nunca negou o seu apoio patriótico, brasileiro, pelo menos desde que estou aqui, e aí incluo V. Ex*, Ministro, porque na aprovação do primeiro acordo,

ou da primeira resolução de 91, a sua participação como Senador foi decisiva. E aprovar o primeiro foi muito mais difícil do que aprovar o terceiro ou o quarto. E houve apenas 6 votos contrários naquela tarde: 61 a 6 – lembro-me do placar –, graças à sua intervenção, que não era do Governo de então. Com essa isenção quero dizer que estou com a convicção de estar cumprindo com o meu dever patriótico também ao fazer essas indagações. Não as faço para atender a qualquer interesse especulativo.

Quero, por isso, assinalar o seguinte: não vou requerer que a reunião transforme-se em secreta se o Presidente do Banco Central ou o Ministro disserem, como ao que tudo indica vão dizer, que não podem responder a essa ou aquela pergunta, mas quero que fique registrada a pergunta para que, depois do dia 15, sejam respondidas.

Por isso, fiz questão de ler todas as perguntas. Se o Presidente do Banco Central me disser que não pode responder no interesse do Brasil, eu aceito, a termo. Não por desconfiar dele, mas por desconfiar que, se eu não o fizer, estarei descumprindo com o meu dever.

Gosto muito de ambos e aprecio suas reputações, mas pretendo apreciar também a minha; quero que ambos cumpram com seu dever sem que isso envolva a negligência de um cumprimento meu. Então, fica bem claro e está gravado: não exijo que essas perguntas sejam respondidas agora, exijo que elas constem do nosso encontro com aquele mesmo espírito cooperativo que tem havido entre nós, mas que elas sejam respondidas oportunamente.

Creio que a sociedade vai compreender que, se no interesse do País não podem ser respondidas hoje, serão respondidas depois. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Ministro Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Presidente, Srs. Senadores e muito especialmente o Sr. Senador Esperidião Amin:

Creio que o Senador Ronan Tito, com a força das palavras que o caracteriza, colocou aqui a questão central no modo como estamos trabalhando há anos nesta Comissão. É verdadeiro e continua. O Senador Esperidião Amin deu uma demonstração claríssima disso na forma como colocou as suas questões e pelos esclarecimentos que prestou.

É isto mesmo: se há alguma coisa da qual podemos nos orgulhar é que este Senado foi capaz nesses anos todos – não foi em 1988, Senador foi antes da Constituição, já tínhamos uma Comissão da dívida, em 1986 ou 1987. Desde então o Senado tem tido um papel extremamente positivo, construtivo, com esse espírito que permanece.

Isso não desobriga o Ministro nem o Presidente do Banco Central a prestar esclarecimentos. Penso que o Senador Esperidião Amin tem toda a razão, temos obrigação de prestar esclarecimentos e vamos prestá-los e levantar as questões.

Em primeiro lugar, o Senador Esperidião Amin fez uma colocação correta, quando se referiu à Rússia e ao 1 bilhão e meio de stand-by. Todos sabem das dificuldades da Rússia. Como sociólogo, fui convidado a ir à Rússia pelo Presidente Ieltsin e passei lá uns dias com mais quatro pessoas: dois economistas americanos, Stephen Conhen e Carnoy; um sociólogo francês, Alain Turreg, e um espanhol que é Professor em Barkley(?), Manuel Castellos, passamos uns dias conversando com a equipe econômica, quando o Sr. Gaidar era o dono da Rússia.

Foi uma experiência inesquecível. Escrevi um relatório sobre a visita, parece que está publicado em alguma parte do mundo. Não bern a Rússia, mas, enfim, como me convidaram para participar dessa análise da situação russa, pelo menos pude saber o que teria sido as mordomias na época da burocracia soviética, porque fiquei hospedado na casa que foi do Kossiguin no passado e não era má. Dá inveja a um ministro que mora aqui num desses apartamentos funcionais que não têm garagem, onde os jornalistas fazem o favor de me acordar de manhã cedo todos os dias falando alto e os fotógrafos a fazer barulho como diz o Senador Ronan Tito.

Mas prefiro estar aqui em Brasília a ficar na casa do Kossiguin, cercada de muros altos, num bairro isolado que eles chamam de "levins hills", que é mais sufocante do que a nossa pobreza e desordem que nos leva pelo menos a essas conversas francas sem temores como temos hoje aqui no Senado e no Brasil.

Sei que a situação da Rússia é desesperadora. A economia russa para chegar a ser uma economia de mercado vai levar décadas. Outro dia fiz uma injustiça como o Brasil quando disse a um amigo meu que o Brasil é uma Rússia Tropical. Não é. Tropical somos, mas Rússia, não. Temos alguns aspectos da sociedade russa. De um lado até positivo, uma certa inclinação à desordem. Temos isso. Eles também têm. É curioso, com todo o regime, havia uma inclinação à desordem, que viu-se depois na Rússia. Temos essa inclinação à desordem. Em tudo. Qualquer sessão nossa é um pouco tumultuada. Já nos é habitual.

Mas, enfim, por que fizeram essa concessão, esse stand-by de 1,5 para a Rússia? As razões são óbvias. É por causa disto mesmo: existe lá uma situação de caos de tal risco que o sistema capitalista internacional a todo instante está injetando recursos a fundo perdido.

Para orgulho nosso, como disse o Senador Esperidião Amin, não vamos aceitar condicionalmente que nos interesses, não vamos nos submeter a programas simplesmente para agradar "a" ou "b", estamos seguindo o nosso rumo aqui no Brasil. Então, esses acordos estão sendo feito num contexto de um país que não é arrogante, nem pode ser, nem deve ser, que sabe das suas dificuldades, mas também não precisa estar, hoje, com o chapéu na mão. Conseguimos, graças ao esforço desse povo, que não foi pequeno, manter essas reservas elevadas. Custou caro, custou juros altos, hoje é patrimônio nosso, não pode ser desperdiçado. Conseguimos bem ou mal essa recuperação que estamos vivendo na economia, pequena ainda; conseguimos a democracia; enfim, hoje temos uma condição de ser o interlocutor mais responsável.

É o que diz o FMI. O que o FMI está dizendo é que podem ir adiante com eles, não fizeram o stand-by, mas são responsáveis. E diz mais: não é o Ministro que é responsável – embora também eu seja –, é o Congresso e a opinião pública. Está dito, está registrado.

Então, Senador Esperidião Amin, é claro que o FMI também tomou em consideração o orçamento. É difícil. Acredito que foi uma proeza conseguir isso que conseguimos, nas condições em que vivemos, porque quando me perguntam: como vai ser o orçamento do ano que vem? Não sei nem o deste ano. É difícil. Esse é um voto de confiança, penso que merecido, ao Brasil. Mas sabemos que a situação aqui é que sempre, a cada semana, temos que estar reconstruindo um pedacinho que foi perdido por acaso ou por um incidente que podia ter sido dispensado e não foi. Vou evitar viagens. É real isto: é evidente que temos esse background.

Quanto ao Orçamento de 95, o que está dito na nota é que o frame-work, quer dizer, o quadro de referência de 95 deve estar dado pelo Orçamento que o Governo deverá mandar em agosto de 94 sobre 95.

Tem razão o Senador Esperidião Amin quanto ao Orçamento de 94. Neste momento, a responsabilidade do atraso é do Executivo, porque estamos com uma greve no pessoal do Orçamento. E a razão também é compreensível: os técnicos do Orçamento fizeram cinco orçamentos no ano passado e os salários deles são muito baixos, como são também os do Tesouro. Eles estão em greve. O Ministro reconhece isso e tem sido acusado de incoerência por alguns órgãos da imprensa. Não é incoerência, vejo que eles ganham pouco. Mas o Ministro da Administração também tem sua razão. Não posso resolver este caso sem resolver os outros. É esse o drama que vivemos.

Enfim, Senador Esperidião Amin, quero dizer que V. Ex^a tem razão, certamente a falta de um orçamento dificulta. Espero que, até agosto, como dissemos aqui, tenhamos isso resolvido. Fará força nesse sentido.

Senador Esperidião Amin, com respeito à questão de quando foi tomada a decisão, eu perguntava ao Presidente do Banco Central, porque não recordo com precisão. Fui consultado, entre outubro e novembro, pelo Presidente do Banco Central, sobre como proceder nesta matéria. Minha resposta foi que, dentro dos critérios do Banco Central, tome as providências no momento em que fosse oportuno. Esse oportuno quer dizer preço, descrição, conveniências. Tome as providências porque se tratam de reservas. O Banco Central faz centenas de operações diárias, essas e outras. E foi com o mesmo critério.

Posso dizer ao Senado, com toda tranquilidade – o Presidente do Banco Central está ao meu lado e sabe disso –, que eu não sei nada. Não que não saiba nada do ponto de vista político; sou responsável, autorizei fazer. Mas confio no Banco Central e no Presidente do Banco Central. Isso é uma questão importante para mim também. É para o bem do Brasil? Confio? É assim? Acho que é, não sou destinatário de capacidade de discernir nesta matéria. E uma reserva? Faça.

Nunca telefonei para o Banco Central para pedir preço disso ou daquilo ou para saber o que iam comprar ou não. Nunca. Nem vou fazer, porque não é meu papel. O meu papel é dar a diretriz. De eu começar a interferir nisso, as suspeitas poderão ocorrer, mesmo que infundadas. Essa foi sugestão do Presidente e autorização minha vamos nos precaver. Como Ministro, tenho de defender o interesse do Brasil. Vamos nos precaver!

Só voltei a falar deste assunto nos Estados Unidos, para me certificar de que estávamos tranquilos. Se V. Ex^a me perguntarem quanto é que temos em tal papel, direi que não sei, mas sei que estamos garantidos, porque tenho a palavra do Presidente do Banco Central de que eu podia ir adiante, que eu teria como cumprir. Nós trabalhamos assim entre nós: com muita lisura, tranquilidade e firmeza.

Minha resposta a V. Ex^a é que deve ter sido em outubro ou novembro, que disse ao Presidente do Banco Central que, no momento oportuno, nas condições oportunas, ele poderia precaver-se. É dinheiro que vale, é um excelente título e não tomei nenhuma outra informação sobre isso.

O Presidente do Banco Central irá a V. Ex^a o que puder ser dito a respeito das outras questões. Entretanto, o Ministro assegura que, depois do dia 15 de abril, as informações serão minuciosas, porque isso tem de ser feito com esse critério e concordo inteiramente com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Tem a palavra o Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Queria também, Senador reiterar o que o Ministro acabou de dizer. Temos o compromisso de prestação de contas, de transparência, de manter o Senado absolutamente informado. Só fiz esse apelo de que o momento oportuno não é hoje. Entendi sua compreensão de meu apelo.

Não tenho os números à minha disposição, mas eles estarão nesse relatório que encaminharemos ao Senado sobre séries de oscilações de preços de títulos, tanto brasileiros quanto norte-americanos, o que permitirá que qualquer um faça a análise que lhe pareça mais correta.

Eu queria fazer dois comentários: primeiro, quem e quais são os corretores e distribuidores, de novo não posso dizer hoje. Sobre um problema que é relevante, a comissão paga ou ganha, eu queria dizer algo importante aqui: não há nenhuma comissão. Há duas razões para isso: primeiro porque as instituições financeiras ganham no spread entre compra e venda – esse é o ganho que elas têm nesse tipo de operações. Não estamos pagando nenhuma comissão além do ganho normal que elas têm em operações em spread.

Há também uma outra razão para isso, que quero crer é derivada do fato de que há uma aposta em várias das instituições no mercado internacional de que o País pode dar certo, e que vai dar certo. E nós recebemos dezenas de visitas de inscrições aqui no Banco Central e no Exterior, oferecendo-se para prestação de serviços os mais variados, desde a administração de ativos, por exemplo, de reservas internacionais, que é uma prática corriqueira entre bancos centrais do mundo – procurarem tem a maior remuneração possível para as suas reservas, e administrá-las, fazendo com que as instituições financeiras possam competir entre si, oferecendo maior resultado para o País.

Temos várias demandas desse tipo, assim como temos ofertas, por exemplo de prestação de serviço para a administração de passivos, porque uma vez esse acordo concluído estamos autorizados pelo acordo e pelo Senado a fazer várias operações, por exemplo, de swap desses títulos de renda fixa em renda variável, de fazer ofertas para alguma classe de credores, para algum tipo de papel. Há uma série enorme de operações de mercado que são corriqueiras em operações de qualquer banco central, em algumas das quais seja, fosse ou pudesse vir a ser vantajoso usar a competição de um mercado que é extremamente competitivo.

Várias dessas instituições estão dispostas a oferecer serviços sem comissão no momento, na expectativa de que podem desenvolver um relacionamento com o Banco Central no futuro, como ocorre normalmente. Então, pode ser que essa seja uma razão, mas eu queria assegurar que não há comissão paga em nenhuma dessas atividades, que serão explicadas oportunamente ao Senado.

As outras questões dependem de uma análise estatística, que será encaminhada.

V. Ex^a mencionou a Rússia; eu queria aproveitar para citar outro país vizinho, que é a Polônia. A Polônia acabou de concluir um acordo negociado também com seus bancos comerciais. Eu já vi algumas análises comparativas, em que procuraram fazer uma comparação direta entre os termos da negociação brasileira, mexicana, argentina e venezuelana com os termos da negociação polonesa agora concluída.

Essas comparações têm que levar em conta um fenômeno fundamental: além dessas dificuldades em fazer comparações do tipo Brasil-Rússia, que já foram referidas, tipo Brasil-Polônia, com as características da situação de cada país, sua história, sua trajetória, sua percepção geopolítica no momento, o fato é que há algo para o qual eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores: é que os termos do acordo da dívida polonesa, tal como negociada com bancos comerciais, tem uma história, e uma história que tem início com uma decisão política tomada no âmbito do Clube de Paris,

que é uma dívida de US\$33 bilhões, sobre o qual o Clube de Paris, por uma decisão política, concedeu um deságio de 50%, em termos de valor presente, ao longo de três anos. E determinou - era uma cláusula das *agreement minuts* do Clube de Paris da Polônia - que termo semelhante deveria obrigatoriamente ser concedido pelos bancos comerciais credores da Polônia.

Essa discussão teve lugar ao longo de três anos, os poloneses não conseguiram exatamente o que gostariam, com todo o apoio e o respaldo político dos credores oficiais do Clube de Paris.

A comparação Brasil-Polônia teria que reproduzir uma trajetória em que deveríamos ter, previamente a uma negociação com a banca comercial, uma decisão política do Clube de Paris de nos dar um deságio equivalente, em termos de valor presente ao mesmo uma decisão política de dizer aos bancos comerciais respectivos que eles estavam obrigados a dar um deságio semelhante.

É só nesses termos que tem sentido uma comparação Brasil-Polônia, e já que V. Ex^a mencionou a comparação Brasil-Rússia, eu não poderia deixar de dizer isso aqui.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Senador, faltou dizer a V. Ex^a que é verdade que os jornais noticiaram muita coisa dentro dos Estados Unidos. Cheguei a Brasília na segunda-feira à noite. Hoje é quinta-feira e estou no Senado. Não dei xeque a mínima atenção para com o meu dever de prestar esclarecimentos ao Senado. Na mesma semana em que cheguei, estou no Senado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A palavra continua com o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quero apenas fazer rapidamente dois registros, sem nenhuma indagação. O primeiro é referente à questão da comissão. Seja pela forma de uma comissão, seja via do ágio ou do deságio, que acompanha todas essas operações, os jornais têm propalado que a operação de compra no mercado secundário teria representado um custo adicional para o País de 60 milhões de dólares; outros – esse dado não está publicado no jornal – falam especificamente em 68 milhões de dólares.

O segundo tópico é o seguinte: no âmbito do que tem sido escrito, há comentários de que há um acordo com os bancos comerciais no sentido de aplicar nesses bancos parcela das nossas reservas, como termo adicional. Mas isso entendo que pode ser esclarecido hoje ou depois do dia 15.

Finalmente, mencionei a questão da Rússia, sem fazer nenhuma comparação com os conhecidos – aqui conhecemos – casos do Egito e da Polônia, que tiveram um deságio – no caso da Polônia, concedido por nós, porque éramos o seu quarto maior credor. Houve, inclusive, uma sucessão de votos, posto que houve votação muito apertada na Comissão de Assuntos Econômicos sobre a questão da concessão do deságio à Polônia; depois, no Plenário, houve o acordo que permitiu inclusive o encerramento da questão quanto ao Clube de Paris. De forma que estou satisfeito com as observações e quero reiterar a minha disposição, que, creio, é respaldada por fatos, de colaborar – não de prejudicar –, cumprindo com o meu dever na condução dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Concedo a palavra ao Dr. Pedro Malan.

O SR. PEDRO MALAN – Muito rapidamente, Senador, quero assegurar-lhe, alto e bom som, que não há absolutamente qualquer acordo com qualquer banco comercial estrangeiro sobre depósitos de reservas internacionais do Brasil ou administração de reserva, como parte desse acordo. O que não quer dizer que, num

futuro, o Banco Central do Brasil, uma vez fechado o acordo, possa estar buscando formas que permitam a melhor remuneração possível para as suas reservas. Aliás, como faz qualquer banco central do mundo. Mas não há qualquer acordo a esse respeito. Esse é um mercado competitivo; estaremos procurando, como sempre fizemos, os melhores termos para o País.

Sobre esse cálculo, Senador, de 60 e 68 milhões de dólares, vou dizer com franqueza: isso é pura especulação. Algumas vezes, vi apresentado como sendo um cálculo da diferença para mais que o Brasil teria incorrido – é pura especulação, porque a informação não está disponível – em algum momento, equacionamento desse hedge, vis-à-vis, incorporação ao custo de uma aquisição direta de uma missão especial do Tesouro. É pura especulação. A aquisição direta do Tesouro, na missão especial, é ela mesma objeto de negociação. Então, alguém tem que elaborar hipótese sobre o resultado dessa negociação; depois, fazer hipótese sobre o que teríamos feito em algum momento, hipótese sobre a natureza do arranjo, dentro do hedge que foi feito; e sair com um resultado por diferença. Tenho até dificuldade, porque não vi o cálculo. Vi apenas um número nessas notas de plantão de notícia em imprensa. Falavam em "um cálculo que teria sido feito no valor de 60, 68 milhões de dólares". Estou disposto a fazer qualquer comentário técnico quando alguém apresentar-me as bases técnicas que levaram àquela estimativa. Senão, estamos no reino da fantasia.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Por ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Ministro Fernando Henrique, Presidente do Banco Central Pedro Malan, tive a oportunidade de estar com o Sr. Presidente do Banco Central ontem, entre 7h e 9h da noite, quando ele esclareceu-me do que eu tinha necessidade de saber para a reunião de hoje. Aproveito a oportunidade e faço minhas as palavras dos Senadores Esperidião Amin e Ronan Tito. V. Ex^a não tem necessidade de dar explicações hoje. Espero recebê-las por escrito após o dia 15.

Gostaria de iniciar minhas observações pela conclusão. O único fato que lamento de tudo isso, Sr. Ministro Fernando Henrique Cardoso e Sr. Pedro Malan, é que, durante todos esses meses, a equipe econômica reiterava que iria assinar o acordo com o FMI quase concomitantemente com os bancos.

A equipe econômica tinha certeza, desde outubro, quando deu ordens ao Presidente do Banco Central para que começassem a comprar títulos, de que esse acordo não iria existir, que não teria o empréstimo de stand-by e que usaria a cláusula de dispensa para fazer o acordo com dois terços. Se isso não fosse verdade, Sr. Ministro, V. Ex^a não teria dado autorização ao Presidente do Banco Central para começar a efetuar a compra dos bônus em outubro.

Sabia V. Ex^a da impossibilidade disso e foi reiteradamente em entrevista à imprensa e aqui no Senado que todas as reservas do Brasil estariam no BIS, e consequentemente não tínhamos qualquer outro tipo de operação. Então, teríamos o empréstimo de stand-by.

Óbvio que, em nenhum momento, dadas todas essas informações, poderíamos pensar ou imaginar que algumas operações estariam em curso e deveriam estar sendo realizadas.

Não quero com isso dizer que essa operação não é nem deveria ter sido importante para o Brasil. Mas imagine V. Ex^a por que o País não começou a fazer essas operações tentando obter valores maiores sobre as reservas comprando bônus, em julho, em agosto ou em maio do ano passado, quando as reservas superavam em muito o valor necessário de importações e exportações estabelecidas pelo Senado.

A partir do momento em que foi tomada a decisão, em outubro/novembro, a equipe econômica já tinha certeza de que não teria o stand-by, o acordo não sairia e, consequentemente, ela usaria a cláusula de dispensa.

A meu ver, a equipe econômica poderia ter pedido uma sessão secreta para prestar as devidas explicações aos Srs. Senadores. Nesse sentido, não teríamos necessidade da reunião do dia de hoje.

Com relação às perguntas, gostaria de saber, em primeiro lugar, a data que o Banco Central começou a comprar o bônus, por ordem de quem, qual o total comprado, quando terminou de comprar o total e qual o valor.

Pergunto também: quantas instituições foram autorizadas a comprar para o Brasil no exterior, como foi feita a seleção, como foi negociada a taxa ou spread que o Brasil iria pagar, já que V. Ex^a disse que não há taxa, e sim spread? Quem compra o faz em nome de alguém e vende para outrem, mas foi combinada uma taxa, porque era uma compra casada para um vendedor. Se V. Ex^a puder responder isso será muito interessante.

Em terceiro lugar, qual o menor e o maior spread pago entre a primeira e a última operação? Qual o total do valor pago pela compra de bônus até hoje? Quanto teria sido se tivesse sido negociado diretamente com o Tesouro Americano? Qual supostamente é o prejuízo que o País pagou a mais?

V. Ex^a me disse, na noite de ontem, que o governo americano vai ao mercado e tem três tipos de negociação de compra deste papel: um de compra especial, que o Governo americano fez para o México, Argentina e Venezuela; a outra é que, a cada 15 de fevereiro e 15 de agosto, o governo americano faz um leilão, e as instituições compram, como o Brasil poderia ter feito. V. Ex^a me disse que em fevereiro o valor foi mínimo e talvez por isso o Brasil já teria necessidade ou já prevendo isso teria comprado; a terceira é a forma de ir ao mercado.

Sem dúvida nenhuma, quando se vai ao mercado, ele pode estar mais ou menos favorável. Creio que se corre o risco de pagar mais, porém talvez possa ter pago a menos.

Sexta pergunta: como foram transferidos os recursos da reserva do Brasil para as corretoras ou bancos que efetuaram a compra e quais os riscos que o Brasil correu?

O Brasil tinha dinheiro no BIS, deu ordem para alguém comprar, alguém comprou para vender para o Brasil, e esses recursos foram transferidos. Como foi negociado, de que forma, o que envolveu tudo isso?

A última pergunta é: por que não começamos a operar com as reservas antes desta data, tendo em vista que já tínhamos condições para tanto?

Agora, é muito estranho que o Brasil não tenha entrado em nenhum leilão do governo americano. Reitero a minha conclusão: a equipe econômica sabia que não teria o acordo com o FMI, sabia que não teria o stand-by e sabia que iria usar a cláusula de waiver por quê? Não só porque começou a comprar em outubro, mas sabia que não tinha condições de apresentar até fevereiro, março ou abril ao FMI toda essa intrincada negociação da entrada do real, como seriam as cláusulas de contratos, como resolveriam todos os problemas de contratos e as medidas provisórias que seriam emitidas.

Tenho certeza, dado todo esse arrazoado, que a equipe econômica mentiu – eu não gostaria de usar jamais essa palavra – ou pelo menos omitiu que não teria o acordo, porque deixa bem claro que esse acordo não poderia existir.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Por imposição do Regimento do Congresso, o Presidente da Casa, Senador Humberto Lucena, está advertindo que nos dará um prazo máximo de vin-

te minutos para encerrarmos nossos trabalhos, porque o Congresso Nacional está em atividade. S. Ex^a está cobrando uma determinação legal. Por isso, pedimos aos Srs. Senadores que sejam compreensivos.

Vamos passsar a palavra ao Sr. Pedro Malan; em seguida, para encerrar, ao Senador Eduardo Suplicy. Essa colaboração que pedimos a V. Ex^a diz respeito simplesmente ao cumprimento daquilo que aprovamos, ou seja, o Regimento da Casa.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Pedro Malan, tem a palavra o Ministro Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero apenas prestar um esclarecimento sobre uma afirmação peremptória feita pelo Senador Gilberto Miranda – a exemplo do que disse S. Ex^a, eu também não gosto de dizer a palavra "mentira" – pois a mesma não corresponde à verdade dos fatos. Não foi bem assim. Se tudo tivesse ocorrido dessa forma, teríamos que louvar o trabalho da equipe, pelo seu engenho e arte, pois teria realmente conseguido ludibriar o FMI. Acho difícil alguém conseguir isso. Hoje vivemos num mundo de muita transparência, e uma instituição como o FMI dispõe de informações precisas. Se houvesse a predisposição inicial de nossa parte de não se chegar a um acordo, o FMI não teria emitido essa nota. Isso porque poderia alegar que estava negociando com pessoas sem credibilidade. O que ocorreu foi o oposto. Lutamos o quanto pudemos para defender os interesses do Brasil e para obter o máximo de acordo com as circunstâncias. Não é verdadeira a afirmação de que não visávamos um acordo, como não é verdadeira a afirmação de que não visamos o mesmo hoje. O Dr. Pedro Malan deu explicações sobre isso. A verdade é que fomos precavidos. Não se tratou de uma decisão que tinha como objetivo não obter o acordo. Dado o fato de o Senado nos ter dado uma amplitude de negociação que não requisitava o stand-by, tínhamos outras alternativas. O mínimo que podíamos fazer era a defesa do interesse nacional. Fomos precavidos a respeito. A equipe econômica não tinha a menor idéia sobre o que está sendo revelado hoje. Apenas o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e o Dr. Gustavo Franco – Diretor de Câmbio da área externa – sabiam disso. Isso porque essas matérias têm que ser tratadas com muita responsabilidade. No caso, não foi preciso nem omitir, mas eu omitiria porque se trata do interesse público, que não convive bem com os boquirotos. Não faz meu gênero prestar informações que serão publicadas nas primeiras páginas dos jornais. Muitas vezes tenho oportunidade de dar notícias que podem causar grande impacto, mas não o faço, porque isso é, negativo a longo prazo. No caso, agimos com absoluta propriedade. Não decidimos – o Presidente do Banco Central e eu – que não iríamos recorrer ao stand-by em outubro ou novembro; nem foi naquele momento – não sei quando foi – que o Presidente do Banco Central ordenou que fossem realizadas essas ou aquelas operações. O que fizemos foi dizer o seguinte: esse papel é bom, faz parte das nossas reservas. Por que não tê-lo se o preço for conveniente? Não há nada de quivocado nesse procedimento. É de se louvar, suponho eu, o zelo do Banco Central em preservar os nossos interesses. Mas isso não foi feito com o propósito de não se chegar a um acordo stand-by, porque, até se chegar a esse acordo, esses papéis valem, podemos vendê-los e podemos ganhar dinheiro com eles. Não houve nenhuma decisão em outubro ou novembro. Houve simplesmente uma precaução, e aqueles que, como nós, convivem com a realidade política brasileira sabem também que têm que estar constantemente preparados para eventuais surpresas políticas; ou seja, pode não haver orçamento, pode não haver a Revisão Constitucional. Tudo pode ocorrer. Precisamos de alternativas. E foi o que fizemos.

Dito isso, agradeço ao Senador Gilberto Miranda pelas suas palavras e peço ao Dr. Malan que esclareça, na medida do possível, as questões que S. Ex^a colocou.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma resposta ao Sr. Ministro, ou seja, qualquer raciocínio lógico leva a crer que, a partir do momento em que o Brasil começou a comprar bônus em outubro e novembro...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Eu não sei.

O SR. GILBERTO MIRANDA – ... não comprou antes. A partir do momento que o Brasil teve medo de haver um ataque a essas reservas se estivesse em outros bancos; a partir do momento que ele sabia que não ia ter as regras totalmente definidas das três etapas do Plano; ele já sabia que o FMI não faria o Acordo. Hoje, para nós, é claro, mas não era naquela época, Sr. Ministro.

Então, consequentemente, o Tesouro Americano, não tendo o Acordo com o FMI, não teria condições de começar a negociação para emissão especial de bônus. Quer dizer, a gente só consegue ver isso hoje, porque saiu na imprensa e começou-se a comprar títulos de trinta anos em outubro e novembro. Se não, isso não existiria, Sr. Ministro.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Sr. Senador, V. Ex^a vai me perdoar uma referência que escapa talvez do objeto direto da nossa negociação. V. Ex^a está cometendo o que se chama um erro ecológico, não é ecologia, é outra coisa. É o seguinte: V. Ex^a está confundindo resultados com intenções. Perdoe-me V. Ex^a, não estou na universidade: isso é um lógico clamoroso. O resultado pode ter sido esse, mas a intenção não foi. Não se pode do resultado regredir até a motivação. É o que V. Ex^a está fazendo. Por sorte de V. Ex^a, não estamos numa tese de exame, estamos entre colegas, porque senão teria de dizer que V. Ex^a estava reprovado. Não existe isto: o resultado foi esse, mas a intenção nossa foi, até o final, lutar o que pudemos para obter o Acordo.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Ministro, eu concordaria com V. Ex^a. Problemas ecológicos, eu, sendo representante do Amazonas, até que temos demais.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Não é essa ecologia, é outra.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Creio que V. Ex^a comete um erro quando diz para não interpretar resultado com intenções. Se V. Ex^a tivesse comprado qualquer outro tipo de papel, ou se V. Ex^a e o Presidente do Banco Central afirmarem aqui que compraram papel de outros governos – a não ser do Governo americano –, se comprou papéis com outras datas de vencimento, que não seja trinta anos, dou toda a razão a V. Ex^a.

Então, gostaria de ouvir do Presidente do Banco Central se, quando ele começou a comprar bônus em outubro e novembro, só não comprou bônus do Governo americano e se não comprou bônus de trinta anos. Se isso foi feito, então é com um pouco de lógica que chegamos a essa conclusão. Gostaria de ouvir do Presidente do Banco Central se compramos títulos de outros governos, com outros prazos; aí, estariamos trabalhando, efetivamente, com as nossas reservas, simplesmente para maximizar a taxa e recuperar um pouco daquilo que fazemos quando emitimos no País.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Presidência da Mesa reitera que temos um horário rígido a ser cumprido. Pedimos, pois, ao Dr. Pedro Malan, se possível, que reduza ao máximo as respostas ao Senador Gilberto Miranda, podendo, inclusive, outras informações serem dadas por escrito. Logo após, para encerrar

a reunião de hoje, passaremos à palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO MALAN – Muito obrigado, Senador. Tentarei ser breve.

Em primeiro lugar, responderei à questão geral que o Senador Gilberto Miranda chamou de conclusão da sua intervenção. Acredito que é necessário um fértil exercício de imaginação para supor que, desde setembro ou outubro do ano passado, o Brasil já teria a onisciência e a onipotência de saber que não teria um stand-by com o Fundo ao longo dos próximos seis ou nove meses, para o qual estávamos trabalhando. E trabalhamos intensamente e continuamos trabalhando hoje.

De modo que esse tipo de exercício de sabedoria *ex post* não é muito útil para esse tipo de discussão. Posso garantir ao Senador que não é correta a interpretação do que sabíamos desde outubro que não teríamos um acordo com o Fundo.

Assim como também não é correto derivar da autorização que me deu o Ministro da Fazenda para que fizéssemos algo que faz o maior sentido do ponto de vista econômico-financeiro. Sabemos que vamos ter algumas obrigações de entregar determinados instrumentos a um preço que não sabemos qual será no momento da sua entrega. E faz o maior sentido uma operação de *hedge*, uma operação conhecida, corriqueira em mercados nacionais e internacionais, através da qual procura se proteger de estar obrigado a comprar algo em condições de preço muito mais desfavoráveis. Foram operações de *hedge*, normais e tradicionais, que fizemos. E o fato de o Ministro ter dado autorização ao Banco Central em outubro não significa que tenhamos saído desesperadamente comprando em outubro, mesmo porque as cotações de outubro não eram favoráveis como parecem. Operação de *hedge* é distinta de operação de compra direta.

E o Senador tem razão quando diz que, além da emissão especial, existem esses leilões primários de títulos do Tesouro Americano, que são títulos de trinta anos, em volumes pequenos, nos quais o Brasil, se entrasse diretamente, obviamente estaria chamando uma atenção, que não gostaríamos de chamar. Operações desse tipo devem se dar discretamente num mercado de strips, que são operações de *hedge* conhecidas.

Quero terminar, Senador, dizendo que felizmente o Senador Gilberto Miranda referiu-se que, quando se faz operações de *hedge* em mercado, e atento a evolução de preços e cotações dos títulos, é possível haver ganhos e é possível haver perdas. Operamos no sentido de que fosse possível trabalhar com ganhos. Por isso, fico satisfeito de ver o Senador mencionar o suposto prejuízo ou suposto ganho da operação.

Agradeço por isso e quero reiterar o que me disse o Senador Esperidião Amin: as perguntas que fez o Senador serão respondidas num momento oportuno.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, creio que há uma pergunta básica que vai definir se eu imaginei, se a minha imaginação foi fértil ou se, efetivamente, as etapas foram pré-estudadas. O Governo brasileiro, quando começou a comprar título em outubro e novembro, comprou papéis de outros governos a não ser do Tesouro americano de trinta anos? V. Ex^a tem condições de me responder isso agora?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Pediria, agora, a colaboração do Senador e que o Dr. Pedro Malan se ativesse às perguntas do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. GILBERTO MIRANDA – É importante essa resposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – V. Ex^a pode usar da palavra.

O SR. PEDRO MALAN – Pois não. Talvez o que tenha levado à pergunta do Senador foi uma menção anterior que eu fiz ao fato de que o Acordo, tal como aprovado pelo Senado, contemplava a possibilidade, caso houvesse uma escolha significativa acima de um determinado limite por papéis, denominados em *deutsche mark*, e que o Brasil tivesse que oferecer garantias, além de papéis denominados em dólar, para papéis denominados em marcos alemães. Foi essa a minha referência.

Não houve um volume significativo em termos do valor que estabelecemos, de modo que as garantias serão dadas, única e exclusivamente, em títulos do Tesouro norte-americano. Quer dizer, as operações de *hedge* relevantes, então, nesse caso, são aquelas que nos protegem contra uma situação de preço e custo desse particular tipo de papel no momento da entrega. E foi nessa direção que procuramos trabalhar.

A pergunta do Senador é relevante para aquela outra discussão mais ampla sobre uma remuneração e administração de reservas, onde, obviamente, Senador, posso lhe assegurar que, dependendo das condições de remuneração, o Banco Central estará disposto a comprar papéis que ofereçam a melhor remuneração no mercado, sejam eles emitidos por governo a, b ou c.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Então, só para concluir, Sr. Presidente do Banco Central, ficou claro: o Banco Central só comprou papel do Governo americano de trinta anos. Consequentemente, ele já previa, já imaginava que poderia não haver o acordo com o FMI e usaria a cláusula de *waive*.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Então, V. Ex^a está, provavelmente, reconhecendo a competência do Banco Central em se precaver. É isso?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sem dúvida nenhuma, o Banco Central é competente, o Ministro também é muito competente, mas creio que seria muito importante que o Senado soubesse da possibilidade de usar da cláusula de *waive*, não apenas depois de publicado no jornal. Sem polemizar mais, Sr. Ministro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, gostaria de perguntar, serei breve.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, pela ordem. Queria só fazer uma consulta antes do Senador Eduardo Suplicy. Gostaria de saber se V. Ex^a está decidido, determinado a encerrar esta reunião?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Estou cumprindo o Regimento do Congresso. Estamos indo, agora, para uma sessão do Congresso e o Regimento do Congresso nos proíbe manter reunião paralela.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Mas só no momento em que está sendo votada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Consulto a assessoria sobre a informação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Enquanto a Ordem do Dia não entra, não há incompatibilidade entre a sessão e a reunião das Comissões.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, sugeriria que fosse feito um apelo ao Senador Humberto Lucena para que não encerre a sessão enquanto esta reunião não terminar, porque não sei se houve verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Vou fazer a consulta, porque o Ministro também tem reunião no Palácio.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Procurarei ser breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A reunião era às 11 horas e já estamos aqui com meia hora a mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Ministro Fernando Henrique Cardoso falou aqui do esforço compartilhado pelo Congresso Nacional com respeito à dívida externa. Esse esforço obviamente inclui a questão relativa à Medida Provisória nº 434.

Gostaria de fazer um apelo ao Ministro no sentido de que será muito importante ao Congresso Nacional examinar, apreciar, discutir e votar a Medida Provisória nº 434.

A imprensa, hoje, diz que o Ministro estaria fazendo um apelo aos Srs. Parlamentares para que não votem a Medida Provisória. Mas, da mesma maneira como o Ministro considerou importante que o Congresso Nacional compartilhe do esforço de decisões sobre a dívida externa, também o é com respeito ao programa de estabilização.

Avalio que seria adequado e próprio que o Ministro pudesse dizer aos membros do Congresso Nacional o que é possível e o que não é possível, o que inviabilizaria o Plano de estabilização, o que é possível aceitar, porque este, inclusive, é o objetivo da sessão presente do Congresso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Posso responder já?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Ministro Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – O que eu disse foi o seguinte: não recebi sequer e não li até hoje o relatório do Deputado Gonzaga Mota.

Pedi ao Congresso que não tome uma decisão sem que haja uma coordenação com o Executivo, porque senão vamos ter que pedir o voto. É só isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Está bem.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Como quero, precisamente, chegar a uma questão razoável, tenho muito medo – para ser franco – que nos dias de hoje, precisamente, vêm propostas que não são aceitáveis, porque não são viáveis. Queria evitar isso. Então, pedi que houvesse tempo de negociação. Foi feito um cálculo do que significa a proposta. Não vi esses cálculos.

Entendo que não podemos levar essas questões, Senador Eduardo Suplicy, de outra maneira se não a que norteia V. Ex^a mesmo, com clareza e sem demagogia.

O Ministro da Fazenda acha o salário mínimo de 64 dólares uma infâmia; considera 100 dólares ridículo e por ele decretaria 500 dólares. Só que o Ministro da Fazenda sabe – como sabem todos os Senadores – que não é por aí; que, ao se fazer um aumento desse tipo, não se está dando aumento nenhum, está-se tirando, via inflação, o que se finge que se deu. E o Ministro não concorda com isso e disse isso inúmeras vezes, no Governo, fora do Governo e dirá de novo.

Não quero chegar a esse ponto. Quero evitar esse impasse, porque entendo que o Congresso tem condições de pensar maduramente sobre os mecanismos pelos quais, efetivamente, se vai chegar a um salário mínimo menor.

Já votei no Congresso muitas vezes salário mínimo, como V. Ex^a também. Tudo falso! Tudo falso! V. Ex^a sabe qual o salário mínimo real sem a URV, quanto seria este mês? Quarenta e cinco dólares, por causa da inflação.

Chega disso! Chega de enganar o povo. Está na hora de dizermos ao povo as coisas como elas são. Quer resolver o salário mínimo? Vamos resolver. Vamos resolver a Previdência. Onze milhões de salários mínimos são pagos pela Previdência e quatro pelo setor privado. Se se aumenta esse salário para 100 dólares, por exemplo – repito um milhão de vezes isso – aumenta a arrecadação de 23, 24 bilhões para 27, 28 bilhões e os benefícios para 35 bilhões. Haverá um déficit de 7 bilhões de dólares. Quem paga? É o povo de novo, que vai forçar a inflação.

Então, Senador, o que quero é isto: que não haja uma votação, no calor de uma emoção, que obrigue o Governo, outra vez, como já foi feito na questão dos salários, a dizer que não está de acordo. Porque eu tenho responsabilidade pública e não estou simplesmente querendo fazer um voto por fazê-lo.

Pedi ao Congresso o que V. Ex^a quer: que se possa chegar a uma discussão verdadeira e não a uma discussão em que se vai alegar – é tão fácil alegar, gritar na porta do Ministro da Fazenda, que não se preocupa com o grito, porque não se preocupou – como sabe V. Ex^a, quando eram militares que mandavam aqui, muito menos agora vou-me preocupar com o grito de gente desavisada, que não sabe das coisas e que acha que o Ministro está contra isso ou contra aquilo. O Ministro não está contra nada, o Ministro está a favor do Brasil e do povo brasileiro e não podemos seguir nenhum caminho de facilitar o falso.

É isso, Senador, estou de acordo com V. Ex^a, por isso não dá para votar agora. O que for votado agora, se for votado do jeito que está, o Ministro pedirá veto.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Considero importante esta manifestação do Ministro, porque nela está contida a disposição de dialogar sobre o conteúdo do que foi apresentado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Inclusive o seu projeto, do qual votei a favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, gostaria de fazer um apelo no sentido de que as negociações sobre a Medida Provisória, mesmo que reeditada ou em outra forma no dia 27, quando se completam 30 dias, não sejam interrompidas, para que o Congresso possa efetivamente votar o projeto de conversão em uma forma que resulte do diálogo e que não fique a Medida Provisória sendo reeditada até eu venha a terceira fase.

E sobre essa terceira fase, gostaria de perguntar: no comunicado do FMI está feita uma referência ao momento em que o real será introduzido, estabilizando-se em termos do dólar. Essa frase pode ter o sentido da eventual vontade do Fundo Monetário Internacional de que o Brasil venha a ter o real fixo em relação ao dólar. V. Ex^a já transmitiu a esta Comissão que não será tão fixo assim, que o Governo insiste em manter a flexibilidade que convém ser necessária.

Gostaria de perguntar se houve alguma discussão sobre esta questão especificamente. Se o Ministro avalia que, mesmo depois deste diálogo, se porventura não terá havido aí um dos pontos de eventual discordância do Governo em relação ao Fundo Monetário Internacional?

Gostaria de completar as perguntas: qual a nova estimativa de desconto efetivo da dívida externa que estamos obtendo com a concretização das negociações, com a utilização das reservas nos níveis agora previstos e como isso se compara ao desconto efetivo previsto anteriormente pelo próprio Governo?

Se não for possível este dado com precisão, apreciaria que pudesse ser encaminhado por escrito com os cálculos comparativamente aos que foram antes realizados.

E, finalmente, qual o fluxo de pagamentos do setor público brasileiro aos credores externos, neste ano de 1994 e o previsto para 1995? Como se compara isso com os termos da Resolução nº 82/90 do Senado, em vista do que está sendo acordado?

Por último: como é que o Congresso vai poder acompanhar o Orçamento, que ainda não existe, que não é lei? Esta greve dos funcionários do Orçamento é – puxa! que greve demorada a ser negociada – não será...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Com o meu apoio também...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas será que esta greve, a demora da negociação da greve, do impasse não está sendo...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Proposto? Usado?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Usado pelo Governo para não termos ainda o novo Orçamento revisto, quer dizer, nós estamos vivendo um impasse que é histórico, nunca houve atraso tão grande na aprovação do Orçamento. Como é que vou acompanhar a execução do Orçamento se não existe a comparação para ser feita?

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A sessão do Congresso entrou na Ordem do Dia, recebi mais um comunicado da Presidência do Congresso. Logo após as respostas às perguntas do Senador Eduardo Suplicy, daremos por encerrada esta reunião.

Com a palavra o Ministro Fernando Henrique Cardoso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Acaba de ser informado de que já deu quorum no Congresso, portanto...

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A informação chegou para mim agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Já deu quorum, não precisamos sair correndo.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – O problema não é da Ordem do Dia, o problema é regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Está bem. Eu preciso ter base de comparação. O Ministro Fernando Henrique sabe bem como se o usa SIAFI aqui, então ele não põe a base em comparação; sem orçamento, não dá para comparar...

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Senador Suplicy, com respeito à pergunta que V. Ex^a me fez sobre aquela frase do Fundo Monetário. Na verdade não houve nenhuma discussão com o Fundo, pelo menos comigo, a esse respeito. E eu não aceitaria, porque a decisão é nossa. Eu disse aqui, desde o início, que nós não estamos negociando um programa lá que o País não saiba; pelo contrário, o que temos informado é que, embora não tenhamos um regime cambial definido e também o regime monetário do real ainda em discussão – V. Ex^a sabe disso – nós estamos num outro pressuposto, de que a rigidez e a fixação rígida com o dólar não nos convém.

Se isso viesse a ser condição para o stand-by, por exemplo, eu preferia não ter o stand-by. Vejo aí uma razão adicional para mostrar a latitude que temos hoje. Tendo feito acordo com a dívida, não estamos submetidos a nenhuma "espada de Dâmocles" na nossa cabeça por parte do FMI. Mas ouvi dizer que ela não foi sequer mencionada nessa matéria.

O nosso entendimento é o mesmo que expressei anteriormente aqui porque temos que resguardar as nossas exportações; estamos discutindo o problema de uma faixa de variação, enfim, não estamos nessa idéia de rigidez.

Com relação à greve do Orçamento, V. Ex^a até me alertou, quem sabe eu deva incentivar essa greve. Já fui até objeto de crítica pela imprensa, porque acho que tanto o pessoal do Orçamento quanto de vários outros setores são mal remunerados, eles exercem funções importantes. Temos que prestar atenção ao controle interno, ao "Cisetão". Já mandei três Exposições de Motivos ao Presidente sobre essa matéria, estou em consonância com os funcionários.

Ontem, recebi uma comissão de grevistas no meu Ministério e considero-as suas reivindicações justas, corretas; tenho insistido nisso. O problema é que as reivindicações são muitas.

Entendo que o melhor caminho – disse isso ontem a eles – é uma negociação interna em vários setores sindicais dos funcionários, para começarmos a definir que proporção do orçamento podemos destinar a corrigir essas distorções, e peço prioridade para esse setor. Estou na posição oposta, embora V. Ex^a possa imaginar que ardilosamente isso nos beneficie, estou fazendo tudo para obter o fim da greve; mais do que da greve, da reivindicação.

O Ministro Stepanenko, que foi Ministro de lá, foi quem mais lutou a favor dessas modificações, porque sabemos o que é esse trabalho... O Senado fica sem informações e nós também. Um

País não pode funcionar na fase de esconder informação. Não penso assim, não ajo assim, o Ministério não age assim, queremos ter mais informações.

De modo que, embora o resultado seja esse – de novo, é a falácia ecológica do Senador Gilberto Miranda –, eu poderia apelar para falácia ecológica de novo: não temos essa intenção.

O resultado é este: as informações não fluem, mas não é a nossa intenção nem é nosso propósito.

O SR. PEDRO MALAN – Só para assegurar ao Senador Eduardo Suplicy que os pedidos de informações que ele fez serão atendidos. Sobre a pergunta específica a respeito do montante de dispêndios em relação aos juros da dívida externa no ano da graça 1994, na melhor estimativa – estamos falando aqui de setor público, só a dívida do setor público – é da ordem de 0,76 a 0,79% do PIB, pouco acima de três quartos de 1% do PIB para 1994. Para 1995, não estou com os números aqui, mas serão encaminhados.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Um PIB da ordem de quanto?

O SR. PEDRO MALAN – Quatrocentos e cinqüenta a quinhentos, não tenho o número preciso, mas todas essas informações lhe serão encaminhadas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) – A Comissão agradece, mais uma vez a presença do Ministro Fernando Henrique Cardoso, da sua assessoria, do Dr. Pedro Malan, Presidente do Banco Central e do Dr. Gustavo Franco.

Pedimos desculpas aos Senadores que não tiveram a oportunidade de fazerem suas perguntas ao Ministro.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 45 minutos.)

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líder
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS		LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas	Vice-Líder Áureo Mello
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	Vice-Líder Jutahy Magalhães	LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior
3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG	LIDERANÇA DO PFL Líder Marco Maciel	LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC	Vice-Líderes Odacir Soares	Vice-Líderes Affonso Camargo Esperidião Amin Moisés Abrão
Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol	LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Pedro Simon	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro	

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaca	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

PSDB

Eva Biay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Viléla Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

PTB

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3039/36

PDT

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04
--------------------	------------	---------------	------------

PDS

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões _ Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinlan	GO-3148/49
Cid Sérgio de Carvalho	CF-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Surugay	AL-3180/85	José Fogaca	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Ganbaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda
Vago

MT-3029

Vago
Vago

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Biay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

PTB

Marluce Pinto	RO-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

PRN

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Aureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

PDC

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

PDS

Lucílio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

PSB / PT

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

PP

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia

Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341

Sala de reuniões: 3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Ganbaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaca	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinlan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Alvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB				PDC			
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
		PTB			PP		
Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Mariuce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63	Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
		PDT		Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56
Magnu Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40				
		PRN					
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92				
		PDC					
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04				
		PDS					
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	Titulares		Suplentes	
		PP					
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	Flaviano Melo Mauro Benevides Aluízio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Márcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30	Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antônio Mariz Wilson Martins Vago	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25				
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões: Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344							
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE							
		(19 Titulares e 19 Suplentes)					
		Presidente: Alfredo Campos					
		Vice-Presidente: Hydekel Freitas					
Titulares		Suplentes					
		PMDB					
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Surugay João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldo A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65	Lourenberg N. R. Mariuce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Affonso Camargo Vago	PR-3062/63
		PFL					
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rolemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98	Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/55
		PSDB					
Dircen Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20	Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37
		PTB					
Luiz A. Oliveira Mariuce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07
		PDT					
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75		PP		
		PRN					
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215				
		Secretário: Celso Parente _ Ramais 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286					

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo Jonas Pinheiro Lourenberg N. R.	DF-3188/89 AP-3206/07 MT-3035/36	Luiz A. Oliveira Marluce Pinto Carlos De' Carli	PR-4058/59 RR-4062/63 AM-3079/80
Titulares		Suplentes		PDT			
PMDB							
João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59	Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46	Aureo Mello Ney Maranhão	AM-3091/92 PE-3101/02	Albano Franco Saldanha Derzi	SE-4055/56 MS-4215/18
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49	PDC			
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30	Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53	PDS			
Mansuetto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
José Fogaca	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61	PP			
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38	Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10	PT/PSB			
PFL							
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99	Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19				
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33				
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68				
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92				
PSDB							
Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43	Secretaria: Mônica Aguiar Inocente			
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78	Ramais: 3496/3497			
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64	Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas			
				Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121			

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral 23,53 URV

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral 23,53 URV

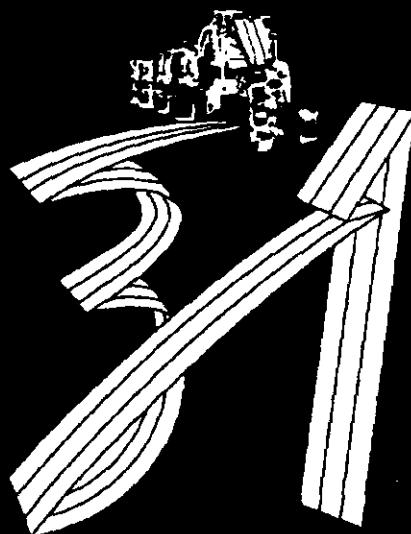
Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do



CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL



A N O S

1963

1994

IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS